

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE IGREJINHA:
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS**

JANETE MARIA BERGAMO

Taquara

2012

JANETE MARIA BERGAMO

**VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE IGREJINHA:
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História, sob orientação da Prof^a. Me. Elaine Smaniotto.

Taquara

2012

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus, responsável por me permitir estar aqui. Aos meus pais, Alvício e Percede, que me deram a vida, criação e educação que me tornaram quem eu sou. Aos amigos e colegas, meu muito obrigada, pelas horas de compreensão e carinho que tiveram comigo. A minha presente orientadora, Elaine, pela dedicação e aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Esta pode ser a etapa mais difícil deste trabalho, porque talvez eu não possa agradecer a todas as pessoas que, de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso, primeiramente, agradeço a todos de coração.

Neste momento, agradecer a Deus é indispensável; Ele que me acompanha e proporciona tantas alegrias, sendo responsável pela minha realização pessoal.

Desde pequena, ouvia meus pais me dizendo que eu precisava aproveitar as oportunidades e estudar. Eles, de famílias humildes e crescidas no interior, não puderam dar continuidade aos seus estudos, já que tiveram que trabalhar logo cedo. Assim, sempre me instigaram a buscar os meus estudos e me fizeram perceber o quão importante seria minha dedicação. Pai, mãe, eu agradeço por tudo o que vocês me ensinaram. Pelo amor, carinho e atenção que sempre dedicaram a mim, obrigada.

Aos amigos e colegas de trabalho, agradeço pela compreensão.

À professora Elaine Smaniotto, minha orientadora, obrigada por cada momento compartilhado, desde a primeira aula ministrada. A minha gratidão pela sua dedicação comigo durante este ano, pela sua orientação, conhecimentos e tamanha dedicação. Obrigada por ter aceitado este desafio comigo.

A todos os professores que nos ministraram aulas, que dividiram seus conhecimentos e que nos encorajaram para a construção do nosso próprio conhecimento.

*“A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás; mas só pode ser vivida olhando-se para frente.”
(Soren Kierkegaard)*

RESUMO

Esta pesquisa pretende analisar as mudanças e as permanências materializadas em duas vias públicas principais do Centro da cidade de Igrejinha - Rua da Independência e Avenida Presidente Castelo Branco - ocorridas entre os anos de 1950 a 1980, momento de significativas transformações tanto em nível nacional como regional. A importância do presente trabalho justifica-se pela análise de fotografias e escrituras, além de fontes bibliográficas. Procura-se entender a relação entre o desenvolvimento de uma Rua e de uma Avenida de Igrejinha com o desenvolvimento da cidade. A pesquisa mostra-se importante, também, por se tratar do local em que se vive, compreendendo, assim, a História local da sociedade em questão. Tal estudo possibilitará que sejam realizados trabalhos de análise crítica das fotografias, levando a perceber que elas são fontes que possibilitam uma leitura da História de sua cidade.

Palavras-Chave: Fotografias. Mudanças. Permanências. Cidade de Igrejinha/RS. Vias públicas.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Casa de Pedra - 1ª casa construída por trabalhadores sob o mando de Tristão Joze Monteiro	34
Imagem 2 - Fausto Koetz. Ponte sobre o Rio Paranhana – 1960	36
Imagem 3 - Rua da Independência - 1960	36
Imagem 4 - Caixeiros/Representantes comerciais saindo em viagem de trabalho	41
Imagem 5 - Rua da Independência - 1940 a 1945 – Casa da Família Mohr – pizzeria – 1º fábrica de calçados.....	41
Imagem 6 - Ano de 1913 – O primeiro prédio construído na Rua da Igreja, hoje Rua da Independência	43
Imagem 7 - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – 1901	44
Imagem 8 - Vista da Rua da Independência por volta de 1930.....	44
Imagem 9 - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - 2009.....	45
Imagem 10 - Fábrica de calçados Kirsch, Wallauer e Kehl - década de 1930	47
Imagem 11 - Sobrado Matzembacher -2009.....	47
Imagem 12 - Casa da família Matzembacher - década de 1940. Neste terreno instalou-se a primeira escola da Comunidade Evangélica que foi levada pela enchente de 1885	49
Imagem 13 - Alunos do Jardim de Infância - 1939	49
Imagem 14 - Casa E.A.Schaefer – 1945 – Concentração de alunos em frente à Escola Estadual de Igrejinha (posteriormente I.E.E.Olívia Lahm Hirt)	50
Imagem 15 - Casa E.A.Schaefer – 2012.....	50
Imagem 16 - Casa E A Schaefer, frente para Avenida Presidente Castelo Branco – 2012	51
Imagem 17 - Rua da Independência - Desfile escolar de 7 de Setembro – 1958	52
Imagem 18 - Rua da Independência – Desfile escolar de 7 de Setembro – década de 1960	52
Imagem 19 - Desfile escolar de 7 de Setembro - década de 1970.....	52
Imagem 20 - Desfile em comemoração ao 10º aniversário do município – 1974 - durante o período militar	52

Imagem 21 - Foto de desfile da Oktoberfest – 2011	52
Imagem 22 - Sociedade União de Cantores de Igrejinha - início do Século XX.....	54
Imagem 23 - Sociedade União de Cantores de Igrejinha - década de 1960	54
Imagem 24 - Sociedade União de Cantores de Igrejinha – 2012.....	55
Imagem 25 - Vila Sybilla – 1ª Loja Maçônica – 1939	57
Imagem 26 - Casa de moradia - 2009.....	57
Imagem 27 - Prédio da Prefeitura Municipal de Igrejinha – 1980 - Rua da Independência.....	58
Imagem 28 - Prédio da Prefeitura Municipal de Igrejinha – 2012 - Av. Pres. Castelo Branco.....	58
Imagem 29 - Edifício Germano - 1969 - Rua da Independência, esquina com a Rua 1º de Junho. Primeiro edifício construído em Igrejinha.....	60
Imagem 30 - Edifício Germano – 2012 - hoje Edifício Drogario	60
Imagem 31 - Vista aérea da Rua da Independência – 2012	61
Imagem 32 - Estação do trem em Igrejinha - 1922 - hoje Avenida Presidente Castelo Branco.....	64
Imagem 33 - Estação do trem – 1922 - Esquina Av. Presidente Castelo Branco e Rua João Correa	64
Imagem 34 - Casa da família Schaefer - década de 1930 – hoje Avenida Presidente Castelo Branco – Edifício Orlando	65
Imagem 35 - Início das obras da Avenida Presidente Castelo Branco - início da década de 1970 - Administração de Hugo Sperb.....	65
Imagem 36 - Antiga “Rua dos Trilhos” – hoje Avenida Presidente Castelo Branco esquina com a Rua João Correa.....	66
Imagem 37 - Avenida Presidente Castelo Branco – década de 1970 – obra inicial .	67
Imagem 38 - A avenida de terra ou chão batido com um grande canteiro central ...	67
Imagem 39 - Avenida Presidente Castelo Branco – década de 1970 – Pavimentação	69
Imagem 40 - Avenida Presidente Castelo Branco – setembro de 2012	69
Imagem 41 - Praça Dona Luiza – setembro de 2012	69
Imagem 42 - Avenida Presidente Castelo Branco – setembro de 2012	69
Imagem 43 - Foto de desfile de 7 de Setembro – década de 1980 - Av. Pres. Castelo Branco.....	70

Imagem 44 - Foto de desfile da Oktoberfest - década de 1980 - Av. Pres. Castelo Branco.....	70
Imagem 45 - Praça Dona Luiza – setembro de 2012.....	72
Imagem 46 - Praça Dona Luiza em 1976.....	74
Imagem 47 - Estacionamento da Prefeitura.....	74
Imagem 48 - Praça Dona Luiza – setembro de 2012.....	74
Imagem 49 - Praça Dona Luiza – setembro de 2012.....	74
Imagem 50 - Avenida Presidente Castelo Branco – década de 1970 – com calçamento.....	75
Imagem 51 - Avenida Presidente Castelo Branco – setembro de 2012.....	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da cidade de Igrejinha/RS	31
Mapa 2 - Localização da Rua da Independência	42
Mapa 3 - Localização da Avenida Presidente Castelo Branco	62
Mapa 4 - Localização da Praça Dona Luiza	71

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

AV – Avenida

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

CIA – Central de Intelligence Agency

FMI – Fundo Monetário Internacional

IAPC – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes

IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

IAPTEC – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEE – Instituto Estadual de Educação

JUC – Juventude Universitária Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Socialista Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RS – Rio Grande do Sul

SUCI – Sociedade União de Cantores

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONTEXTO HISTÓRICO NACIONAL E REGIONAL NO PERÍODO DE 1950 A 1980	18
2.1	Contexto histórico nacional	18
2.2	Contexto histórico regional.....	26
3	A ORIGEM DE IGREJINHA E O SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	31
4	PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NO CENTRO DE IGREJINHA	40
4.1	Rua da Independência: um passado presente	42
4.2	Avenida Presidente Castelo Branco: um espaço de mudanças	62
4.2.1	Praça Dona Luiza: espaço de convivência e de sociabilidade	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS	79
	ANEXOS.....	84
	ANEXO 1 – A Maçonaria em Santa Maria do Mundo Novo.....	85
	ANEXO 2 – Lei Municipal Nº 102.....	89
	ANEXO 3 – Lei Municipal Nº 209.....	90
	ANEXO 4 – Matrícula 1.490.....	91
	ANEXO 5 – Contratos - Escritura nº 5.151-B/31.396.....	93
	ANEXO 6 – Escritura de 25 de Março de 1971	99
	ANEXO 7 – Escritura de 12 de Agosto de 1971	101
	ANEXO 8 – Escritura de 16 de Novembro de 1972.....	104
	ANEXO 9 – Escritura de 19 de Maio de 1975	108

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se concentra no estudo sobre as mudanças e as permanências de duas vias públicas principais do Centro da cidade de Igrejinha, um município do Vale do Paranhana¹. Para isso, serão destacados acontecimentos ocorridos entre os anos de 1950 a 1980, que provocaram significativas transformações tanto em nível nacional como regional/local.

A cidade de Igrejinha configura-se como o recorte espacial por ter sido cenário da materialização dessas transformações. A Rua da Igreja e, posteriormente, a Rua da Independência, representando permanência de um passado, e a Avenida Presidente Castelo Branco, representando mudança, são resultado de políticas econômicas e sociais dentro de um contexto nacional e regional.

Nesse sentido, José D' Assunção Barros (2007, p.152-153) ressalta que

O espaço regional não está necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. (...) O interesse central do historiador regional é estudar (...) as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior.

Partindo desse pressuposto, pretende-se fazer uma análise de como a sociedade igrejinhense acompanhou o desenvolvimento das vias públicas em questão, procurando entender o comportamento social como um reflexo da transformação econômica.

Para este estudo, a fotografia será a fonte principal. Serão analisadas fotografias da época que retratam as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, assim como também serão examinadas escrituras de imóveis e bibliografias que retratem e documentem a época. Assim, pode-se dizer que o trabalho será

¹ De acordo com o site da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul, o Vale do Paranhana compreende seis municípios: Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Parobé, Riozinho e Rolante, constituindo uma micro-região do Vale dos Sinos, que costeia o Rio Paranhana. O Vale é marcado pela ocupação populacional de imigrantes vindos da Itália e da Alemanha. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=2&mireg=20&fg=2>>. Acesso em: 21 de set..2012, às 10h30m.

bibliográfico e documental, o qual adota procedimentos de leitura e análise de fotografias, buscando compreender as questões políticas, econômicas e sociais do período em questão, tendo a consciência de que, conforme Boris Kossoy (2009, p. 119):

Ao observarmos uma fotografia, devemos estar conscientes de que a nossa compreensão do real será forçosamente influenciada por uma ou várias interpretações anteriores. Por mais isenta que seja a interpretação dos conteúdos fotográficos, o passado será visto sempre conforme a interpretação primeira do fotógrafo que optou por um aspecto determinado, o qual foi objeto de manipulação desde o momento da tomada do registro e ao longo de todo o processamento, até a obtenção da imagem final.

A relevância do trabalho consiste em estabelecer que as duas vias públicas, Rua da Independência e Avenida Presidente Castelo Branco, foram o ponto de partida para o desenvolvimento econômico da cidade de Igrejinha, sendo que ainda hoje concentram os principais órgãos financeiros, comerciais, sociais e religiosos da cidade. As vias públicas destacam-se, também, como palco onde se realizavam e ainda se realizam os principais desfiles da cidade, sendo, assim, uma demonstração do civismo e da sociabilidade.

A pesquisa mostra-se importante, também, por se tratar do local em que se vive, compreendendo, assim, a História da sociedade em questão. Além disso, por se tratar de um curso de licenciatura, tal estudo possibilitará que sejam realizados trabalhos de análise crítica das fotografias em sala de aula, levando o aluno a perceber que tais fotografias são fontes que possibilitam uma leitura da História de sua cidade.

A utilização da fotografia como fonte de pesquisa e documento histórico tem se configurado como importante instrumento no processo de reconstrução da história de lugares. Dessa forma, o presente estudo irá evidenciar que as imagens antigas de lugares podem se tornar ferramentas importantes para a representação de um tempo passado.

O historiador Peter Burke (2004) escreve sobre o desafio na utilização de imagens e a importância em compreender as épocas em que essas foram feitas. Assim, as imagens não devem ser consideradas simples reflexões de lugares e épocas, mas extensões dos contextos sociais em que foram produzidas.

O uso da fotografia, como fonte histórica, adquiriu importância nos últimos anos, já que, até a metade do século XX, essas estavam relegadas a um segundo

plano por não constituírem documento textual, sendo que somente as fontes escritas eram valorizadas e tidas como verossímeis. De acordo com Zita Possamai (2008, p.253), “(...) a utilização de imagens nos estudos históricos não é corriqueira entre os historiadores mais afeitos à tradição de trabalhar, única e exclusivamente, com os documentos escritos”.

Entretanto, com o surgimento de novos objetos históricos, outras fontes foram incorporadas, e a imagem fotográfica foi uma delas, que desde o seu surgimento, durante o século XIX, foi vista com desconfiança por parte dos historiadores.

Segundo Boris Kossoy (2009, p. 33),

(...) a fotografia é uma representação a partir do real, pois fornece informações diretas do acontecimento. Mas deve-se atentar para o fato de que a fotografia é um documento criado, construído, inventado, pelo fotógrafo no momento da sua produção, como pelo pesquisador, no momento que elege como fonte de pesquisa histórica. A imagem fotográfica fornece provas, indício funciona sempre como documento iconográfico acerca de uma realidade. Trata-se de um testemunho que contém evidências sobre algo.

Ao ser considerada ou analisada enquanto documento, a fotografia carrega a influência do seu autor, ou seja, do fotógrafo. A cultura na qual o fotógrafo está inserido vai influenciá-lo na hora de decidir o que retratar, por que e de que forma será retratado, para quem será essa fotografia e de que forma ela será utilizada. Então, na teoria desenvolvida por Kossoy, o fotógrafo desempenha a função de filtro cultural. E, por isso, é tão importante a análise do contexto histórico-social no qual o fotógrafo e a fotografia estão inseridos.

E, assim, como se presta atenção para esses dados considerados tão importantes, é preciso que o historiador tenha um olhar crítico também para a relação entre o fotógrafo e o seu objeto de trabalho: o local ou os integrantes da fotografia que pretende fazer.

Para trabalhar com a fotografia, então, o historiador deve fazer a leitura levando em conta as convenções culturais e sociais do seu tempo. Assim, terá mais informações, ou seja, é preciso estar atento para o contexto no qual a fotografia foi feita e para qual público ela se dirige, pois a mesma não se configura como uma fonte livre de manipulação. Entende-se necessário ter esse cuidado já que, conforme destaca Ana Maria Mauad (1996, p.8),

(...) todo o produto cultural envolve um lócus de produção e um produtor, que manipula técnicas e detém saberes específicos à sua atividade, um leitor ou destinatário, concebido como um sujeito transindividual cujas respostas estão diretamente ligadas às programações sociais de comportamento do contexto histórico no qual se insere, e por fim um significado aceito socialmente como válido, resultante do trabalho de investimento de sentido.

Por isso, é importante destacar que se pretende uma representação do real, entretanto, a fotografia permite várias interpretações, levando em conta que ela será analisada por alguém que tem um embasamento ideológico. Então, a realidade da fotografia reside nas interpretações, nas muitas maneiras de fazer a leitura, pois uma imagem pode ter várias interpretações. Peter Burke defende a ideia de que “as imagens, assim como os textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular” (BURKE, 2004, p.17).

Entende-se que a leitura da imagem relaciona-se à capacidade do indivíduo de dar um significado àquilo que se apresenta ao olhar. A maneira de interpretar a imagem depende de quem está analisando e o que está procurando encontrar, sabendo que “o significado da mensagem fotográfica é convencionalizado culturalmente” (MAUAD, 1996, p. 04). Então, ao analisar a fotografia enquanto fonte histórica, o historiador precisa observar e levar em consideração não só a carga cultural que carrega o autor/fotógrafo, mas também a bagagem cultural de quem está olhando a fotografia.

Sabe-se que a fotografia chegou ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX, quando ainda não havia se disseminado por toda a Europa. O responsável por trazer a nova tecnologia ao país sul-americano foi o francês Arnaud Julien Pallière². Foi pela metade do século que essa nova linguagem se firmou, contemplando principalmente a classe alta, ou seja, a elite da sociedade.

A chegada da fotografia se deu no momento em que a sociedade brasileira assiste a D. Pedro II atingir a maioridade e, assim, assumir o trono, iniciando-se o Segundo Império. Desde essa época, já se discutia a capacidade da autonomia de

² CHIARELLI, Tadeu. **História da arte / história da fotografia no Brasil - século XIX: algumas considerações**. *ARS (São Paulo)* [online]. 2005, vol.3, n.6, pp. 78-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-53202005000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 set. 2012.

expressão que a fotografia possuía, tendo-se, já nesse período, a certeza de que a fotografia por si mesma é capaz de transmitir uma mensagem visual. Dessa maneira, pode-se dizer que a mesma é autossuficiente. Essa mensagem transmitida pela fotografia é que cabe ao historiador trabalhar e compreender da melhor forma possível para que possa atingir seu objetivo de estudo.

Através da análise de uma fotografia, o historiador pode mergulhar no passado que não lhe seria possível de outra forma, pois, de acordo com Mauad, “do ponto de vista temporal, a imagem fotográfica permite a presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo.” (MAUAD, 1996, p.10).

Pode-se entender, então, que a fotografia é uma ferramenta que possibilita compreender o passado, percebendo a oportunidade de investigar cada detalhe que está disponível na imagem. Todavia, é importante ressaltar que a imagem da fotografia é apenas parte de uma realidade, por isso não se pode entendê-la como retrato fiel e total, assim como relata Kossoy (2009, p.113):

A fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento definitivo do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele. A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica. Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada: um aspecto determinado. Não é demais enfatizar que este conteúdo é o resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar certo aspecto da realidade primeira, cuja decisão cabe exclusivamente ao fotógrafo, que esteja ele registrando o mundo para si mesmo, quer a serviço de seu contratante.

Assim, o historiador deve entender o todo e partir disso ao trabalhar com imagens de espaços urbanos. Acerca das ideias apresentadas, Possamai (2008, p.253-277) destaca que:

No caso das vistas urbanas, a imagem fotográfica permite observar as transformações ocorridas num determinado espaço através do tempo. O espaço é construído pelo olhar fotográfico através do enquadramento, que seleciona os limites contidos em um espaço maior existente³.

Através da análise das imagens do urbano, pretende-se partir do micro para entender o macro, ou seja, partir-se-á da fotografia que retrata um pequeno espaço

³ POSSAMAI, Zita Rosane. **Fotografia, história e vistas urbanas**. *História* [online]. 2008, vol.27, n.2, pp. 253-277. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a12v27n2.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2012.

da cidade para compreender o espaço total do município. Visa-se voltar o olhar para um espaço menor de observação, sem, porém, esquecer-se do todo, ou seja, do contexto que o engloba.

A pesquisa parte da análise de fotografias entendendo que o estudo da História tornou-se mais rico e amplo a partir do momento que se passou a entender, de acordo com Ciro Flamarion e Ana Maria Mauad (1997, p. 402), que “todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, (...) a fotografia etc. foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador”.

Dentro dessa concepção, seguindo o gênero da historiografia baseado na História Cultural, linha teórica que passou a enxergar a fotografia como fonte histórica, com fatos, acontecimentos em determinados períodos, que incorpora o desenvolvimento dentro de uma comunidade, procura-se compreender, nesta pesquisa, como se deu o desenvolvimento da cidade de Igrejinha a partir da Rua da Independência e da Avenida Presidente Castelo Branco.

Dessa forma, o presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, abordar-se-á o contexto histórico no qual o Brasil e o Rio Grande do Sul estavam envolvidos durante as décadas de 1950 a 1980.

No segundo capítulo, apresentar-se-á um estudo mais apurado sobre o município de Igrejinha, procurando apontar a sua origem e, assim, compreender seu desenvolvimento, ou seja, por qual razão a cidade se desenvolveu e alcançou o patamar em que hoje se encontra.

No terceiro e último capítulo, far-se-á a relação entre o desenvolvimento da cidade de Igrejinha e a formação da Rua da Independência e da Avenida Presidente Castelo Branco, evidenciando até que ponto houve influência entre esses dois elementos. Para isso, a fotografia será a fonte principal. Na pesquisa, analisar-se-ão fotografias da época que retratam as mudanças que ocorreram ao longo dos anos bem como as permanências.

2 CONTEXTO HISTÓRICO NACIONAL E REGIONAL NO PERÍODO DE 1950 A 1980

Neste capítulo, buscar-se-á analisar o contexto do Brasil e do Rio Grande do Sul durante as décadas de 1950 a 1980. Esse foi um período importante para a História do Brasil e do Rio Grande do Sul, uma vez que provocou transformações na agricultura, na indústria, no comércio e, conseqüentemente, na sociedade em geral.

A industrialização brasileira se desenvolveu, de maneira mais significativa, durante o governo de Getúlio Vargas que incentivou a industrialização de base e, depois, com Juscelino Kubitschek que a ampliou, abrindo espaço para a produção de bens de consumo e a entrada de indústrias internacionais durante o período da Ditadura Militar. E esse processo de crescimento e de mudanças econômicas também repercutiu no Estado do Rio Grande do Sul como será apresentado a seguir.

2.1 Contexto histórico nacional

Ao assumir o governo deixado por Eurico Dutra, Getúlio Vargas buscava o apoio nas massas⁴ populares e pretendia com isso defender os interesses nacionais e lutar pela implantação de uma economia cada vez mais voltada para a implantação da industrialização. O projeto nacionalista de Getúlio Vargas tinha como objetivo a implantação de um capitalismo autônomo e industrializante, mas que esbarrava nos interesses das empresas estrangeiras e nos setores mais conservadores da sociedade.

⁴ Massa: O conceito de massa é amplamente empregado pela nova historiografia política, que estuda, entre outras coisas, como os políticos de determinados contextos históricos usavam a propaganda para mobilizar a massa em benefício próprio. (...) A mesma noção é ainda bastante utilizada pelos pensadores que refletem sobre a mídia no século XX e seu papel na formação de uma indústria cultural, como é o caso do filósofo Edgar Morin, que, além da categoria de massa, emprega outros conceitos correlatos, como cultura de massa e meios de comunicação de massa. In: SILVA (2006, p. 272).

Após o final da 2ª Guerra Mundial, surge um período de incertezas, pois a política e a economia brasileira foram influenciadas pela balança comercial, sendo um período de transição entre as dificuldades da Guerra e o medo de ter uma crise no comércio internacional. Empossado como presidente da República no dia 3 de setembro em meio a um clima de grande comoção nacional, Café Filho montou uma equipe de governo composta basicamente por políticos, empresários e militares de oposição a Getúlio, afastando-se da política varguista, permitindo a entrada de políticos udenistas⁵ no seu governo.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi marcado pelo desenvolvimento, apoiado pelo Plano de Metas que priorizava setores como energia, indústria, educação, transporte e alimentação. O governo pretende avançar “50 anos em 5”, de acordo com Tânia Regina de Luca (2001, p. 74/75):

Os anos de JK inauguraram o início efetivo da produção e do consumo de bens duráveis no Brasil. Contudo, o processo não foi isento de contradições. Se de um lado, é inegável que a integração geográfica do país avançou, por outro, os desequilíbrios regionais também se aprofundaram. A concentração industrial, traço característico do Centro-Sul, tornou-se ainda mais pronunciada, com destaque para São Paulo, sede da maior parte das modernas indústrias recém instaladas.

O seu plano de governo tinha como principal objetivo alcançar o desenvolvimento econômico do Brasil. Para isso, propôs medidas visando atingir o desenvolvimento econômico em vários setores, priorizando o processo de industrialização do Brasil.

Conforme Boris Fausto (2002, p. 235):

A política econômica de Juscelino foi definida no Programa de Metas. Ele abrangia 31 objetos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, chamada de metassíntese.

Juscelino Kubitschek apresentou ao país seu Plano de Metas, que trazia um alvo claro e objetivo: “50 anos em 5”, ou seja, desenvolver no país em cinco anos o que não havia sido feito em 50 anos. O plano consistia em priorizar os investimentos no desenvolvimento econômico, principalmente nas rodovias, hidrelétricas,

⁵ **União Democrática Nacional (UDN)** - partido político brasileiro fundado em 1945, conservador, contra Getúlio Vargas e sua política.

aeroportos e indústrias. O Rio Grande do Sul se via em desvantagem, conforme Golin e Boeira, (2007, p 153).

Para a indústria e a economia gaúcha, os investimentos do Plano de Metas, regionalmente concentrados e sem participação das indústrias tradicionais e do setor primário, determinavam, num primeiro momento, continuidade da defasagem no crescimento frente à média nacional, acarretando também outros problemas.

Como o governo favorecia a entrada de capital estrangeiro, o nacionalismo de Vargas foi substituído pelo desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek (JK). Atraindo o capital estrangeiro e estimulando o capital nacional com incentivos fiscais e financeiros e medidas de proteção do mercado interno, JK implantou a indústria de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e veículos, com o objetivo de multiplicar o número de fábricas de peças e componentes. Ampliou, também, os serviços de infraestrutura, como transporte e fornecimento de energia elétrica. Com os investimentos externos e internos, estimulou a diversificação da economia nacional, aumentando a produção de máquinas e equipamentos pesados para mecanização agrícola, fabricação de fertilizantes, frigoríficos, transporte ferroviário e construção naval, mas sua maior obra foi a construção de Brasília.

Segundo Tânia Regina de Luca (2001, p. 78-79, grifo da autora):

A aceleração da industrialização foi uma das grandes metas deste governo, o que justificava o slogan "50 anos em 5". Porém, devido aos muitos gastos governamentais, JK deixou um crescente déficit orçamentário e uma inflação muito alta, no fim de seu governo.

Nas eleições de 1960, foi indicado o nome do marechal Henrique Teixeira Lott para a presidência e João Goulart para vice. A oposição apoiou a candidatura do ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, que na sua campanha pregava uma limpeza na política, combatendo a corrupção, alcançando, assim, a vitória, juntamente com João Goulart. Porém, o governo de Jânio Quadros durou poucos meses, e sua renúncia provocou uma crise política, que mais tarde terminou com o Golpe Militar.

Com a renúncia, a presidência caberia a seu vice, João Goulart, conhecido como Jango, que se encontrava em visita à China, assumindo o governo provisório, então, o presidente da câmara, Rainelli Mazzilli. Grupos de oposição da elite dominante e das forças armadas não aceitavam que Jango tomasse posse,

alegando tendências políticas esquerdistas, mas alguns setores sociais e políticos que apoiavam Jango iniciaram um movimento de resistência, a chamada “Campanha da Legalidade”. O governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, destacou-se como principal líder.

O movimento de resistência, que se iniciou no Rio Grande do Sul e se alastrou para outras regiões do país, dividiu as Forças Armadas, impedindo uma ação militar conjunta contra os legalistas. No Congresso Nacional, os líderes políticos negociaram uma saída para a crise institucional. A solução foi estabelecer o regime parlamentarista de governo que vigorou por dois anos (1961-1962), reduzindo os poderes constitucionais de Jango. Com essa medida, os militares aceitaram o retorno e posse de Jango. Dessa forma, em 5 de setembro, Jango retorna ao Brasil e assume seu cargo.

Em janeiro de 1963, Jango convocou um plebiscito para decidir sobre a manutenção ou não do sistema parlamentarista. O sistema presidencialista foi restabelecido, e Jango passou a governar o país com todos os poderes constitucionais a sua disposição.

O Brasil desenvolveu uma política externa independente do apoio das superpotências da Guerra Fria⁶. João Goulart fortaleceu os movimentos sindicais, os estudantis, os camponeses e os populares, além de promover uma aproximação política com a União Soviética, desencadeando atritos entre as alianças políticas, econômicas e militares do Brasil.

Logo, os conflitos políticos e as tensões sociais se tornaram tão graves que o mandato de Jango foi interrompido pelo Golpe Militar de março de 1964. O início da Ditadura Militar teve apoio da classe média, da Igreja Católica, da elite e dos governos paulista, mineiro e da Guanabara. Dos EUA, vinha o medo de que o comunismo fosse implantado no Brasil. Foi um período de muitas mudanças institucionais e estruturais. A inflação começou a subir devido às muitas falhas na demanda interna, e a instabilidade política proporcionava medidas econômicas sem coerência.

⁶ A Guerra Fria iniciou logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. O confronto foi marcado pela forte oposição entre Estados Unidos e a, então, União Soviética (URSS), ambos disputando a hegemonia política, militar e econômica mundial. Do lado americano, defendia a expansão do sistema capitalista, enquanto que a URSS possuía um sistema socialista. Ambos tentavam implantar seu sistema em outros países. A denominação vem pelo conflito ter se dado apenas no campo ideológico, não tendo ocorrido nenhum combate militar. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/guerrafria/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

Segundo Tânia Regina de Luca (2001, p.86):

Ao assumir o poder, as preocupações mais imediatas do governo militar na área econômica eram o controle da inflação e a reconquista da confiança por parte dos investidores internacionais. Uma observação mais atenta da direção tomada pela industrialização nesse período revela, porém, mudanças de longo alcance.

O Marechal Castelo Branco assume a presidência do Brasil em abril de 1964, e Igrejinha emancipou-se em 1º de junho de 1964. O Marechal Castelo Branco fazia parte da linha moderada, ou seja, da liberdade sem democracia. Nesse governo, ocorreu a criação dos Atos Institucionais, conhecidos como os AI, eleições indiretas para a presidência da República, com o fortalecimento do poder, podendo caçar os mandatos e a suspensão da estabilidade do funcionalismo público; AI 2, a extinção dos partidos políticos que foi substituído pelo bipartidarismo, ARENA e MDB, poder de decretar recesso no Congresso; AI 3, eleições indiretas para governador e prefeitos de municípios estratégicos; e AI 4, reabertura do congresso para a aprovação da Constituição de 1967.

Estabelecido o Plano de Ação Econômica do Governo, na tentativa de estabilizar a economia e retornar o crescimento, verificaram-se combates ao déficit público, aumento de impostos, normalização da oferta de crédito, arrocho salarial e retomada dos investimentos estrangeiros.

O governo do Marechal Castelo Branco se caracterizou pela obrigatoriedade de se cumprirem leis impostas pelos Atos Institucionais, os quais pretendiam fortalecer, gradualmente, o novo sistema político que governaria a nação. O período foi marcado pela centralização do poder a partir do fortalecimento do Poder Executivo Federal que era superior ao Poder Legislativo e Judiciário. Estabeleceram-se rígidas regras para o exercício da oposição política e eleições indiretas para o cargo de governador e presidente da República.

No plano econômico, acentuou-se a internacionalização da economia para a entrada de capitais estrangeiros no país, para a construção das obras rodoviárias, liberando financiamentos do governo com certas facilidades tributárias para os fabricantes de máquinas e equipamentos e insumos rodoviários.

Para combater a inflação, foram adotadas medidas monetárias, recomendadas pelo FMI – Fundo Monetário Internacional. Os projetos da construção de ferrovias para a interligação Norte-Sul, Leste-Oeste, passando por Brasília,

iniciadas por Juscelino Kubitschek, foram abandonados pelos militares, devido ao alto custo.

As estradas BR-163, chamada de Rodovia Cuiabá-Santarém, Rodovia Belém-Brasília, BR-010, iniciada em 1962, Rodovia Perimetral-Norte, BR-210, Transamazônica, BR-230, Transbrasiliana, BR-153, e Rodovia Castelo-Branco foram incentivadas e aceleradas no governo militar sob o binômio segurança e desenvolvimento.

Segundo a crença apregoada por institutos de desenvolvimento norte-americanos, as ferrovias eram meio de transporte lento e ultrapassado, por isso deveriam ser abandonadas, orientação seguida pelo presidente e pela equipe em sua "Tese Desenvolvimentista".

Economicamente, seu governo controlou a inflação, mas diminuiu o poder de compra dos trabalhadores. Castelo Branco também unificou os institutos de previdência IAPI, IAPC, IAPTEC, em um só, o Instituto Nacional da Previdência Social.

As eleições parlamentares de 1966, mesmo tendo sido mantidas, foram marcadas pela cassação, pelo Presidente, dos mandatos de alguns dos candidatos com maior chance de vitória. O Presidente da Câmara, Adauto Lúcio Cardoso, manteve o plenário aberto, em desafio ao ato ditatorial. Diante da resistência, Castelo Branco decretou o fechamento do Congresso Nacional, ordenando que o Coronel Meira Matos comandasse a tropa do Exército que invadiu e fechou o prédio. O Congresso foi posto em recesso por algum tempo e, assim, se viu coagido a aprovar a nova Constituição de 1967, que institucionalizou o regime militar.

Nos anos de 1967 a 1969, o país, agora governado pelo Marechal Arthur da Costa e Silva, iniciou a fase mais dura e brutal do regime ditatorial militar, pois foi promulgado o AI-5, que lhe deu poderes para fechar o Congresso Nacional, caçar políticos e institucionalizar a repressão e a tortura. No seu governo, houve um aumento significativo das atividades subversivas.

Com o afastamento definitivo do presidente Costa e Silva, uma junta militar assumiu a presidência por um período de um mês. Através de consulta, os generais nomearam Médici como novo presidente da República.

Esse governo ficou conhecido como "os anos negros da ditadura". Movimentos estudantis e sindicais ficaram contidos e silenciados pela repressão. O fechamento dos canais de participação política levou a esquerda a optar pela luta

armada e pela guerrilha urbana. O governo respondeu com mais repressão. Lançou também a campanha publicitária, com o slogan "Brasil, ame-o ou deixe-o". O endurecimento político foi respaldado pelo "milagre econômico", crescimento do PIB, diversificação das atividades produtivas, concentração de renda e surgimento de uma nova classe média com alto poder aquisitivo.

Foi o melhor momento da indústria. Tinha política de incentivos e de subsídios para a exportação, proporcionando uma balança de pagamentos favoráveis, possibilitando a importação de materiais e de bens de capital, expansão de crédito para adquirir bens duráveis, aumentando a renda, sendo que a sua concentração foi a responsável pelo aumento da produção desses tipos de bens. Além disso, a abertura da economia brasileira, no cenário mundial, era confiável e favorável, e o comércio e a movimentação de capitais internacionais cresceram.

A política implantada a partir do golpe militar teve, entre outros objetivos, viabilizar a presença de grandes monopólios produtores de bens de consumo duráveis. Para isso, eram necessários investimentos públicos, interesses que favoreceriam os interesses das grandes empresas nacionais e estrangeiras. Investimentos na agricultura transformaram o Banco do Brasil no maior banco rural da época, financiando projetos que eram dirigidos à produção de gêneros alimentícios destinados à exportação. Possibilitaram-se, também, aos produtores, créditos, assistência técnica, facilidades de transportes e de armazenagem, tornando o Brasil o maior exportador de soja. O PIB aumentou o reflexo da produção de bens duráveis, principalmente de eletrodomésticos e de automóveis.

O governo de Ernesto Geisel foi dedicado à abertura política, enfrentando a oposição dos militares radicais. Durante o seu governo, houve a necessidade de se administrarem as crises da ditadura e o amadurecimento da oposição dentro e fora do governo. Mario Henrique Simonsen, indicado para o Ministério da Fazenda, anunciou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, tentativa de retomar o crescimento econômico e conter o avanço da inflação.

O governo de João Figueiredo durou seis anos, encerrando, assim, 21 anos de ditadura. Ao longo de seu governo, a ditadura militar perdeu legitimidade social, sofrendo com o desgaste político. Ainda assim, houve ameaças de retrocesso devido à radicalização de setores das Forças Armadas, tentando barrar o processo de redemocratização.

O Movimento das “Diretas Já” inicia na década de 1980, com Tancredo Neves sendo eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 1985. O presidente eleito morre sem assumir o cargo, por isso José Sarney, seu vice, é quem assume a presidência. Para muitos juristas, Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara e do PMDB, era quem deveria assumir o cargo, já que Tancredo não tinha tomado posse.

José Sarney, após assumir o cargo, lançou o primeiro plano de governo para combater a inflação e estabilizar a economia, o Plano Cruzado, visando combater a inflação com a estabilidade da moeda, proporcionando melhor distribuição de renda. O plano fracassou e trouxe de volta a inflação. O Plano Verão foi a última tentativa do governo de conter a inflação e ajustar a economia brasileira, pois buscava controlar o déficit público. A moeda mudou de Cruzado para Cruzados Novos, porém não adiantou. A inflação subia em ritmo acelerado, causando cada vez mais recessão no mercado. Os produtos faltavam nas prateleiras dos supermercados e eram remarcados diariamente.

Durante os primeiros meses desse governo, começaram a ocorrer debates sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte, com o intuito de mudar a Carta que estava em vigor e alterada pelos militares. A sociedade brasileira solicitava novo texto constitucional, já que o documento atual não expressava mais a nova ordem política do país. Os setores mais progressistas defendiam a formação da Assembleia de representantes eleitos pelo povo com função exclusiva de elaborar a nova Constituição. No entanto, prevaleceu a tese do Congresso Constituinte, e os deputados federais e senadores, eleitos em novembro de 1986, acumulariam as funções de congressistas e de constituintes.

Nesse sentido, Mary Del Priore (2010, p. 289) avalia que:

Durante o mandato do presidente José Sarney, a imprensa registra numerosos casos de corrupção e nepotismo. Apesar de tudo, o mais importante deles é a convocação de uma Constituinte, reunida em 1988 e destinada a pôr abaixo o que então se denomina entulho autoritário do regime militar.

A Constituição foi aprovada em 5 de outubro de 1988 e representa um avanço na democracia do Brasil, sendo a defensora dos valores democráticos dos cidadãos. O Brasil passa a conhecer uma democracia de massa.

A década de 1980 terminou com eleições para escolher o presidente da República com o voto direto, passando a consolidar de vez a democracia. O período foi marcado por grandes comícios, e o horário eleitoral, de acordo com os historiadores, foi o mais importante na formação de opinião dos eleitores.

Esse processo de mudanças políticas e econômicas vivenciadas no país durante as décadas de 1950/1980 também repercutiu no Estado do Rio Grande do Sul, como será relatado a seguir.

2.2 Contexto histórico regional

A partir dos anos 1930, a evolução da indústria e do comércio foi marcada por duas grandes fases da economia gaúcha. Na primeira fase, até os anos 1950, teve continuidade uma trajetória expansiva já estabelecida na Primeira República. A segunda fase, que se iniciou nos anos 1950, tem como marco a ocorrência de uma crise econômica estadual a partir de 1956. O esgotamento da fronteira agrícola e a queda da produtividade relativa à indústria e da agropecuária já prenunciavam a fragilidade do desenvolvimento econômico regional, que se manifesta com a integração do mercado nacional em vários ramos industriais e agropecuários. (GOLIN; BOEIRA, 2007, p. 166).

É possível perceber uma transformação na economia gaúcha no período do governo de Walter Jobin, do PDS (Partido Democrático Brasileiro, 1947-1951). Na época, considerava-se que a industrialização gaúcha era o principal objetivo a ser atingido, por isso uma política para conter o êxodo rural e aceitar a entrada do capital estrangeiro e a eletrificação também era sua meta. A concorrência de produtos primários e industriais de outros Estados provocou uma crise regional com fatores determinantes. Assim, a indústria cresceu um pouco menos que no conjunto do país. A implantação do Plano de Metas promoveu investimentos produtivos, públicos e privados, na região sudeste, acelerando o crescimento da indústria paulista, estabelecendo um processo de industrialização pesada em escala nacional. A partir desses investimentos, superaram-se as restrições ao processo de industrialização, permitindo a autodeterminação da acumulação do capital industrial no mercado nacional.

A crise da economia decorreu da rearticulação do espaço econômico brasileiro, propiciada pela integração rodoviária do mercado nacional. Isso foi concomitante à passagem do regime de acumulação da industrialização pesada, regionalmente concentrada, com a transformação da economia regional e a acumulação de capital em marcos nacionais.

A integração do mercado nacional submeteu o mercado gaúcho a uma concorrência nos mercados do Centro e mesmo na região gaúcha. Paraná e região Centro-Oeste se apresentavam no mercado do Centro do país com vantagens de produtividade de localização sobre os produtos gaúchos, enquanto que os produtos de São Paulo estavam entrando no mercado gaúcho em condições vantajosas contra os produtos locais, passando a afetar a renda regional e atingindo o mercado da indústria.

A década de 1950 foi a única, em todo o século, em que a ocupação industrial cresceu menos que a população (2,7% a.a), no Rio Grande do Sul. A partir dos anos 1950, as mudanças na economia nacional determinaram alterações na estrutura do comércio no Estado, com a implantação de indústrias para substituir as importações de bens de consumo duráveis, favorecendo os centros urbanos, de modernos estabelecimentos comerciais, como grandes lojas de departamentos e supermercados. Houve uma necessidade de se adaptar ao novo perfil de ofertas de produtos nacionais.

A década de 1950 também se caracterizou por uma migração estrangeira aos principais centros urbanos do Estado do Rio Grande do Sul, destacando-se os sírio-libaneses, árabes, portugueses, alemães, italianos, espanhóis, entre outros. Esses dedicavam-se às atividades comerciais e de serviços, integrando-se e fortalecendo a economia urbana de muitas cidades. Os japoneses também chegaram ao Estado e se dedicaram à agricultura.

No final da década de 1950, a crise no setor primário atingiu as principais lavouras comerciais e afetou a renda regional e também o mercado da indústria. A baixa produtividade na agropecuária também afetava o desempenho industrial pelo encarecimento relativo das matérias-primas, tornando difícil identificar as causas particulares da crise na indústria.

Entretanto, à crise seguiu-se uma reação empreendida pelo poder público estadual e pelos agentes econômicos regionais submetidos a novas exigências. Assim, transcorreu uma expressiva mudança estrutural na economia e sociedade

regionais, o que permitiu uma retomada do crescimento e uma modernização produtiva.

Dentro da conjuntura nacional, Getúlio Vargas, depois de eleito (1951 – 1954), dá início à campanha para a instalação da Petrobrás, e o nacionalismo econômico, junto com a industrialização como base no governo de Ernesto Dorneles (1951- 1955) pelo PTB⁷, tem cautela para a entrada de capital estrangeiro.

O governo de Ildo Meneguetti, pelo PDS, que se elegeu governador do Estado em 1955, pela Frente Democrática do Rio Grande do Sul, permaneceu no poder até 1959⁸. As eleições de 1958 dão vitória a Leonel Brizola⁹.

Segundo Pesavento (2002, p139, grifo da autora):

O governo de Brizola: acentuação da política populista; preocupação com a redistribuição da renda e da terra; acusação ao imperialismo e início da política de encampação de empresas estrangeiras que operavam no Estado. Brizola coordena a “Campanha da legalidade”, defendendo a posse de Goulart; mobilização do Rio Grande do Sul e apoio do III Exército. Vitória da causa da legalidade.

No começo da década de 1960, o Sistema Financeiro Nacional permitiu a implantação de linhas de crédito e financiamento para comercialização de produtos, alavancando em cerca de 20% as vendas no Rio Grande do Sul e no Brasil, enquanto que os bens de consumo duráveis caíram 20%.

Com as transformações estruturais que o Rio Grande do Sul experimentou a partir dos anos 1960, a indústria gaúcha se tornou dinâmica, se modernizou, cresceu intensamente e retomou posições no cenário nacional. O Rio Grande do Sul é governado novamente por Ildo Meneguetti no período de 1963/1968, lembrando que é no mandato desse governo que Igrejinha recebe aprovação do processo emancipatório, como analisado no próximo capítulo deste trabalho.

A partir de 1968, a economia nacional retoma seu crescimento, e a economia gaúcha acompanhará esse movimento de expansão. A agricultura e indústria regionais obtiveram elevados ganhos de produtividade, refletindo um processo de

⁷ PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

⁸ Este período corresponde ao primeiro mandato do governo de Ildo Meneguetti. (25.03.1955 a 25.03.1959). Fonte: Lista dos governadores do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <assisbrasil.org/governador.html>. Acesso em: 08 nov.2012.

⁹ Período governado por Leonel de Moura Brizola (25.03.1959 a 25.03.1963). Fonte: Lista dos governadores do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <assisbrasil.org/governador.html>. Acesso em: 08 nov. 2012.

modernização, enquanto a sociedade gaúcha tornava-se predominantemente urbana. O comércio também estava em processo de aceleração, sendo que cresceu a importância do comércio varejista frente ao atacadista.

O governo de Walter Peracchi Barcelos (1966-1971) idealizou uma política rural. Depois de seu governo, seguiram-se mais três mandatos, que trabalham para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: Euclides Triches (1971-1974), eleito pela Assembleia Legislativa, seguido de Sinval Guazzeli (1975-1979) e, por último, José Augusto Amaral de Souza (1979-1983).

Os anos de 1970 foram de transformação para o Rio Grande do Sul, uma vez que as indústrias ingressaram no mercado com uma estrutura mais consolidada, resultado de modificações que ocorreram nas duas décadas anteriores. O período que compreendeu a fase do crescimento e do endividamento caracterizou-se ainda por taxas de crescimento industrial, em parte elevadas, mas inferiores ao período anterior, do “milagre econômico”.

Apesar de não estar em articulação com a economia nacional em todos os momentos, a economia gaúcha, muitas vezes, registrou resultados que acompanharam as tendências do Brasil. A economia foi aquecida pelo desenvolvimento do comércio que cada vez mais dependia da produção industrial para manter seu crescimento em alta. Esse avanço do comércio colaborou para que também a sociedade mudasse, passando a ser mais urbana.

Ao falar sobre o aspecto populacional, na década de 1970, a capital foi beneficiada por diversas obras viárias e de infraestrutura, além de receber um novo plano diretor urbano que tinha a finalidade de ordenar o crescimento e o desenvolvimento urbano. A partir dos dados que mostram o crescimento do Estado, percebe-se a concentração da população e da urbanização no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul.

As mudanças da urbanização foram sendo sentidas em todas as áreas do cotidiano gaúcho. Nas zonas urbanas, a idade média de casamento e nascimento do primeiro filho se elevou em função da inserção feminina no mercado de trabalho, das novas pautas de comportamento e dos níveis educacionais. Os índices de expectativa de vida, de composição etária e de envelhecimento também se alteraram, e os índices do Rio Grande do Sul se aproximaram de países europeus ocidentais. A vinda de imigrantes de diferentes etnias para o Rio Grande do Sul evidenciou um processo de miscigenação na formação da sociedade que aqui se

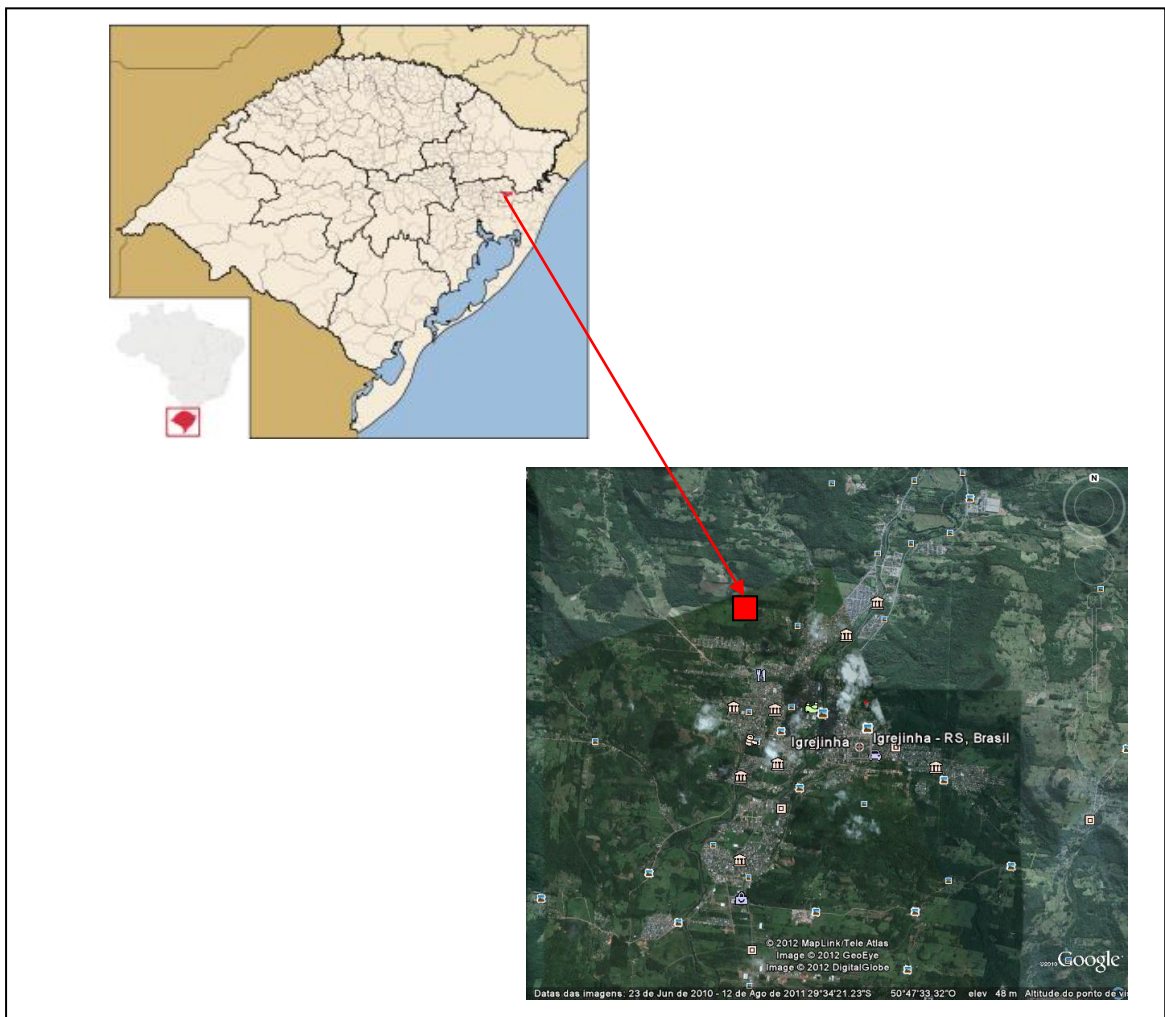
desenvolveu, predominando uma população branca de origem europeia. O Estado se constituiu sendo multiétnico, sendo que todas as etnias contribuíram para a formação do que se denominou de cultura gaúcha.

E é justamente essa miscigenação que se pode encontrar na cidade de Igrejinha que também alcançou um desenvolvimento dentro do cenário regional, lembrando que é uma cidade em que predominou a colonização alemã e que atraiu pessoas de diferentes lugares para seu território, principalmente devido ao desenvolvimento da indústria calçadista e ao aquecimento do comércio, conforme será evidenciado no próximo capítulo.

3 A ORIGEM DE IGREJINHA E O SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Neste capítulo, pretende-se abordar como se deu o desenvolvimento da cidade de Igrejinha a partir de sua origem até a década de 1980.

Localizada a uma latitude 29.57° sul e a uma longitude 50.79° oeste, distante 82 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul, Igrejinha possui, estimadamente, 31.660 habitantes, que vivem, em sua maioria, de empregos gerados pela indústria calçadista, predominante na região (IBGE, 2010). Limita-se ao norte com Três Coroas, ao Sul, com Parobé e Taquara, ao Leste com Santa Maria do Herval e Nova Hartz e a Oeste com Taquara.



Mapa 1 - Localização da cidade de Igrejinha/RS.

Fonte: Google Earth. Acessado em: 02 out. 2012.

Essa região era habitada no início da colonização por índios Kaingangues, conhecidos como bugres. A partir do século XVI, esses grupos indígenas migraram para a região do nordeste do Rio Grande do Sul, fugindo dos ataques dos bandeirantes. Viviam da caça, da pesca e da coleta e cultivavam pequenas roças de milho e de mandioca. Eram seminômades e moravam em cavernas e grutas, sempre que possível próximo aos rios e arroios. Viviam praticamente isolados nesta região, até o início do século XIX, quando da criação do Caminho do Viamão ou Caminho das Tropas, que passava pela região.

Em 1824, começaram a desembarcar os primeiros imigrantes alemães às margens do Rio dos Sinos. Esses se fixaram em São Leopoldo e, a partir de então, novos grupos foram chegando e se espalhando entre montanhas e planícies, seguindo o curso do rio dos Sinos, Paranhana e outros.

De acordo com Fernandes (*apud* REINHEIMER *et al.*, 2011.p.24),

Tristão Monteiro chegou com a família, em outubro de 1846, para dar início ao seu empreendimento imobiliário: a fundação da colônia do Mundo Novo. A Colônia do Mundo Novo logo foi dividida em terrenos, chamados de colônias, no valor de trezentos mil réis cada. Essa divisão das terras foi descrita em partes, constantes nos documentos elaborados por Monteiro. Por essas descrições podemos afirmar que: cada colônia possuía a extensão de 150.000 braças quadradas; a Colônia do Mundo Novo era formada por quatro linhas: duas da estrada geral para Cima da Serra (uma em cada lado da via); duas nas margens do rio Santa Maria (onde todas as colônias faziam frente ao rio); as colônias podiam ser vendidas por inteiro (uma colônia), ou em terrenos menores com um quarto, ou meia colônia. As vendas se realizaram no mesmo ano da transferência de Monteiro, quando foram efetuados os primeiros negócios: 1846.

Em 1847, Tristão Joze Monteiro chega neste vale para realizar a demarcação de lotes de terra que venderia aos futuros colonos imigrantes e a seus descendentes. Ele havia comprado essa área em 1845, da viúva de Antonio Borges de Almeida Leaes. Percebendo a potencialidade dessa região, resolveu investir em terras que, apesar de serem bastante sinuosas e montanhosas, eram atrativas, cobertas por muitas matas, com madeiras de alto valor comercial e com muita diversidade da fauna.

Tristão Joze Monteiro tinha muitos planos para a colonização dessa região. Por isso concedia facilidades aos colonos para adquirirem as terras da região. Assim, a propaganda se espalhava, e muitos dos imigrantes que desembarcavam às margens do Rio dos Sinos em busca de uma vida melhor e de terra para trabalhar,

passaram a se estabelecer nas margens do rio Santa Maria, atualmente conhecido como Rio Paranhana¹⁰.

De acordo com Schmidt e Néri (*apud* REINHEIMER; SMANIOTTO, 2007. p.9),

Tristão Joze Monteiro foi um empreendedor no processo de colonização de Santa Maria do Mundo Novo. Além de ser responsável pela vinda dos imigrantes alemães para a Colônia, Monteiro se destacou como um comerciante de muitas habilidades.

Tristão Joze Monteiro acabou promovendo a vinda dos primeiros imigrantes para a região com a venda de colônias de terras, que haviam sido concedidas a Antônio Borges de Almeida Leães, em 1814. Era uma sesmaria que compreendia os atuais territórios de Taquara, Igrejinha e Três Coroas, sendo vendida, em 1845, a Tristão Monteiro, criando, assim, a Colônia de Santa Maria do Mundo Novo.

Em dois anos de colonização, a população já era considerável, ultrapassava os 400 habitantes. Com a população aumentando, ampliavam também as suas necessidades, por isso Tristão Joze Monteiro, conhecendo as carências dos colonos, fundou o núcleo “Casa de Pedra”¹¹, denominação que vem do fato de Tristão Monteiro ter mandado construir uma grande casa de alvenaria, a primeira e única no vale na época, que, na língua dos alemães, era denominada de “Steines Haus”.

¹⁰ **Paranhana:** Armindo Lauffer afirma que em pesquisa à Gramática da Língua Tupi de Aduino Fernandes encontrou a frase;!Mahá quite Paraná”inhana”-para onde corre este rio? Sendo “Pará” mar e “Paraná” água grande ou rio e “inhama” “o que corre”. Assim sendo, a tradução mais correta seria: “Rio que corre”. Borniger (*apud* REINHEIMER; SMANIOTTO, 2007.p.121, grifo do autor).

¹¹ A Casa de Pedra, construída sob o comando de Tristão Joze Monteiro em 1862, teve diversas finalidades, desempenhando um papel fundamental na comunidade local desde sua fundação até os dias atuais. Inicialmente foi um forte ponto comercial que atendia toda a região. Ao longo dos anos foi palco de festas de casamento, bailes, jogos e até de assassinatos. Imagem 2009. Fonte: Acervo FACCAT.



Imagem 1: Casa de Pedra - 1ª casa construída por trabalhadores sob o mando de Tristão Joze Monteiro.

Fonte: Acervo FACCAT

A Casa de Pedra foi construída para instalar o armazém. Além disso, inicialmente, serviu também de moradia para Tristão Joze Monteiro e sua família, para construtores, capatazes e imigrantes que chegavam de São Leopoldo e ali adquiriam seus lotes de terras para, depois, buscarem as suas famílias e fixarem-se na região. A casa funcionou, também, de comércio aos colonos e profissionais que demarcavam os lotes.

Conforme Machado (*apud* REINHEIMER; SMANIOTTO, 2007. p.17),

A Casa de Pedra também era conhecida pelos alemães como Steinhaus, por ter sido a primeira edificação de pedras com reboco na região. Durante os primeiros anos de ocupação serviu como moradia de Tristão Monteiro e provisoriamente dos primeiros imigrantes que vinham de São Leopoldo, além de ser um ponto comercial importantíssimo, pois era ali que os colonos compravam o que necessitavam e vendiam os excedentes de sua produção. Mas não só os alimentos eram comercializados, neste período, também vendiam escravos, que ficavam presos no porão da Casa de Pedra.

No início, a principal atividade econômica da colônia era a agricultura, e o caminho usado era o rio. Porém, esse só podia ser usado na época de chuva, quando as constantes enchentes mantinham o nível da água bem alto, o que permitia o uso de canoas e de lanchões, que eram usados para fazer o transporte das mercadorias. Mas esse recurso logo teve que ser abandonado, devido ao baixo nível da água nos meses de verão, pelas correntezas e por ter muitas curvas.

Então, picadas foram abertas pelos colonos nos matos, seguindo sempre as margens do rio. Assim, os colonos venciam as dificuldades impostas para transportar suas mercadorias. Com o tempo, esses caminhos abertos foram se transformando em estradas, facilitando a vida dos colonos. Se antes o único caminho usado era o rio, com a abertura das estradas os colonos passaram a utilizá-las para o escoamento e comercialização dos produtos.

No decorrer dos anos, a colonização se espalhou pelos vales e planícies vizinhas. Segundo Fernandes (*apud* REINHEIMER, 2011.p.24),

Em 1858, Monteiro declara a existência de uma povoação, na Colônia do Mundo Novo, chamada de Taquara, passando uma imagem de prosperidade. Nela havia 32 famílias morando na linha do lado direito da estrada geral, 15 no lado esquerdo; 11 famílias na margem direita do rio Santa Maria e 62 na esquerda deste. A Colônia possuía 120 famílias, residentes em seus lotes.

Inicialmente, a agricultura produzia somente os gêneros para a subsistência. Porém, durante a Revolta Farroupilha, após incentivo do governo para a agricultura de exportação, foi estimulada a produção de trigo, exportada pela colônia de São Leopoldo, entre 1845 e 1850. Esse estímulo beneficiava Porto Alegre, que era o escoadouro de toda a produção, através dos rios. Mas a região em estudo enfrentava muitas dificuldades, devido às pequenas propriedades, falta de técnicas adequadas ao plantio e colheita, transporte adequado que não onerasse o custo final do produto, não sendo possível, desse modo, beneficiar-se do estímulo dado naquele momento.

Em 1847, foi aberta a estrada Parobé, Canela e Linha Nova, com muita importância para o desenvolvimento econômico da colônia dos povoados vizinhos, pois era através delas que a produção era transportada até São Leopoldo.

Com o passar dos anos a colônia progredia, já eram comercializados milho e feijão, possibilitando que a região se desenvolvesse, e em 1863 surgiram então outras atividades econômicas como casas comerciais, moinhos, descascador de arroz, moinhos de óleo, serraria, olaria, ferraria, uma sapataria, açougue, um curtume e junto veio uma escola primária, uma escola pública dirigida pelo pároco da pequena igreja existente na localidade de Santa Maria.¹²

¹² Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Igrejinha. **Igrejinha, História que o tempo registra**. 1ª Edição, Igrejinha: Gráfica Paranhama, 1991, p. 18.

A partir da instalação do primeiro curtume em Igrejinha, em 1900, tem início a fabricação de calçados, o que originaria o surgimento de outras indústrias que passaram a usar o couro como matéria-prima para a fabricação de diversos utensílios, como selas, arreios, botas e tamancos. Em meados do ano de 1904, reuniram-se algumas pessoas da comunidade para construir a primeira ponte sobre o rio Paranhana.

No ano de 1912, o povoado já possuía rede elétrica, fornecida pelo moinho de João Kichler, sendo que Igrejinha se tornou a pioneira em iluminação elétrica residencial em toda a região.

A estação ferroviária de São Leopoldo foi a primeira a ser construída no Estado do Rio Grande do Sul, em 1871. Ela fazia parte da primeira estrada de ferro que partia de Porto Alegre e passava por São Leopoldo e tinha como finalidade tornar o transporte da produção do Vale do Sinos mais rápido e mais econômico. A primeira parte da construção ficou pronta em 11 de abril de 1874 e, em 1º de janeiro de 1874, o trem já chegava até Novo Hamburgo, com seguimento até Taquara, por construção de João Correa Ferreira da Silva, ficando pronta em 1903.

Em 1913, foi construído o ramal de trem de Taquara subindo a serra, seguindo até Gramado. Esse trajeto foi concluído em 1922 e, em 1924, o trem chegou até Canela. Os trilhos acompanhavam o curso do rio e passavam ao lado do povoado. Igrejinha recebeu uma estação ferroviária e uma ponte ferroviária, como é possível observar nas fotografias apresentadas a seguir. A linha férrea deu um grande impulso ao progresso da localidade, por facilitar o escoamento da produção.



Imagem 2 - Fausto Koetz. Ponte sobre o Rio Paranhana – 1960

Fonte: Acervo particular de Guisella Semilda Höernig Lamb



Imagem 3 - Rua da Independência – 1960

Fonte: Acervo FACCAT

A partir de 1930, muitas indústrias iniciaram suas atividades em Igrejinha, elevando a arrecadação da localidade, começando, então, a surgirem ideias de emancipação. Até então, Igrejinha pertencia ao primeiro Distrito, à sede de Taquara do Mundo Novo. Por volta de 1930, foi criada a primeira empresa de Igrejinha que fabricava calçados e artefatos de couro. Nessa época, alguns cidadãos, com interesses políticos e econômicos, levantaram a necessidade da criação do distrito de Igrejinha, por ser considerado um local de muita importância.

Essa ideia foi apoiada pela população local, e o então prefeito de Taquara, Sr. Coronel Theobaldo Fleck, em 1º de Janeiro de 1935, assinou o Ato Municipal nº 01, de 1º de janeiro de 1935, criando assim o 8º Distrito de Taquara, Igrejinha, elevando-o à categoria de vila.

Em virtude desse desenvolvimento econômico e industrial cada vez mais expressivo, mais indústrias se instalaram no local, iniciando assim, a partir de 1940, uma nova fase econômica para a localidade de Igrejinha. A partir de então e até 1955, foi um verdadeiro surto de fábricas de calçados e artefatos de couro que se estabeleceram em Igrejinha.

Como foi citado anteriormente, Juscelino Kubitschek, após ser eleito para a presidência da República, promoveu o desenvolvimento econômico do país por meio do Plano de Metas, priorizando os seguintes setores: transporte, alimentação, energia, indústria, educação e a construção de Brasília. O plano consistia em priorizar os investimentos no desenvolvimento econômico, principalmente nas rodovias, hidrelétrica, aeroportos e indústrias.

Com a presença dos militares no poder, os projetos de construção de ferrovias dos governos anteriores foram abandonados pelos militares por serem considerados ultrapassados. Tinha-se, então, a necessidade de modernizar o serviço de transporte, torná-lo mais rápido. Assim, ao assumirem o poder, os militares adotaram o desenvolvimento que subordinava a economia ao capital, à tecnologia e aos interesses estrangeiros. Dessa forma, a prioridade passou a ser as rodovias, através do automobilismo. Essa política acabou atingindo a região, uma vez que a linha do trem de Taquara a Canela foi desativada, as máquinas vendidas como sucatas, e os trilhos, aos poucos, foram arrancados, surgindo a necessidade de uma nova via de escoamento para a produção e para a circulação de pessoas, antes feita pelo trem. Assim, com a construção da RS 115, o transporte passou a ser feito por ônibus e caminhões, portanto, por rodovia.

Por volta da década de 1960, a ideia de emancipação ficava cada vez mais forte entre os igrejinenses, até que, em outubro de 1961, um grupo de emancipacionistas, liderado por nomes de expressão na comunidade, representou o município junto ao Governo Estadual, levando a ideia de emancipação da localidade de Igrejinha.

Em 1964, o desenvolvimento industrial e econômico em Igrejinha tornava-se cada dia mais expressivo e já contava com uma população de aproximadamente 6.290 habitantes, conforme estimativa do IBGE.

Em 1º de junho de 1964, Ildo Meneguetti, então governador do Rio Grande do Sul, assinou a Lei nº 4.733, que criava o Município de Igrejinha. A população logo se mobilizou para eleger o prefeito do mais novo município, localizado às margens do Rio Paranhana. A cidade tem seu nome proveniente de uma igreja, construída em madeira, por imigrantes, essencialmente, de origem alemã, moradores do então vilarejo denominado Média Santa Maria.

De acordo com Engelmann (2004, p.25),

Inaugurada em 1863, um pequeno templo religioso, pioneiro na trajetória histórica da cidade, foi o primeiro existente em toda região, servindo como ponto de referência aos tropeiros, que se deslocavam de São Francisco de Paula até Porto Alegre. Esse caminho, atualmente, representa a RS 020.

Oficialmente, o município seria instalado em 9 de fevereiro de 1965, e João Darci Rheinheimer foi eleito com quase a totalidade dos votos dos eleitores, que, na época, somavam 1.652 eleitores.

O desenvolvimento econômico alcançado por Igrejinha, após sua emancipação política, foi grande, trazendo mudanças para o município. Na década de 1970, a antiga Rua dos Trilhos foi repaginada, passando a ser a “Avenida Presidente Castelo Branco”, bem como a ocupar o antigo leito dos trilhos. Atualmente, nessa avenida, está o centro de prestação de serviços do município de Igrejinha: comércios, indústrias, instituições financeiras, posto de saúde, sede administrativa (Prefeitura Municipal), instituição educacional e praça central. É nesse contexto que as transformações das ruas da cidade de Igrejinha foram ocorrendo, juntamente com os acontecimentos nacionais e regionais.

Por meio de fotografias, é possível identificar várias mudanças, começando pela abertura de novas ruas e avenidas, a chegada da pavimentação que cobriu as

ruas de chão batido, assim como as mudanças na economia, na cultura, na sociabilidade, na religião, no comércio e na política, acabando por refletir no desenvolvimento da cidade. Essas transformações se materializam em construções como: casas, prédios, pontes, ruas e avenidas em Igrejinha e fazem parte de registros fotográficos. Atualmente, essas fotografias se encontram em arquivos públicos e privados, no Museu Professor Gustavo Koetz de Igrejinha e na Faccat - Faculdades Integradas de Taquara.

Por meio dessas fontes, pretende-se, no capítulo a seguir, contar um pouco mais da história do município de Igrejinha, direcionando o olhar para a Rua da Independência e para a Avenida Presidente Castelo Branco, fazendo uma relação entre o passado e presente.

4 PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NO CENTRO DE IGREJINHA

Neste capítulo, será feita a relação entre o passado e o presente, no que se refere ao desenvolvimento da cidade de Igrejinha a partir da formação de duas vias públicas: Rua¹³ da Independência e Avenida Presidente Castelo Branco. Para isso, a fotografia será a fonte principal. Serão analisadas fotografias da época que retratam como foi acontecendo esse desenvolvimento a fim de se perceberem mudanças e permanências, uma vez que a fotografia pode ser considerada um instrumento visual ou um documento contendo informações sobre um determinado tempo/espaço, um meio de divulgação, expressão artística e, também, um instrumento de pesquisa.

Nesse sentido, é importante lembrar que a fotografia surgiu na década de 1830 como resultado da significativa conjugação do engenho, da técnica e da oportunidade. Niépce e Daguerre – dois nomes que se ligaram por interesses comuns, mas com objetivos diversos – são exemplos dessa união. A partir da década de 1960, a fotografia passa a ser vista como importante objeto de estudos. Sendo assim, Peter Burke, em seu livro “Testemunha Ocular” (2004), reflete sobre o desafio de utilizar imagens para se compreender outras épocas, já que as imagens devem ser consideradas extensões dos contextos sociais em que elas foram produzidas e não simples reflexões de lugares e épocas.

A invenção da fotografia possibilitou aos seres humanos o registro de momentos históricos que podem ser revividos pelo poder documental da informação que está retida na fotografia.

A Rua da Independência é a mais antiga da cidade de Igrejinha e uma das mais importantes. Era também chamada de a Rua da Igreja e teve seu nome trocado em 16 de setembro de 1965, conforme Lei Municipal de nº 12, quando passou a se chamar Rua da Independência.

No início do século XIX, era somente uma trilha, mas era o caminho preferido pelos tropeiros e caixeiros, que mais tarde se tornaria uma das ruas mais movimentadas da cidade, na qual se instalaram muitos comércios. Hoje em dia, é a

¹³ Trabalhar-se-á com significado de rua conforme o Dicionário da Língua Portuguesa, em que rua significa: 1. nas cidades, caminho público, ladeado de casas. 2. os habitantes duma rua. 3. a parte da rua (1) por onde passam os veículos. 4. o conjunto dos locais públicos ou frequentados pelas pessoas em geral: almoça na rua e não em casa. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Curitiba: Ed. Positivo, 2008, p.716.

rua onde se encontram as mais antigas construções de Igrejinha, como a Igreja Gabriel, a Sociedade União de Cantores (SUCI), o prédio da primeira Indústria de Calçados e outras tantas. Também foi a primeira rua a ter casas numeradas, e a primeira rua da cidade a ter calçamento.

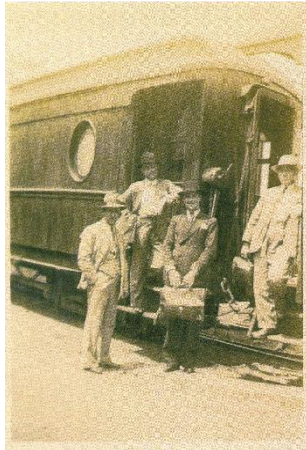


Imagem 4 – Caixeiros / Representantes comerciais saindo em viagem de trabalho.

Fonte: Acervo FACCAT

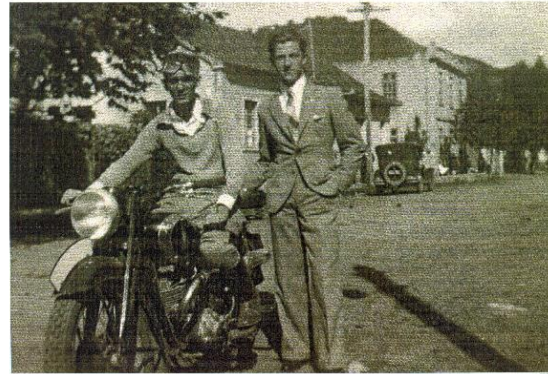


Imagem 5 – Rua da Independência - 1940 a 1945 – Casa da Família Mohr – pizzeria – 1º fábrica de calçados.

Fonte: Acervo particular de Eliana Peters

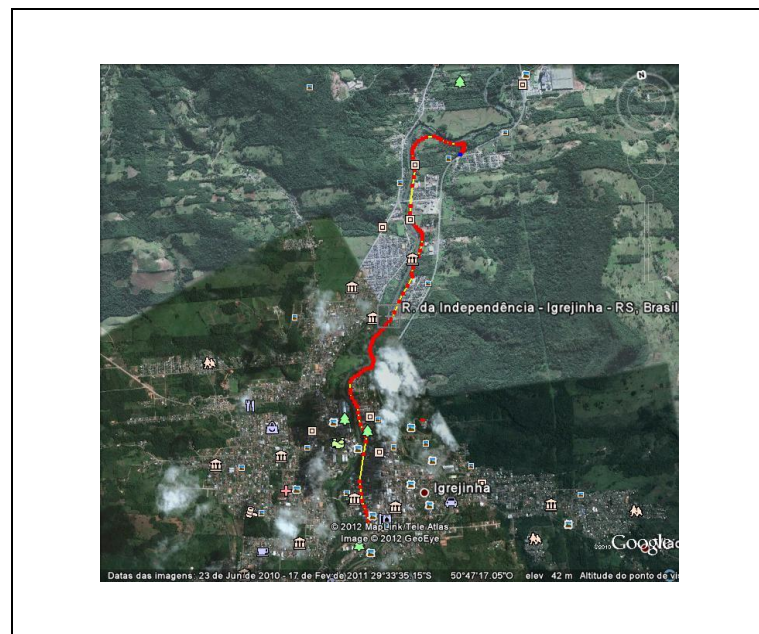
Nas fotografias apresentadas anteriormente, veem-se caixeiros viajantes, os comerciantes e os representantes comerciais, trajando ternos de linho, bem passados, sempre acompanhados do uso da gravata, bem barbeados, com boas maneiras, exibindo poses de forma educada. Percebe-se que os homens sempre usavam chapéu, embora de diferentes modelos. As fotografias evidenciam a passagem do tempo, mostrando os costumes e o progresso de uma cidade, os diferentes meios de transportes, e o gênero masculino predominando em atividades comerciais.

A Rua da Independência, de chão batido, passou a ter asfalto, se modernizou, mas, apesar de toda essa modernidade, continua carregada de história. O tempo tem acumulado e produzido muitas marcas que contam a história, a origem e as dificuldades que são superadas. Registro de histórias que são contadas através das construções que são preservadas, fazendo com que, ao seu redor, se instalem novas ruas e novas avenidas. É a urbanização alargando territórios.

A abertura da avenida provocou mudanças, e os olhares se voltam, agora, para a avenida, moderna, de duas vias, ampla, iluminada, com calçadas largas e canteiros centrais, apresentando características germânicas.

A avenida passou a ser o endereço comercial mais procurado por lojistas, por instituições financeiras. Todos agora querem ter seu comércio localizado na avenida, sinônimo de *status*. Entretanto, a Rua da Independência não perdeu seu brilho nem sua importância. Alguns prédios foram modificados, adaptando-se a nova realidade da cidade, mas mantendo as características originais, ou seja, um passado que continua presente como analisado a seguir.

4.1 Rua da Independência: um passado presente



Mapa 2 – Localização da Rua da Independência.

Fonte: Google Earth. Acessado em: 02 out. 2012

Geograficamente, a Rua da Independência segue, paralelamente, costeando o rio Paranhana, com uma extensão de 4.590,00m. Foi o primeiro local onde os colonos concentraram suas residências e seus comércios, tornando-se a principal via de comunicação da localidade no início do século XX.

A rua é um local onde pessoas convivem, onde estão as histórias do presente e as histórias do passado. Através das ruas, é possível perceber as mudanças ocorridas pelo tempo, como suas modificações vão acontecendo, como a rua de chão batido passa a ter calçamento e iluminação elétrica. Algumas de suas construções são modificadas, e outras são destruídas para dar lugar a construções novas.

A Rua da Independência, em homenagem à Independência do Brasil, no século XIX, era chamada de Estrada Geral, e suas construções ocupavam o lado oposto à margem do rio, nas propriedades rurais, na mesma área onde seus moradores trabalhavam com o plantio de milho, arroz e feijão. Foi com essa cultura que teve início o progresso da região, passando depois para outras atividades, como serrarias, olarias, sapatarias, possibilitando um desenvolvimento mais rápido a partir de então.



Imagem 6 – Ano de 1913 – O primeiro prédio construído na Rua da Igreja, hoje Rua da Independência.

Fonte: Acervo particular de Luis Pedro Renck

As propriedades rurais da época, normalmente, costeavam as margens do rio. Contavam com casa de moradia, galpão, estrebaria, galinheiro, pocilga, uma horta e

a lavoura. No início, os produtores plantavam milho, feijão e arroz. A mão-de-obra utilizada nas plantações era somente dos familiares.

De acordo com o historiador Peter Burke (2004, p. 17), pode-se afirmar que as imagens permitem “imaginar” o passado de forma mais vivida. Como sugerido pelo crítico Stepaen Bann, a posição face a face com uma imagem coloca o receptor “face a face com a História”. O uso de imagens de diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informação ou de oferecer prazer, permite-lhe testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, de crenças, etc. Embora textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais da vida religiosa e da política de culturas passadas.

Burke defende e reafirma que as imagens, assim como textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular (BURKE, 2004, p.17).



Imagem 7 – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – 1901.
Fonte: Acervo FACCAT

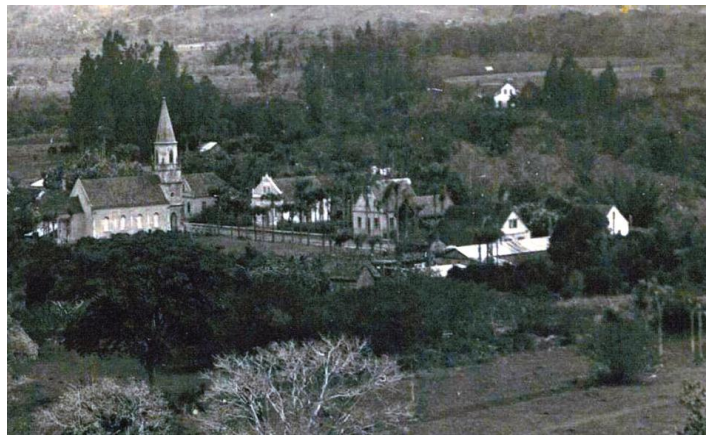


Imagem 8 – Vista da Rua da Independência por volta de 1930.
Fonte: Acervo FACCAT

A Rua da Independência é a mais antiga da cidade de Igrejinha. Era e continua sendo uma das mais importantes do município. Inicialmente, era chamada de Estrada Geral, porque ligava o município de Taquara ao distrito de Três Coroas,

passando em frente à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil¹⁴, por isso a Estrada Geral era conhecida, popularmente, como a Rua da Igreja, como se pode observar nas fotografias apresentadas anteriormente.

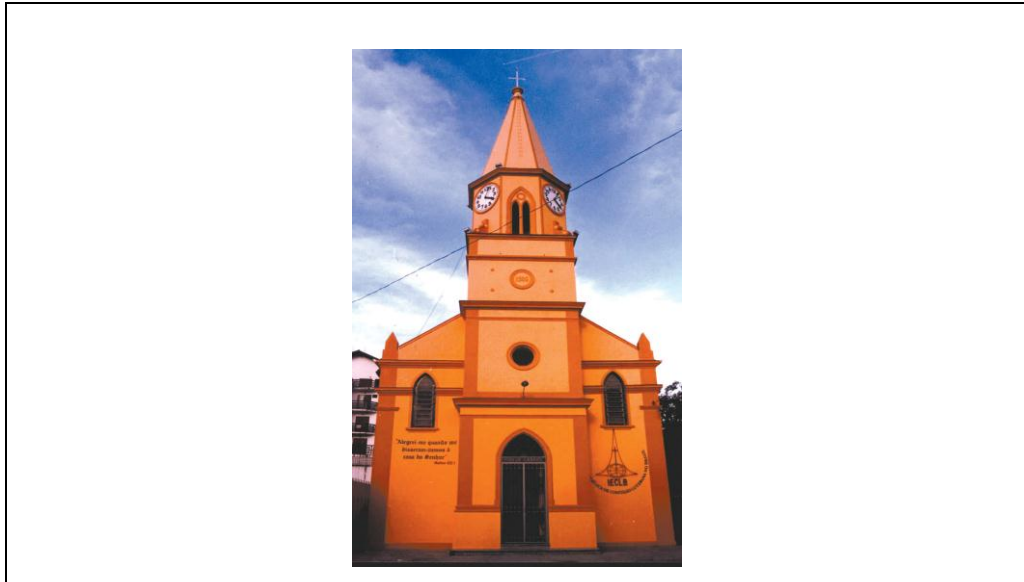


Imagem 9– Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - 2009.

Fonte: Inventário do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Artístico de Igrejinha (2009)

Por meio da fotografia, é possível perceber as modificações e as transformações que ocorreram durante os anos. Na rua que antes era uma picada¹⁵, depois uma estrada de chão batido, agora há uma rua asfaltada, com iluminação na rua, nas casas, nos prédios e no templo religioso. Essas transformações revelam histórias. Através do olhar, é possível saber que a fotografia registra um imóvel histórico, que representa a denominação da rua e do município, que tem suas origens ligadas aos imigrantes alemães e à religião evangélica, devido a sua construção de estilo neogótico. A construção está inserida no contexto atual da cidade.

¹⁴ Em 1860 foi iniciada a construção da Igreja em enxaimel e inaugurada em 1862, pelo pastor Friedrich W. Fürchtegott. Até 1874 era a única igreja existente no município de Taquara. Em 1885 a igreja velha foi desmanchada e a madeira foi vendida para Heinrich Ludwig. Em 1886 foi iniciada a construção da atual Igreja Gabriel. Em 1927, a igreja foi reformada e foi anexado o abside (construção arredondada no altar) ao prédio. Na década de 30 foram colocados os relógios. De 1956 a 1960 foram feitas reformas com o objetivo de aumentar o espaço e melhorá-lo, dando ao templo a forma que tem hoje. Fonte: Acervo FACCAT.

¹⁵ Picada é a forma básica de penetração na floresta subtropical, na qual se busca abrir com os instrumentos disponíveis vias, ao longo das quais vão sendo instalados imigrantes, em lotes que lhes são designados (DREHER, 1999, p. 54).

Os imigrantes alemães trouxeram consigo a fé evangélica, iniciando uma nova história de religiosidade no Brasil. As igrejas eram os locais onde os imigrantes mais se encontravam, nos dias de culto, pois todos moravam longe, e a igreja acabava por se tornar também um encontro social. Toda essa trajetória deixou marcas que podem ser observadas até os dias de hoje. Uma mostra dessa transformação pode ser vista na Rua da Independência. Mesmo com o passar das décadas e com as transformações que ocorreram ao longo dos anos, a Igreja Gabriel permanece sendo o ponto de encontro de orações dos imigrantes e de seus descendentes até os dias de hoje.

A partir da Rua da Independência, os lotes eram demarcados e apropriados para construções de residências dos colonos que aqui se estabeleceram, passando a ser a via principal de saída para o transporte das mercadorias para outras localidades. Inicialmente, a produção era escoada pelo Rio Paranhana / Rio dos Sinos e, posteriormente, era realizada por mulas ou cavalos que iam formando trilhas margeando o leito dos rios e arroios até Taquara, Sapiranga e São Leopoldo.

Nesse sentido, Dalva Reinheimer (2010, p. 138-139, grifo da autora) aponta que:

A navegação teve início com a chegada dos primeiros imigrantes alemães ou descendentes destes, vindos de São Leopoldo, em 1846. Teve como referencial o lugar chamado de “passo do Mundo Novo” (...), justamente na confluência dos rios. Ali ficavam também as extremidades das estradas que serviam de caminhos para os tropeiros. Na margem direita havia o caminho que seguia para a localidade de Entrepelados (Taquara e Santo Antonio) e dali para Lomba Grande (Novo Hamburgo). Na margem esquerda, ficava o caminho que ia para Taquara, em direção aos Campos de Cima da Serra (atual São Francisco de Paula e arredores). Com a chegada dos imigrantes, a travessia no “passo” passou a ser feita por uma barca tocada a varas.

Nos primeiros tempos, a única atividade econômica era a agricultura, em toda a zona colonial alemã, sendo o feijão e o milho os principais produtos cultivados e comercializados, trazendo progresso para a região. Aos poucos, foram surgindo atafonas, moinhos de farinha de milho, produção de óleo e descascadores de arroz. A manufatura marca presença no cotidiano dos moradores e provoca transformações no espaço físico e cultural.

A partir de 1900, surgiu o primeiro curtume, com o início da industrialização do couro. Assim, Igrejinha recebeu a primeira fábrica, que produzia selas, arreios, tamancos e botas torneadas. As máquinas contavam com a força elétrica. Essa

energia era produzida por um moinho movido à água. A primeira indústria iniciou suas atividades na década de 1930 e estava localizada na antiga Estrada Geral, atual Rua da Independência.

Essa construção simboliza um passado presente nessa rua, uma vez que, através da fotografia, é possível observar as transformações que ocorreram durante os anos, entre essas o crescimento, ou seja, o progresso. Desse modo, a fotografia ajuda a entender como ocorreram essas transformações.



Imagem 10 – Fábrica de calçados Kirsch, Wallauer e Kehl - década de 1930.

Fonte: Acervo FACCAT



Imagem 11 – Sobrado Matzembacher - 2009.

Fonte: Acervo FACCAT

No Inventário do Patrimônio Histórico¹⁶, Arquitetônico e Artístico de Igrejinha (2009), afirma-se que:

Logo após a sua construção este prédio foi sede de uma das primeiras fábricas de calçados de Igrejinha, a empresa Kirsch, Wallauer & Kehl. A sociedade era composta por Leopoldo Kehl, Maltus Kirsch, Teodoro Wallauer, Frieda Kirsch, Gustavo Kirsch, Emilio Kirsch e por Asila Kirsch Matzembacher, sendo esta última a proprietária do prédio. A empresa passou por diversas modificações em sua razão social pela alternância de sócios, mas a propriedade continuou com a senhora Asila. O prédio abrigava a produção e o escritório da empresa. Posteriormente ali se estabeleceram lojas (no térreo), consultórios e escritórios (primeiro andar). Atualmente o prédio ainda pertence aos herdeiros de Asila Matzembacher¹⁷.

¹⁶ **Patrimônio Histórico:** refere-se a um bem móvel, imóvel ou natural, que possua valor significativo para uma sociedade, podendo ser estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou ecológico.

¹⁷ REINHEIMER, Dalva N; SMANIOTTO, Elaine. Documentário - **Inventário do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Artístico de Igrejinha**. Prefeitura Municipal de Igrejinha e FACCAT, 2009.

Sendo assim, o prédio que, no passado, foi sede de uma fábrica de calçado representa um “lugar de memória”¹⁸ sobre o desenvolvimento da cidade de Igrejinha, portanto, um espaço de permanência. Porém, esse mesmo espaço mostra mudanças, seja no aspecto arquitetônico, seja no aspecto funcional.

Hoje, a Rua da Independência é um referencial do comércio e do local em que estão localizados mais imóveis que constituem o patrimônio cultural da cidade. Ao longo de sua história, a rua de chão batido vai mudando sua imagem de colônia para centro comercial.

Desde o início, essa rua foi destinada para fins residenciais e comerciais, como acontece até nos dias atuais. No princípio, as construções eram simples, não havia saneamento básico, nem calçamento. Com o rápido desenvolvimento, as construções em estilo enxaimel¹⁹, típico da colonização alemã, passam para um estilo moderno com assistência de engenheiro, agora dentro de um contexto que vai sendo urbanizado.

Conforme Schneider e Scheffer (*apud* REINHEIMER; SMANIOTTO, 2007.p.154/155),

O estilo enxaimel, característico nas construções da região, veio da Europa. Consiste em paredes estruturadas por um tramado de madeiras aparelhadas em peças horizontais, verticais e inclinadas são encaixadas entre si e cujos tramos são posteriormente preenchidos com taipa, adobe, pedras e tijolos. Pode-se dizer que esta técnica é uma estrutura composta por peças encaixadas.

¹⁸ A expressão *lugares de memória* foi criada pelo historiador francês Pierre Nora. Convencido de que no tempo em que vivemos os países e os grupos sociais sofreram uma profunda mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado, Pierre Nora acredita que uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade. Para Pierre Nora, os *lugares de memória* são, em primeiro lugar, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Longe de ser um produto espontâneo e natural, os *lugares de memória* são uma construção histórica. Cf. Entrevistas com Pierre NORA em www.eurozine.com e em www.gallimard.fr, consultadas em 28 de dezembro de 2005. (NORA, 1993, grifos do autor).

¹⁹ Enxaimel é um estilo arquitetônico, um método de construção muito antigo, que chegou com os imigrantes alemães no século XIX. Consiste em construir as bases da casa com grandes toras de madeira que são todas encaixadas. Depois, preenchem-se os espaços vazios com tijolos à vista ou estuque. Também tem como característica os telhados pontiagudos que, na Europa, serviam para que a neve ao cair nos telhados não fizesse com que a casa desabasse. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/guia/enxaimel-ou-fachwerk-mas-e-mais-dificil-de-falar>> Acesso em: 16 set. 2012.



Imagem 12 – Casa da família Matzembacher - década de 1940. Neste terreno instalou-se a primeira escola da Comunidade Evangélica que foi levada pela enchente de 1885.

Fonte: Acervo FACCAT



Imagem 13 – Alunos do Jardim de Infância - 1939.

Fonte: Acervo FACCAT

O prédio em que funcionava a escola foi destruído por uma grande enchente em 1885. Durante algum tempo, as aulas foram ministradas na igreja. A rua de chão batido, empoeirada no verão e com lama no inverno, dificultava o acesso dos alunos à escola. Mas, mesmo com as dificuldades que encontravam, as crianças frequentavam a escola. Havia a necessidade de conhecimentos culturais e a convivência social.

A educação, naquele tempo, era rigorosa. Os alunos deviam respeitar os professores, precisavam cumprimentar seus mestres antes de entrar em sala de aula e se despedir ao sair. Além disso, precisavam saber a tabuada, sem errar, além de ler e escrever corretamente em português e alemão. O material escolar era simples. Entre as professoras que pertenciam ao Grupo Escolar de Igreja podem ser citadas as senhoras: Silvia de Azevedo, Olívia Lahm Hirt, Clotilde Martins e Berthalina Kirsch.

Também estava localizada na Rua da Igreja outra instituição educacional, na qual estudavam crianças de várias localidades. As fotografias a seguir apresentam esse registro.



**Imagem 14 – Casa E.A.Schaefer – 1945 –
Concentração de alunos em
frente à Escola Estadual de
Igrejinha (posteriormente
I.E.E.Olívia Lahm Hirt)**

Fonte: Acervo Fundação Cultural de Igrejinha



Imagem 15– Casa E.A.Schaefer – 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

Esse prédio foi a primeira sede do Instituto Estadual de Educação Olívia Lahm Hirt, que ali permaneceu até 1947, quando foi transferido para sede própria do governo, tendo como primeiro diretor o senhor Pedro Ivan Sparrenberger. A fotografia mostra uma das primeiras construções com dois pavimentos na cidade de Igrejinha, valorizando o espaço urbano e comercial que se desenvolvia na Rua da Independência. Em 1952, esse prédio adquiriu novas funções: no pavimento térreo, serviu de loja de materiais de construção e montagem de fogões a gás da empresa E.A. Schaefer & Cia Ltda.; e no pavimento superior, de moradia da família Schaefer. O sótão amplo era o espaço reservado para a oficina de consertos de aparelhos de rádio e, posteriormente, também de televisores e vitrolas²⁰.

Na década de 1990, o prédio foi reformado, passando a ter duas frentes: uma com a Avenida Presidente Castelo Branco, destinada a ser a entrada principal da Loja E.A.Schaefer, e sua parte superior passou a servir de depósito para os materiais da loja; já a parte em que se localizava a loja, com frente para a Rua da

²⁰ REINHEIMER, Dalva N.; SMANIOTTO, Elaine. Documentário - **Inventário do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Artístico de Igrejinha**. Prefeitura Municipal de Igrejinha e FACCAT, 2009

Independência, foi transformada em uma sala comercial, destinada para locação, tornando-se, assim, mais uma fonte de renda para a família.



Imagem 16 – Casa E A Schaefer, frente para Avenida Presidente Castelo Branco - 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

Nos anos 90, o palco do desfile da Oktoberfest²¹ passou a ser realizado na Rua da Independência. Devido a sua história, também eram realizados os desfiles de 7 de Setembro e os desfiles militares no período militar. É importante observar a presença de bicicletas que passam a ser usadas como meio de transporte e de lazer a partir da década de 1950. Nos desfiles escolares, elas aparecem enfeitadas, como é possível visualizar nas fotografias a seguir.

²¹ Oktoberfest é um festival de cerveja e uma feira de produtos e diversões celebradas originalmente em Munique, no estado da Baviera, no sul da Alemanha. “Oktober” significa outubro e “Fest” festa ou festival. Desde 1988 a cidade de Igrejinha, através da AMIFEST, realiza a Festa Comunitária - Oktoberfest. Este evento ocorre anualmente e nunca houve interrupções. Os lucros são distribuídos a entidades do município e região. A origem da festa está associada à presença dos imigrantes alemães na região que, ao se estabelecerem, procuraram manter seus laços étnicos com a pátria-mãe, por meio da celebração da festa. Desde o início é totalmente voluntária.



Imagem 17 – Rua da Independência - Desfile escolar de 7 de Setembro - 1958.

Fonte: Acervo FACCAT



Imagem 18 - Rua da Independência - Desfile de 7 de Setembro - década de 1960.

Fonte: Acervo FACCAT

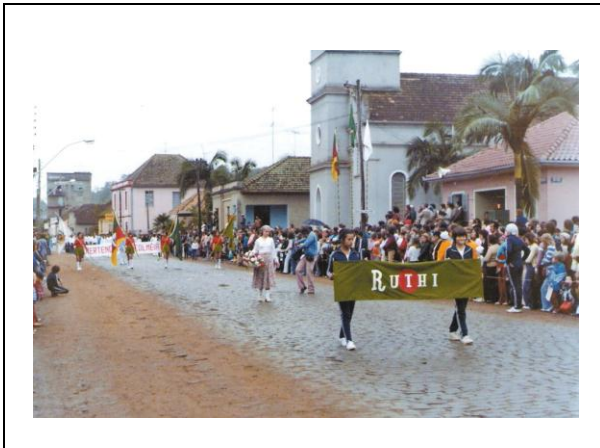


Imagem 19 – Desfile escolar de 7 de Setembro - década de 1970.

Fonte: Acervo FACCAT



Imagem 20 – Desfile em comemoração ao 10º aniversário do município – 1974 - durante o período militar.

Fonte: Acervo FACCAT



Imagem 21 – Foto de desfile atual da Oktoberfest – 2011

Fonte: Acervo particular de Alcídio Schmidt

Desfiles cívicos e festas populares sempre tiveram lugar na Rua da Independência. Por meio da fotografia, percebe-se que os desfiles cívicos e festas tradicionais, como a Oktoberfest, fazem parte da vida social da comunidade de Igrejinha, permitindo que toda a população da cidade participe. Na ocasião, os moradores decoram as casas, os prédios e as lojas, participando do concurso de vitrine melhor decorada, e as ruas também são enfeitadas de acordo com a organização dos eventos e conforme o tema.

A fotografia estabelece uma relação com as lembranças que foram apagadas pelo tempo, mas que são revividas quando as fotografias são novamente apreciadas. A Rua da Independência, devido a sua história, se tornou a rua oficial para a realização dos desfiles da Oktoberfest. Toda a cidade participa, reunindo muitas pessoas, que se encontram, às vezes, somente nessa época. Reúnem-se pessoas desconhecidas, pessoas de todas as crenças, de todas as origens e de todas as classes sociais. Essa rua, que já foi fotografada em diferentes épocas, recebe diferentes grupos que ficam cantando, pulando, gritando, bebendo, tomando chimarrão em suas cadeiras, enfim, nesse momento, a Rua da Independência é um encontro de pessoas da comunidade que, juntas, celebram mais uma edição da festa mais popular da região.

A nova sede da Sociedade União de Cantores de Igrejinha – SUCI - também contribuiu para que a Rua da Independência ficasse mais enobrecida com a construção da edificação de dois pavimentos. Emilio Lamb foi o engenheiro responsável pela obra.

A Sociedade União de Cantores de Igrejinha foi fundada em 05 de Maio de 1887. Em setembro de 1893 decidiu-se que era necessária a construção de uma nova sede para a Suci, sob a responsabilidade do engenheiro civil Emilio Lamb. A construção deveria ser de um edifício assobradado, no qual seriam instaladas pequenas salas no primeiro andar. A copa, secretaria e sala de jantar e cozinha na parte do andar térreo, além do extenso salão de festas. A reforma foi inaugurada em 14 de Janeiro de 1945. Nas décadas de 1940/60 o prédio da SUCI também era palco para um grupo de teatro da cidade que ali fazia as suas apresentações. Até o final dos anos 1970 a SUCI tinha o seu coral masculino e os ensaios sempre ocorreram nas salas deste prédio. Também foi em seu salão que o grupo de danças folclóricas alemãs Berchtesgaden ensaiava seus números nos anos de 1980/90. Além de abrigar as atividades artísticas e recreativas citadas eram freqüentes os bailes e os tradicionais torneios de bolão. Este prédio serve ainda para

atividades da comunidade como reuniões de diversas associações, palestras, cursos, festas particulares, cerimônias e tantos outros eventos²².

A história da SUCI se confunde com a história da colonização alemã em Igrejinha. O local era palco dos encontros dos imigrantes que vieram para essa região enfrentando muitas dificuldades e tinham esse espaço como um ponto de encontro para preservarem a cultura alemã e a vida em comunidade.

De acordo com Engelmann (2012.p 15), nunca se teve notícia de um povo que gostasse tanto de cantar quanto o povo alemão.



Imagem 22 – Sociedade União de Cantores de Igrejinha - início do Século XX.

Fonte: A saga dos alemães: volume III. Erni Guilherme Engelmann



Imagem 23 – Sociedade União de Cantores de Igrejinha – década de 1960.

Fonte: Acervo FACCAT

²² REINHEIMER, Dalva N.; SMANIOTTO, Elaine. Documentário - **Inventário do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Artístico de Igrejinha**. Prefeitura Municipal de Igrejinha e FACCAT, 2009.



Imagem 24– Sociedade União de Cantores de Igrejinha – 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

A Sociedade União de Cantores de Igrejinha foi fundada em 05 de maio de 1887, com o objetivo de cultivar e promover o canto e a sociabilidade entre os imigrantes que encontraram e enfrentaram grandes dificuldades para colonizar essa região, mas que, nem assim, deixavam de cultivar seus ritos sociais e religiosos. A vida social da comunidade evangélica de Igrejinha era bem dinâmica, com muitos eventos culturais. Os encontros eram marcados por muitas conversas. Os participantes ouviam música, cantavam e dançavam. Desse modo, a SUCI passou a ser conhecida como um local de várias atividades, servindo, ao longo dos anos, de palco para vários eventos culturais, musicais, teatrais, de posses de autoridades, de decisões políticas e administrativas, apurações eleitorais, palestras, cursos de formação de professores, bailes, Kerb²³, cerimônias de formaturas, enfim, um espaço reservado para acontecimentos importantes da cidade.

Atualmente, a SUCI oferece para seus sócios o uso das piscinas, cancha de bocha, jogos de bilhar e cartas. Além disso, conta com um restaurante, e eventos,

²³ Festa introduzida nas áreas de colonização alemã no Rio Grande do Sul. Inicialmente servia para celebrar a inauguração do Templo religioso, mas com o tempo tornou-se uma festa familiar e comunitária. Festa de origem alemã. Serve de encontro para a confraternização entre amigos e familiares, para relembrar os antepassados que vieram para um país desconhecido com o intuito de vencerem e terem um futuro melhor para as suas famílias.

como bailes, são promovidos em diversas ocasiões durante o ano, continuando, assim, a ser ponto de encontro da comunidade.

A maçonaria também esteve presente na cidade desde os primeiros tempos da colonização, divulgando sua filosofia e ideologia de vida entre os imigrantes e seus descendentes que aqui se estabeleceram.

Um grupo de imigrantes fundadores de Santa Maria do Mundo Novo reuniu-se em 26 de março de 1899, na Média Santa Maria, para a fundação da Loja Maçônica Emanuel. Os participantes eram líderes comunitários que se reuniam secretamente, mas, apesar dos encontros serem secretos, os assuntos tratados nas reuniões eram sobre o bem próspero da comunidade que estava se formando. Os primeiros encontros aconteceram em um prédio existente na Estrada Geral, ao lado do cemitério, às margens do Rio Santa Maria, próximo à Igreja Evangélica. Mais tarde, as reuniões passaram a ser realizadas em uma casa de moradia na mesma rua, abrigando, ao mesmo tempo, o Templo da Maçonaria, que, mais tarde, ficou conhecido como Villa Sybilla, como é possível verificar nas imagens a seguir.

Por meio das fotografias, percebe-se que a Casa Villa Sybilla foi construída em alvenaria, isolada no lote cujas características formais não traduzem um “estilo” definido, ficando a criatividade a cargo dos construtores, os quais atuavam conforme circunstâncias locais. No passado, essa Loja Maçônica chegou a ter 42 irmãos em 1903, funcionando até 1905, quando o movimento adormeceu²⁴.

²⁴ E após 81 anos, em 5 de abril de 1986, um novo grupo, na sede da Associação dos Viajantes de Igrejinha, se reuniram com o intuito de rememorar aquela Loja Maçônica, formando-se, assim, uma diretoria, que em 24 de novembro de 1986 voltou a funcionar em Igrejinha como Triângulo Emanuel. Este grupo passou a se reunir em escritórios e até em depósitos de empresas, já que não dispunha de Templo próprio, chegando a reunirem-se em Taquara, na Loja de lá em algumas ocasiões. Com o esforço dos membros, logo construíram sede própria, que se localiza na Rua Alberto Pasqualini, nº 223, em Igrejinha - RS, sendo ocupado em 11 de agosto de 1987. Dados obtidos com o atual presidente, Sr. Aurélio Daniel Braum. A primeira diretoria – Fundadores da maçonaria nesta Colônia Santa Maria do Mundo Novo, em 26 de março de 1899. Jacob Volkart/Pedro José Jung/Cristiano Yasen/João Rönnau/Germano Volkart/FelipeBender/Henrique Martin Korndörfer/Pedro Ritter. Com base no lema: Liberdade, Fraternidade e Igualdade, a Irmandade muito tem realizado pelos seus membros ao longo da história, ainda que a comunidade não tome conhecimento de seus feitos, pois agem no anonimato, como de costume da Instituição. **(Anexo 1)**

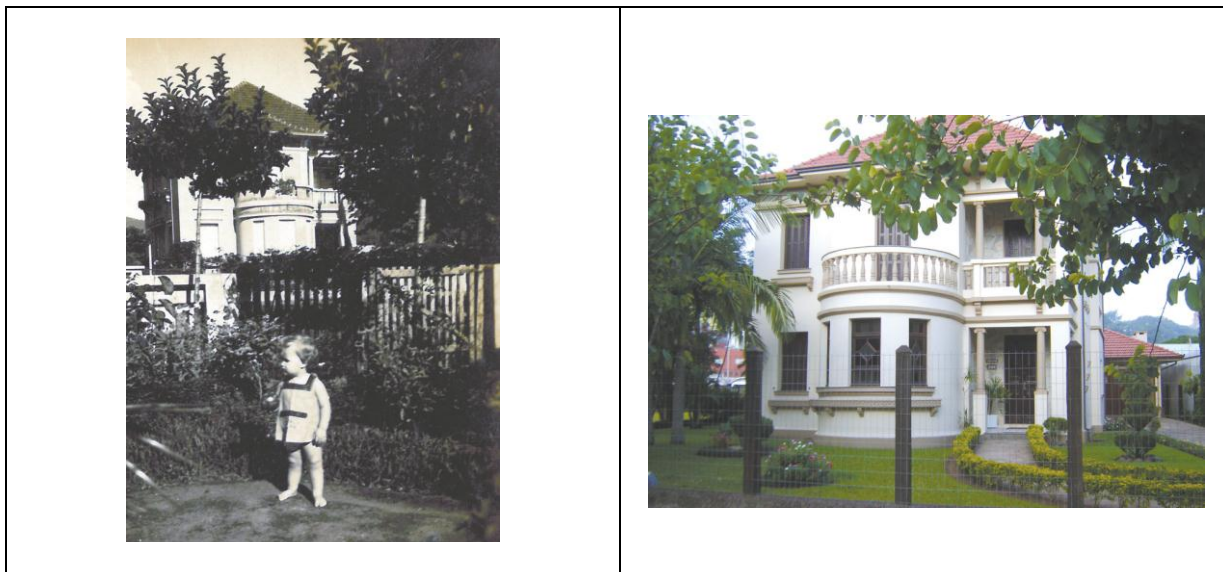


Imagem 25 – Villa Sybilla – 1ª Loja Maçônica – 1939.

Fonte: Acervo particular de Lori M. Klein

Imagem 26 – Casa de moradia - 2009.

Fonte: Acervo FACCAT

De qualquer forma, a seleção de temas e até de poses das primeiras fotografias frequentemente seguiam o modelo das pinturas, gravuras em madeira e entalhes, ao passo que fotografias mais recentes aludiam as mais antigas. A textura da fotografia também transmite uma mensagem. Tomando o exemplo de Sarah Graham-Brown, “uma fotografia em sépia suave” pode produzir uma calma aura de “passado”, ao passo que uma imagem em preto e branco pode transmitir um sentido de dura realidade. (BURKE, 2004, p, 27, grifo do autor).

Em 1964, o desenvolvimento industrial e econômico em Igrejinha tornava-se cada dia mais expressivo, e o 8º Distrito de Taquara contava com uma população de aproximadamente 6.290 habitantes, conforme estimativa do IBGE.

Como citado no capítulo anterior, já não se conseguia mais segurar o espírito emancipacionista dos moradores dessa localidade, fazendo com que a emancipação política fosse buscada junto ao governador do Estado por uma comissão formada por moradores, descontentes com a situação política. A emancipação foi confirmada em 1º de junho de 1964 quando Ildo Meneguetti, então governador do Rio Grande do Sul, assinou a Lei nº 4.733, que criava o novo Município de Igrejinha.

Com a emancipação, inicia-se um novo ciclo na cidade. Entre muitas mudanças realizadas, a nomeação de ruas é uma delas. Destacam-se algumas ruas nomeadas no mesmo ano da emancipação, conforme a lei que segue:

LEI MUNICIPAL Nº 12
Nomeia as ruas da cidade e dá outras providências.
João Darcy Rheinheimer, Prefeito Municipal de Igrejinha.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte

Art. 1º - As ruas da cidade que correm paralelas ao Rio Paranhana, da esquerda para a direita, têm a seguinte nomeação: Rua 7 de Julho, localizada na rua do Cartório de Notas; Rua Getúlio Vargas, localizada na fábrica de Hensler & Cia. Ltda.. Atravessando o Rio: Rua Tiradentes, localizada nos fundos da serraria de Avelino Klein; Rua da Independência, situada na Igreja Evangélica; Rua Gal. Ernesto Dornelles, localizada na fábrica de Almiro Grings & Cia. Ltda.

Art. 2º - A numeração das ruas obedecerá o seguinte critério: - as ruas transversais ao Rio Paranhana terão o início da numeração no sentido lateral do Rio para ambas as direções. As ruas paralelas ao Rio terão o início da numeração no sentido norte-sul, seguindo a direção do curso d'água do mesmo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Prefeitura Municipal de Igrejinha, 16 de setembro de 1965, João Darcy Rheinheimer, Prefeito Municipal (**Anexo 2**)).

A partir do ano de 1965, o prédio apresentado a seguir (imagem 29) passou a ser a sede da Prefeitura Municipal de Igrejinha, até o ano de 1990, quando a Prefeitura (imagem 30) se mudou para a Avenida Presidente Castelo Branco. Então, o antigo prédio da prefeitura passou a abrigar a Secretaria Municipal da Saúde.



Imagem 27 – Prédio da Prefeitura Municipal de Igrejinha – 1980 - Rua da Independência.

Fonte: Acervo FACCAT



Imagem 28 – Prédio da Prefeitura Municipal de Igrejinha – 2012 - Av. Pres. Castelo Branco.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

Com a expansão do comércio e da indústria a partir das últimas décadas, vem a necessidade de melhorias na infraestrutura urbana, pois a população aumenta a sua renda e, conseqüentemente, começa a consumir e a exigir mais também. As construções passam a ter fachadas modernas, e o comércio começa a oferecer melhores condições e produtos mais variados para os seus consumidores.

Pessoas passam a transitar com mais frequência pela rua vão para o trabalho, para casa, para a aula e para a igreja. A rua que antes tinha pouco trânsito, agora passou a ser muito movimentada, e, além dos pedestres, o trânsito de carros e bicicletas torna-se uma constante. A rua muda as suas características, e o processo de urbanização se solidifica.

É possível observar nas fotografias a seguir o crescimento urbano também em construções verticais, sendo o imóvel apresentado o primeiro edifício construído na cidade de Igrejinha. Inicialmente, o prédio foi projetado para ser a rodoviária (térreo), e o terceiro andar para ser hotel, por estar localizado no “coração da cidade”, na confluência das Ruas Independência e 1º de Junho, junto à ponte, porém, isso não aconteceu, transformando-se o imóvel em apartamentos residenciais. O andar térreo foi sede do Banco Nacional do Comércio (1966 – 1980). Atualmente, abriga lojas, escritórios e apartamentos alugados. Durante a construção, os trabalhadores ouviam notícias na Rádio Guaíba sobre o início da Ditadura Militar no Brasil²⁵.

Para Boris Kossoy (2009, p. 139):

As fotografias, em geral, sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou: são os elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. A cena gravada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. As personagens retratadas envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores-fotógrafos e seus equipamentos. De todo processo, somente a fotografia sobrevive.

²⁵ REINHEIMER, Dalva N.; SMANIOTTO, Elaine. Documentário - **Inventário do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Artístico de Igrejinha**. Prefeitura Municipal de Igrejinha e FACCAT, 2009.



Imagem 29 – Edifício Germano – 1969 – Rua da Independência, esquina com a Rua 1º de Junho. Primeiro edifício construído em Igrejinha.

Fonte: Acervo FACCAT

Imagem 30 – Edifício Germano - 2012 - hoje Edifício DrogaRio.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

Quando se observa uma fotografia do passado e se confronta esse registro com uma fotografia de hoje, faz-se uma viagem no tempo, em que o passado, que alguém fotografou, ficou registrado por algum motivo e, agora, permite-se conhecer esse passado. Apesar de ter se rendido à modernidade, com algumas mudanças estruturais e adaptações aos tempos modernos, no final da década de 90, o prédio continua sendo ponto de referência na cidade.

Toda fotografia tem atrás de si uma história. Olhar para uma fotografia do passado e refletir sobre a trajetória por ela percorrida é situá-la em pelo menos três estágios bem definidos que marcaram sua existência. Em primeiro lugar houve uma intenção para que ela existisse; esta pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro: os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. Neste caso o conteúdo se manteve, nele o tempo parou. As expressões ainda são as mesmas. Apenas o artefato, no seu todo, envelheceu. (KOSSOY, 2009, 45).

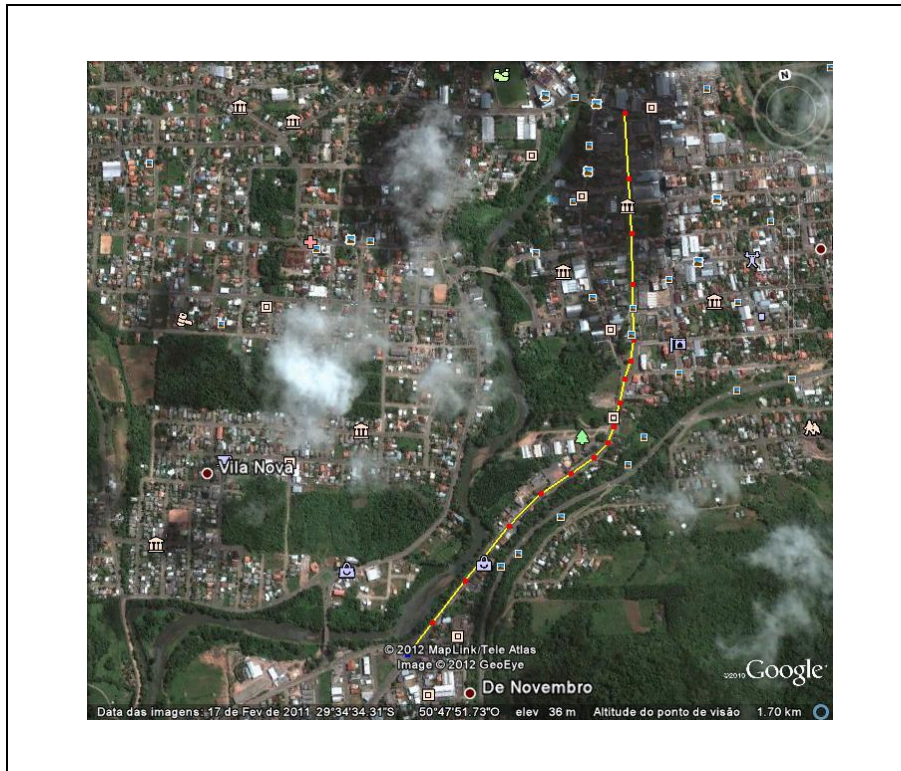
As fotografias são as responsáveis pela sociedade de hoje conhecer boa parte do passado. Já com as fotografias atuais, é possível observar as transformações que ocorreram. A Rua da Independência passou por muitas transformações, uma vez que muitas casas foram demolidas e deram lugar a construções modernas, galerias e edifícios. A cidade de Igrejinha cresceu e se urbanizou, o trânsito se intensificou, mas muitas construções ainda resistem ao tempo e à modernidade. A imagem, enquanto elemento de memória, mostra as transformações ocorridas na rua, o registro do dia a dia, os carros e as pessoas em movimento no espaço em mudança, porém, com muitas marcas do passado, que o desenvolvimento econômico não apagou.



Imagem 31– Vista aérea da Rua da Independência – 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

4.2 Avenida Presidente Castelo Branco: um espaço de mudanças



Mapa 3 – Localização da Avenida Presidente Castelo Branco

Fonte: Google Earth. Acesso em: 02 out. 2012

Em 1972, conforme Lei Municipal nº 209, apresentada a seguir, a Avenida Presidente Castelo Branco passou a ser assim denominada em memória ao primeiro Presidente da Ditadura Militar no Brasil. Essa avenida tem início no Bairro XV de Novembro, junto à rotula, e segue quase em linha reta até o Bairro Centro, onde tem o seu término na Rua 1º de Junho. Localiza-se entre a Rua General Ernesto Dorneles, Rua da Independência, tendo como ruas transversais a Rua Ary Delmar Koppe (Rua Coberta), Rua João Correa, Rua da República, Rua 25 de Julho, Rua Boa Vista, Rua Otto Klein e Rua Guilherme Klein, com uma extensão de 4.193,20m.

A LEI MUNICIPAL Nº 209

Denomina ruas da Cidade.

O Prefeito Municipal de Igrejinha.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 5º - Fica denominada Avenida Presidente Castelo Branco, em homenagem à memória do primeiro Presidente da Revolução, a Avenida

Principal prevista no Plano Diretor da Cidade, que parte da Rua 1º de Junho em direção sul, até encontrar a Rua Boa Vista.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

(Prefeitura Municipal de Igrejinha, 15 de Maio de 1972. Hugo Sperb – Prefeito **(Anexo 3)**)

Nas primeiras décadas da colonização, esse espaço era habitado por famílias com uso mais residencial. No início do século XX, ficou conhecida como a Rua dos Trilhos que contribuiu, significativamente, para o desenvolvimento da cidade.

Normalmente, os trilhos acompanhavam o curso do rio e passavam ao lado do povoado na localidade de Igrejinha. A população recebeu com muita satisfação a estação ferroviária, que deu um grande impulso na economia da localidade. Esse novo meio de transporte facilitaria o escoamento das mercadorias produzidas nesse local para outras regiões do Vale do Sinos, Porto Alegre e Serra.

A estação do trem em Igrejinha foi construída onde hoje está localizada a Unidade Sanitária, na esquina da Rua João Correa com a Avenida Presidente Castelo Branco²⁶. A chegada do trem mudou a vida dos moradores e de Igrejinha, uma vez que a cidade começou a se destacar no setor industrial em nível regional, devido às indústrias aqui instaladas e à grande produção de calçados. O trem mudou a rotina da pequena população, pois a estação férrea passou a ter um movimento intenso de pessoas, e o escoamento das mercadorias era, agora, feito através desse meio de transporte. Para a cidade, toda essa movimentação contribuía para o seu crescimento econômico.

Boris Kossoy (2009, p. 161) enfatiza que:

²⁶ O imóvel onde estava localizada a antiga estação do trem foi comprado em 6 de dezembro de 1976, pela Prefeitura Municipal de Igrejinha, pelo Valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), - por Mandado de Usucapião de 25.11.1976, do 2º Cartório Judicial da Comarca de Taquara-RS, com a seguinte descrição: Imóvel: Terreno Urbano, com área de 523,98m²., na Rua João Correa, lado ímpar, na cidade de Igrejinha, distante 5,80m da esquina com Avenida Presidente Castelo Branco, com as seguintes medidas e confrontações: frente, ao norte, com a Rua João Correa, onde mede 21,70m., fundos, ao sul, a entestar com propriedade de Oscar M. Pacheco de Farias, onde mede 21,30m., dividindo-se por um lado, a leste, com terreno da requerente, onde mede 26,50m, e pelo outro lado mede, a oeste, com propriedade da viúva Hedvich Erna Schwingel, onde mede 23,70m. E em 13 de dezembro de 1978 a Prefeitura Municipal de Igrejinha transferiu a posse através de escritura de doação autorizada pela Lei Municipal de nº 290 de 29.11.1977, digo, nº 461, lavrada em 28.11.1978, para o Estado do Rio Grande do Sul, pelo valor de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), Registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Taquara, no Livro nº 2 do Registro Geral, Matrícula nº 1.490 e Transferido o Imóvel para o Estado do Rio Grande do Sul, em 13 de dezembro de 1978. **(Anexo 4)**

O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem e portanto a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais.



**Imagem 32 – Estação do trem em Igrejinha
1922 - hoje Avenida Presidente
Castelo Branco.**

Fonte: A Saga dos Alemães-volume III



**Imagem 33 – Estação do trem – 1922 -
esquina Av. Pres. Castelo
Branco e Rua João Correa.**

Fonte: Acervo FACCAT

O Brasil começou a se modernizar a partir da década de 50, passando de agrário para industrializado. Assim, a população começou a morar nos centros urbanos. O Plano de Metas, instalado no governo de Juscelino Kubistek, teria sérias consequências para as ferrovias, pois a ideia de Juscelino era industrializar o Brasil e um dos objetivos era o desenvolvimento das indústrias de transportes e desenvolvimento das estradas de rodagens. Então, as ferrovias se tornariam antieconômicas. O que antes era sinônimo de progresso foi se tornando obsoleto e caro.

Em 1º de abril de 1964, se iniciou no país o regime militar, em caráter ditatorial. É nesse período que se dá o início da decadência nos transportes ferroviários, que adotaram o modelo desenvolvimentista dando prioridade à tecnologia e aos interesses estrangeiros, que se configurava no setor do automobilismo.

Com a emancipação de Igrejinha em 1º de Junho de 1964, também veio a desativação da linha férrea de Taquara a Canela. A primeira administração realizou

diversas obras, melhorias para a comunidade, escolas, a abertura de várias estradas com ligações para a RS 115 e RS 020, abertura de ruas e instalação da rede elétrica, apesar das muitas dificuldades da primeira administração, de 1965 até 1969, quando assumiu como prefeito o senhor Hugo Sperb.



Imagem 34 – Casa da família Schaefer - década de 1930 – hoje Avenida Presidente Castelo Branco – Edifício Orlando.

Imagem 35 – Início das obras da Avenida Presidente Castelo Branco no início da década de 1970 - Administração de Hugo Sperb

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo Fonte: Acervo FACCAT

Boris Kossoy (2009, p. 107/108) ressalta que:

Uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado: ela sintetiza no documento um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida. O espaço urbano, os monumentos arquitetônicos, o vestuário, a pose e as aparências elaboradas dos personagens estão ali congelados na escala habitual do original fotográfico: informações multidisciplinares nele gravadas – já resgatadas pela heurística e devidamente situadas pelo estudo técnico-iconográfico – apenas aguardam sua competente interpretação.

Qualquer que seja a época representada em uma fotografia, ela traz lembranças de uma época que já passou, mas, através dessa, é possível preservar as memórias do passado.

No ano de 1969, com o crescimento da cidade, era hora de retirar os trilhos de trem e iniciar a modernização da antiga Rua dos Trilhos com a construção de uma avenida moderna. Naquele momento, o município passava por uma importante

fase de desenvolvimento no setor da indústria de calçados e, como consequência, também vinha o desenvolvimento na infraestrutura urbana. Com a desativação da linha férrea e com o desenvolvimento urbano e a política de expansão das rodovias, fez-se necessária a construção de uma nova via para facilitar o escoamento das mercadorias e acompanhar o desenvolvimento urbano e populacional, pois muitas pessoas chegavam à cidade de Igrejinha em busca de uma vida melhor.

A Avenida Presidente Castelo Branco, popularmente conhecida como Rua dos Trilhos, torna-se, então, um espaço de mudanças, principalmente na parte comercial e financeira, através da valorização dos imóveis, melhorias na rede de esgoto, calçamento, de prestações de serviços e na qualidade de vida dos moradores da cidade.

O então prefeito Hugo Sperb comprou um teodolito²⁷, representado na imagem nº 37, com a finalidade de fazer a medição da avenida, pois, desde que assumira a administração da cidade, dava prioridade à construção de ruas, melhorando, assim, o escoamento da grande produção de calçados.

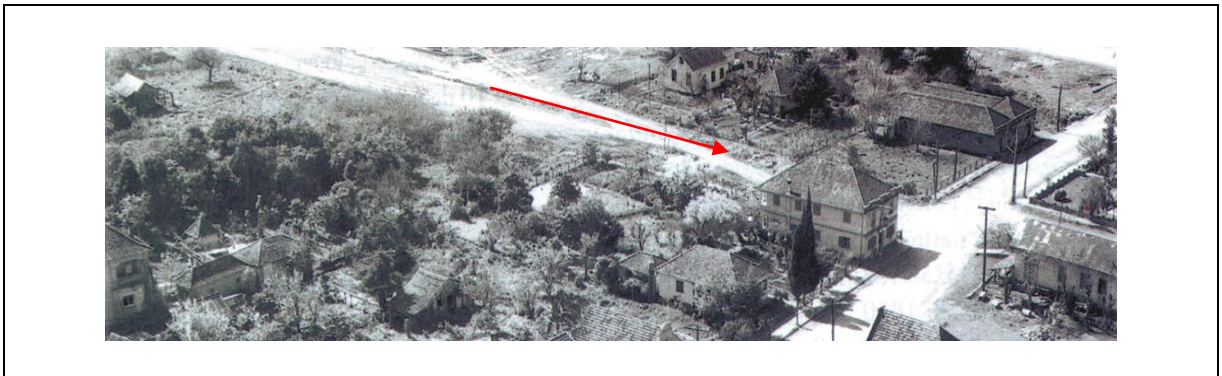


Imagem 36 – Antiga “Rua dos Trilhos” – hoje Avenida Presidente Castelo Branco esquina com a Rua João Correa.

Fonte: A Saga dos Alemães, Vol I, p. 490

²⁷ Instrumento óptico para medir com precisão ângulos horizontais e verticais.

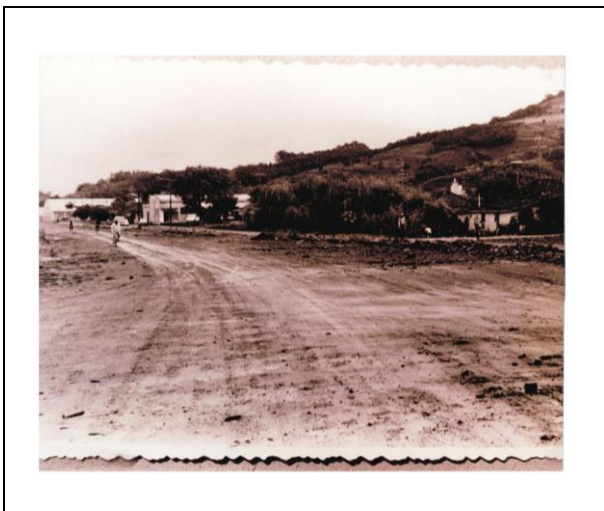


Imagem 37– Avenida Presidente Castelo Branco – década de 1970 – obra inicial.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo



Imagem 38 – A avenida de terra ou chão batido com um grande canteiro central.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

Com o passar dos anos, a antiga Rua dos Trilhos foi se transformando. O grande canteiro central de chão batido recebeu novas feições com infraestrutura de qualidade e deixa, desse modo, de ser uma rua de trilhos para ser uma avenida, que começa a tomar forma, passa a ter trânsito, vira local de passagem. Pessoas e automóveis passam a circular diariamente por ela, tornando-se importante para o desenvolvimento da cidade.

Com todo o investimento feito pela administração municipal na construção da avenida, fazia-se necessária a aquisição dessa propriedade. A faixa de terras onde estavam os trilhos era de propriedade da Rede Ferroviária Federal S.A. Desse modo, foi necessário que o município adquirisse a área, e esse fato ocorreu em 18 de maio de 1972, conforme escritura pública lavrada no 2º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre, pelo Tabelião Miguel Ivo Cassal, no Livro nº 265 –B, Folhas: 192v, 193v e 194v, conforme descrição abaixo:

Nº 5.151-B/31.396 – Escritura de cessão de direitos que fazem, como outorgante cedente, RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob nº 33613332/14, autorizada por sua Diretoria – Decisão nº 51/72 de 7 de março de 1972, e, como outorgada cessionária, PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, representada pelo Sr. Hugo Sperb, prefeito municipal, inscrito no CPF nº 084664240, autorizado pela Lei Municipal nº 175, de 1º de abril de 1971. Que a cedente é legítima possuidora dos imóveis a seguir descritos sobre os quais exerce posse mansa e pacífica por mais de trinta

anos, sem oposição de quem quer que seja de UMA FAIXA DE TERRA do antigo leito ferroviário, situado entre os km 7,50 ao 14,30 da extinta linha Taquara-Canela, com uma extensão de 6.800,00 m (seis mil e oitocentos metros) e uma largura variável até o máximo de 24,00m (vinte e quatro metros), perfazendo a área de 163.200,000 m² (cento e sessenta e três mil e duzentos metros quadrados); UM TERRENO de 600 m² (seiscentos metros quadrados) de área com 15,00m (quinze metros) por 40,00m (quarenta metros) onde se encontra um prédio de madeira com 101,26m² (cento e um metros quadrados e vinte e seis centímetros) de área, com cobertura de telha de zinco, esquadrias de madeira rústica, tudo em péssimo estado e que era a antiga estação de Igrejinha. Limita-se o referido terreno ao Norte, onde mede 15,00m, com a faixa de terras de posse da antiga via férrea, ao Sul, onde também mede 15,00m, com a citada faixa, ao leste onde mede 40,00m, também com a referida faixa, a Oeste, medindo 40,00m com a via pública e sendo tais bens necessários às obras do Plano Diretor da cidade de Igrejinha e as construções de estradas, e face à autorização contida na Lei Municipal nº 175, de 1º de abril de 1971, acordam as partes na cessão onerosa de direitos sobre os imóveis já mencionados, pelo preço e quantia certa de Cr\$ 4.979,25 (quatro mil, novecentos e setenta e nove cruzeiros e vinte e cinco centavos) a outorgante cedente, desde já, cede e transfere a outorgada cessionária, a faixa de domínio, na extensão de 6.800,00 m (seis mil e oitocentos metros) por uma largura variável de até o máximo de 24,00 (vinte e quatro metros), Cr\$ 2.937,60 (dois mil, novecentos e trinta e sete cruzeiros e sessenta centavos) e prédio de madeira, com 101,26m² da antiga estação ferroviária, Cr\$ 421,65 (quatrocentos e vinte e um cruzeiros e sessenta e cinco centavos), Terreno sob o qual se situa o prédio, com área de 600,00m², Cr\$ 1.620,00 (hum mil, seiscentos e vinte cruzeiros), cede a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, todos os direitos de posse mansa e pacífica que mantém sobre as áreas descritas, ficando, assim, a cessionária, subrogada em todos direitos cedidos, da outorgante cedente plena e geral quitação. Porto Alegre, 18 de maio de 1972. **(Anexo 5)**

Atualmente, a Avenida Presidente Castelo Branco é considerada por muitos como uma das mais importantes vias públicas de Igrejinha, pois é um referencial urbano e econômico. Ao longo de sua extensão, encontram-se a Prefeitura Municipal de Igrejinha, agências bancárias, várias casas comerciais, dando-se destaque para as lojas de roupas, móveis, eletrodomésticos, fábricas, a Praça Dona Luiza e a Rua Coberta.

Com o passar dos anos, a avenida foi modificada, adquirindo aspectos modernos. Comercialmente é o local mais valorizado da cidade. Em sua volta há importantes pontos comerciais, públicos e financeiros.

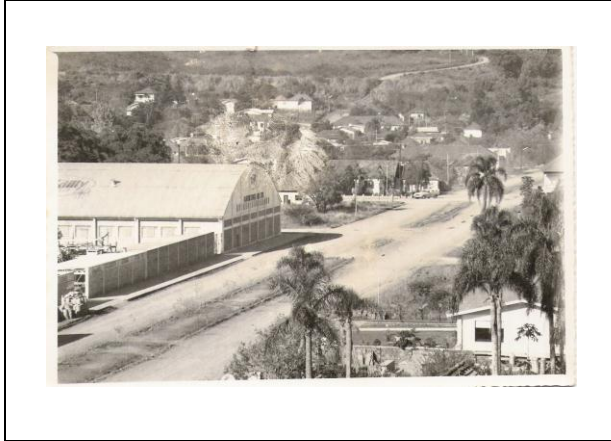


Imagem 39 – Avenida Presidente Castelo Branco – década de 1970 – Pavimentação.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

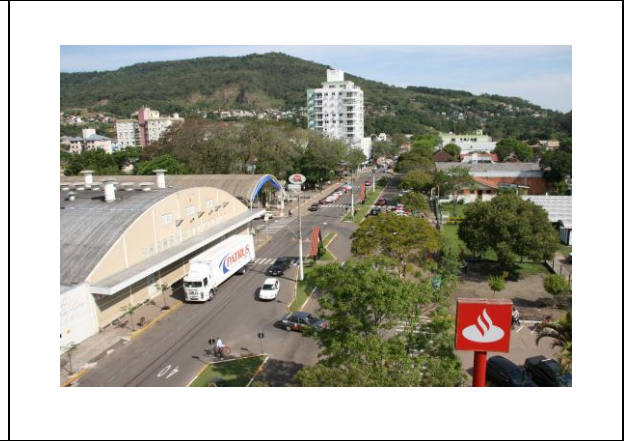


Imagem 40 – Avenida Presidente Castelo Branco – setembro de 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

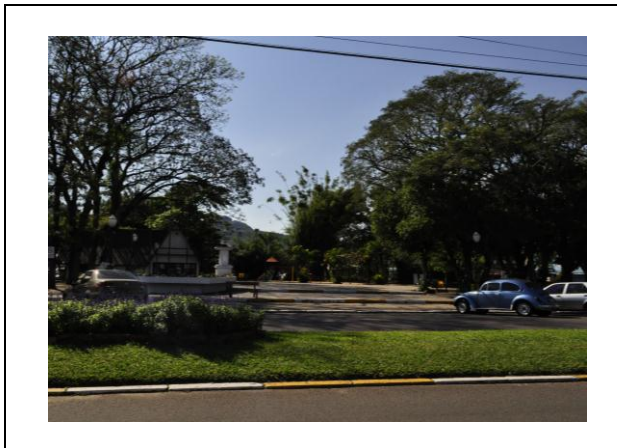


Imagem 41 – Praça Dona Luiza – setembro de 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo



Imagem 42 – Avenida Presidente Castelo Branco – setembro de 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

Após a Avenida Presidente Castelo Branco ser fundada, muitas mudanças aconteceram até o tempo atual, transformando-a em significativo ponto comercial. E a fotografia foi utilizada para mostrar o passado. A pessoa que analisa a fotografia da década de 70, percebe que o tempo em que essa foi realizada era outro, ou seja, era outra época histórica, bem diferente da época dos registros das fotografias atuais.

Nesse sentido, Boris Kossoy (2009, p. 138, grifos do autor) esclarece:

Os homens colecionam esses inúmeros pedaços congelados do passado em forma de imagens para que possam recordar, a qualquer momento,

trechos de suas trajetórias ao longo da vida. Apreciando essas imagens, “descongelam” momentaneamente seus conteúdos e contam a si mesmos e aos mais próximos suas histórias de vida. Acrescentando, omitindo ou alterando fatos e circunstanciais que advêm de cada foto, o retrato ou retratista têm sempre, na imagem única ou no conjunto das imagens colecionadas, o star da lembrança, da recordação, ponto de partida, enfim, da narrativa dos fatos e emoções.

A Avenida Presidente Castelo Branco também é lugar de confraternização. Lugar onde as pessoas se reúnem para assistir a desfiles de festas comemorativas em determinadas épocas do ano, servindo de palco para os desfiles da Oktoberfest, para os desfiles das gincanas e para os desfiles cívicos. A participação da comunidade nesses eventos se tornou uma marca da cidade, momento em que as pessoas tomam chimarrão, namoram, marcam encontros, discutem política, criticam e elogiam pessoas, administrações, comentam o que poderia ser melhorado, mostrando a participação ativa na sociedade. A seguir, seguem registros de eventos que foram realizados na Avenida Presidente Castelo Branco até o fim dos anos de 1980.



Imagem 43 - Foto de desfile de 7 de Setembro – década de 1980 - Av. Pres. Castelo Branco.

Foto: Acervo particular de Cheila Petry



Imagem 44 - Foto de desfile da Oktoberfest - década de 1980 - Av. Pres. Castelo Branco.

Foto: Acervo particular de Cheila Petry

Com o desenvolvimento urbano da cidade, havia a necessidade de um ponto de convívio social, para a socialização. Pensando nisso, a administração municipal começou, então, a aquisição das áreas no entorno da Avenida Presidente Castelo Branco para a construção de uma praça, como apresentado a seguir.

4.2.1. Praça Dona Luiza: espaço de convivência e de sociabilidade

A construção da Praça Dona Luisa está inserida em um período de considerável crescimento econômico em Igrejinha, quando se instalaram novas fábricas, instituições financeiras, lojas e repartições públicas. Novas ruas foram abertas e construções edificadas. A praça marcou o progresso econômico, evidenciando mudanças geográficas no centro da cidade de Igrejinha.

A Praça Dona Luiza está localizada entre a Avenida Presidente Castelo Branco e as Ruas Ary Delmar Koppe, João Correa e General Ernesto Dorneles, com uma área de 4.193,20m². Foi a primeira praça pública do município. A construção da Praça Dona Luiza teve início na administração do então prefeito Hugo Sperb, sendo que, nessa administração, foram adquiridos todos os imóveis que hoje estão localizados na praça, porém, a construção foi concluída somente na administração de Jahir Arthur Wallauer, no período de 1977 a 1983.



Mapa 4 – Localização da Praça Dona Luiza

Fonte: Google Earth. Acesso em: 02 out. 2012

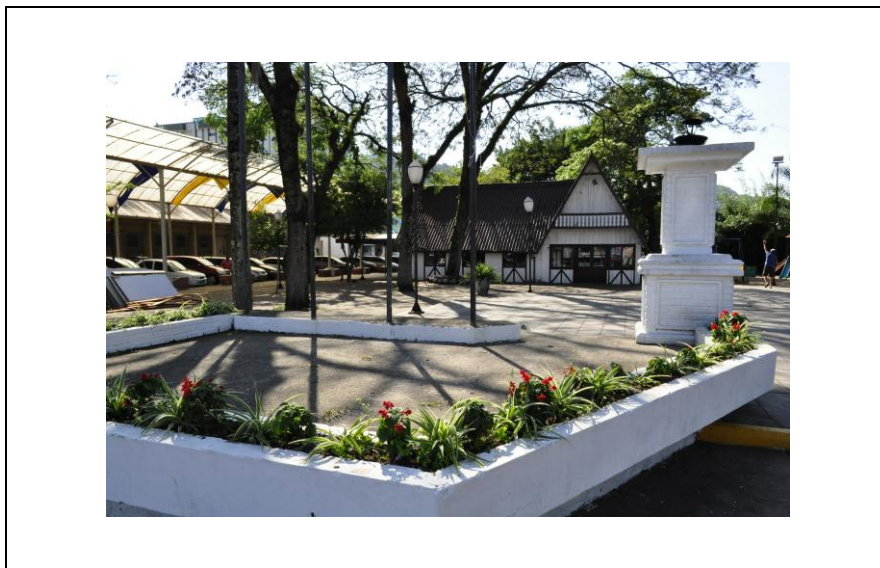


Imagem 45 – Praça Dona Luiza – setembro de 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

O local descrito se chama Praça Dona Luiza em homenagem à mãe de Gustavo Adolfo Koetz, ilustre professor de música que se destacou nessa arte no Estado do Rio Grande do Sul e fora dele. Também atuou como subprefeito no novo Distrito de Santa Maria do Mundo Novo no ano de 1935.

O primeiro imóvel comprado para a construção da praça pertencia ao

senhor Gustavo Kirsch e sua esposa Sybilla Kirsch, em 25 de março de 1971, pelo valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), imóvel este com área de 1.168,20m² (um mil, cento e sessenta e oito metros quadrados) sem benfeitorias, medindo 44,00m (quarenta e quatro metros) de frente, continuando esta largura por uma extensão de 12,60m (doze metros e sessenta centímetros), ao sul, e 10,50m (dez metros e cinquenta centímetros), ao norte onde estreita-se igualmente em ambos os lados, passando a ter a largura de 11,00m (onze metros) nos restantes 60,00 (sessenta metros) de comprimento, limitando: pela frente, a leste, com a rua Gel. Ernesto Dorneles, pelos fundos, a oeste, com terras de Ataliba Rolinson, Reinaldo F. Schmidt e com o leito do extinto ramal ferroviário da R.F.F.S.A., pelo lado norte, com terreno de Reinaldo F. Schmidt e herdeiros de Albino Auler e pelo lado sul, com o terreno de Ataliba Rolinson e partes do arroio Koetz²⁸ **(Anexo 6)**

O segundo imóvel foi comprado

de W. Fleck e Cia Ltda , em 12 de agosto de 1971, na forma de “desapropriação” (significa: privar alguém da propriedade de:) pelo valor de

²⁸ Fonte: Registro de Imóveis da Comarca de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul, nas folhas 12v/13 do livro 3-AQ, sob o número 45.367.

Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), terreno com área de 956,00m² (novecentos e cinqüenta e seis metros quadrados), com as seguintes confrontações: ao sul, com a rua João Correa, onde mede 28,00m² (vinte e oito metros quadrados), em esquina: a leste, com a rua General Ernesto Dorneles, com 45,00m (quarenta e cinco metros) de extensão: ao norte, com o arroio Koetz, onde tem 14,00m (quatorze metros) de comprimento e entesta com os imóveis de Gustavo Kirsch e Ataliba Robinson; e a oeste, seguindo o leito do mesmo arroio e extremando com terras de Menno Abílio Schaefer, Arcilda Becker e Schaefer x Dalpiás²⁹. **(Anexo 7)**

Já o terceiro imóvel foi adquirido

de Almiro Grings & Cia Ltda, em 16 de novembro de 1972, pelo valor de Cr\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros), terreno com área de 1.250,00m² (um mil duzentos e cinqüenta metros quadrados), sem benfeitorias, com frente para a Avenida Presidente Castelo Branco, voltado para o oeste, limitando: pelos fundos, ao leste com o Arroio Koetz, pelo lado norte, com terreno dos herdeiros de Ataliba Robinson, pelo sul, com a propriedade de Schafer, Dalpiás & Cia Ltda., e que mede 24,00m (vinte e quatro metros) de largura.³⁰ **(Anexo 8)**

E o quarto imóvel foi comprado

de Schaefer, Dalpiás x Cia Ltda, em 19 de maio de 1975, pelo valor de Cr\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil cruzeiros), terreno com área de 819,00m², (oitocentos e dezenove metros quadrados), com uma casa de material, com duas portas e duas janelas de frente, coberta com telhas de barro, medindo 38,00m de frente, 40,00m de fundos e 21,00m de frente a fundos, limitando: pela frente, ao sul, com a Rua João Correa, pelos fundos, ao norte com o terreno da adquirente, pelo lado leste, com o Arroio Koetz e lado oeste, com a Avenida Presidente Castelo Branco.³¹ **(Anexo 9)**

Ao longo das décadas, a Praça Dona Luiza acompanha o desenvolvimento e as transformações da cidade, tanto na parte da urbanização quanto na infraestrutura local, conforme pode ser observado através das fotografias apresentadas a seguir.

²⁹ Registro de Imóveis da Comarca de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul, nas folhas 126v/127 do livro 3-AQ, sob o número 45.935.

³⁰ Registro de Imóveis da Comarca de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul, nas folhas 120v/121 do livro 3-AS, sob o número 47.887.

³¹ Fonte: Prefeitura Municipal de Igrejinha.

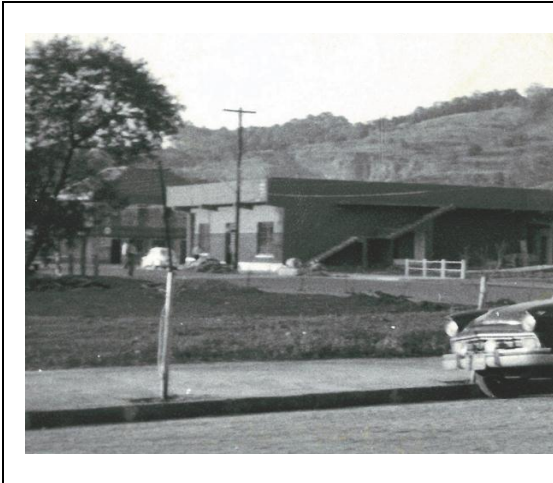


Imagem 46 – Praça Dona Luiza - 1980.
Fonte: Acervo FACCAT



Imagem 47 – Estacionamento da Prefeitura
Fonte: Acervo FACCAT

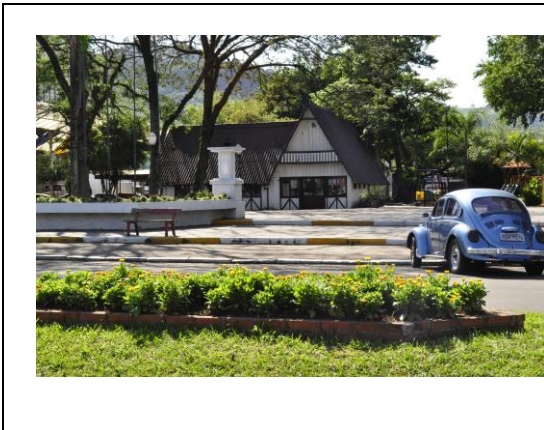


Imagem 48 – Praça Dona Luiza – setembro de 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo



Imagem 49 – Praça Dona Luiza – setembro de 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

Boris Kossoy (2009, p. 138) entende que:

O aparente da vida registrado na imagem fotográfica pode sim, de quando em quando, deixar de ser unicamente a referência e reassumir a sua condição anterior de existência. O princípio de uma viagem no tempo onde a história particular de cada um é restaurada e revivida na solidão da mente e dos sentimentos. São em geral viagens de curta duração e marcada emoção; muitas vezes nos flagramos nessas viagens imaginárias. A representação fotográfica, em meio a uma série de outros objetos simbólicos, que para os outros podem não ter nenhum significado, constituir-se, pois, no ponto de partida. Nossas mentes se incumbem do restante dessas viagens para dentro de nós mesmos.

A praça é um centro de convivência. É um espaço que proporciona o encontro da comunidade nas atividades cívicas, festivas e culturais, como aniversários do Município - dia 1º de Junho - , do Estado - dia 20 de Setembro -, do país - dia 7 de

Setembro -, chegada do Papai Noel, Feira do Produtor, Feira do Livro e outros, como encontros dos namorados, lugar para levar as crianças para brincar, lugar onde os jovens marcam hora para se encontrar e ir para bailes e festas juntos, lugar onde os jovens fazem manifestações, lugar de lazer para a comunidade, lugar onde os aposentados se sentam nos bancos para conversar e passar o tempo, entre outros.

Para Igrejinha, a Praça Dona Luiza é um importante patrimônio histórico cultural, que faz parte da história da cidade. Ela acompanhou as transformações urbanas que ocorreram no município. Atualmente, passa por uma revitalização.

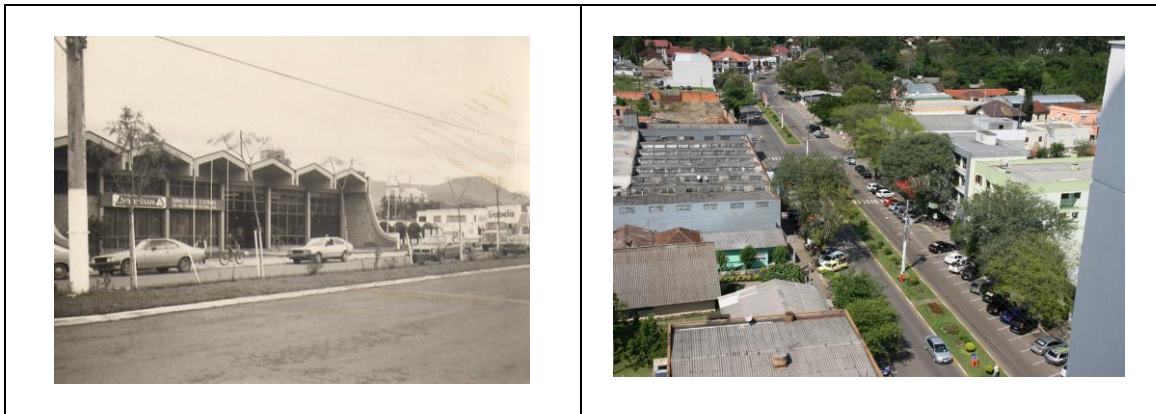


Imagem 50 – Avenida Presidente Castelo Branco – década de 1970 – com calçamento.

Fonte: Acervo Faccat

Imagem 51– Avenida Presidente Castelo Branco – setembro de 2012.

Fonte: Acervo particular de Janete Maria Bergamo

A história de uma cidade pode ser contada através de seu povo, de sua localização e através de suas atividades. O mesmo pode acontecer nas ruas, nas praças e nas avenidas em que se caminha, conversando com pessoas que viveram na mesma cidade e perceberam as mudanças que ocorreram nos prédios, nas casas, nas ruas, na avenida.

A história de Igrejinha está ligada diretamente com a história do desenvolvimento da Avenida Presidente Castelo Branco, como pode ser visto através das imagens, em que o passado e o presente ficaram registrados em uma fotografia, que não vai permitir que o passado seja apagado ou esquecido, permitindo, dessa forma, que outras gerações também conheçam a história de sua cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para conhecer e escrever a história de uma cidade, várias fontes podem ser utilizadas, sendo que as escolhidas para a efetivação deste trabalho foram fotografias antigas e atuais, documentos oficiais e bibliografias, estabelecendo, dessa forma, comparações entre as transformações ocorridas em um determinado espaço/tempo. Nesse sentido, usaram-se diferentes fontes para mostrar as permanências e as mudanças ocorridas no período de 1950 a 1980, na cidade de Igrejinha/RS e demonstrar como aconteceu o seu desenvolvimento econômico, materializado na Rua da Independência, a mais antiga da cidade, e na Avenida Presidente Castelo Branco, através do centro comercial, que por si só já conta uma história.

A história se vale da memória, ou seja, do historiador, que busca elementos de memória para contar a história. Compactua-se a ideia de que a fotografia é um elemento de memória. Muitos foram os aspectos que contribuíram para o desenvolvimento da localidade em discussão, entre eles os fatos políticos, econômicos, religiosos e culturais, partindo sempre da necessidade de transformação.

A rua é um local onde pessoas convivem, onde estão presentes as histórias do presente e as histórias do passado. Através da rua, é possível notar as mudanças ocorridas pela passagem do tempo, como suas modificações vão acontecendo, como a rua de chão batido passa a receber melhorias para atender as pessoas que por ela transitam, a chegada da iluminação elétrica, as construções que vão se modificando, recebendo melhorias, tornando-se pontos comerciais. Algumas são destruídas para dar lugar a construções novas, seguindo-se as tendências vindas do exterior e de centros metropolitados brasileiros.

A industrialização brasileira se desenvolveu, de maneira mais significativa, durante o governo de Getúlio Vargas que incentivou a indústria de base e, depois, com Juscelino Kubitschek que a ampliou, abrindo espaço para a produção de bens de consumo e a entrada de indústrias internacionais. A chegada do trem mudou a vida dos moradores e de Igrejinha que, com a chegada da ferrovia, começaram a se destacar no setor industrial em nível regional, devido às indústrias instaladas na localidade e à grande produção de calçados.

E esse processo de crescimento econômico também repercutiu na cidade. Com a expansão do comércio e das indústrias a partir das últimas décadas, vem a necessidade de melhorias na infraestrutura urbana, pois a população aumenta a sua renda e começa a consumir e a exigir mais também. As construções começam a ter fachadas modernas, e os comércios começam a oferecer melhores condições e produtos mais variados para os seus consumidores.

A partir dos anos de 1950, teve início uma transformação na economia gaúcha e no processo de acumulação. Com as transformações estruturais que o Rio Grande do Sul experimentou a partir dos anos de 1960, a indústria gaúcha se tornou dinâmica, se modernizou, cresceu intensamente e retomou posições no cenário nacional. Dentro desse contexto, mudanças da urbanização foram sendo sentidas em muitas áreas do cotidiano gaúcho.

Dessa forma, as fotografias antigas ajudam a compreender as transformações ocorridas no tempo. As marcas deixadas por essa trajetória podem ser observadas até os dias de hoje. Uma mostra dessa transformação pode ser vista na Rua da Independência cuja historicidade está materializada em várias construções, como a Igreja, a SUCI, as várias casas residenciais e os prédios comerciais, que permanecem enquanto elementos de memórias e de permanências da cidade de Igrejinha, embora que em nome do desenvolvimento muitos desses elementos fossem apagados.

Com a desativação da linha férrea, com o desenvolvimento urbano da cidade e a política de expansão das rodovias, houve a necessidade de construção de nova via para substituir e facilitar o escoamento das mercadorias e acompanhar o desenvolvimento urbano e populacional ao longo da Rua dos Trilhos que se transformou em um grande canteiro de obras, deixando de ser uma rua de chão batido, para ser uma avenida, passando por ela o desenvolvimento da cidade.

Com o desenvolvimento urbano, havia a necessidade de um ponto de convívio social. Então, junto à avenida, foi construída uma praça, que recebeu o nome de Dona Luiza em homenagem à mãe do ilustre senhor Gustavo Adolfo Koetz, professor de música que se destacou no Estado do Rio Grande do Sul e fora dele. Ele também atuou como subprefeito no novo Distrito de Santa Maria do Mundo Novo, no ano de 1935.

Hoje, a Avenida Presidente Castelo Branco é considerada a mais importante via pública de Igrejinha, sendo referencial urbano e econômico. Ao longo de sua

extensão, encontram-se instaladas a Prefeitura Municipal de Igrejinha, agências bancárias, várias casas comerciais, dando destaque para as lojas de roupas, móveis, eletrodomésticos, fábricas, a Praça Dona Luiza e a Rua Coberta. Adquirindo aspectos modernos, construções antigas foram demolidas dando lugar a construções modernas. A área, comercialmente, é o local mais valorizado da cidade.

Toda essa trajetória deixou marcas que podem ser observadas na Rua da Independência e na Avenida Presidente Castelo Branco. As fotografias ajudam a preservar essa memória. Na Rua da Independência, permanecem as construções do passado, enquanto na Avenida Presidente Castelo Branco são percebidas as mudanças, uma vez que a modernidade se reflete nas construções.

Portanto, as fotografias acabam não permitindo que o passado seja apagado e muito menos esquecido, possibilitando, assim, que outras gerações também conheçam a história de sua cidade através das imagens que ficaram registradas, preservando a história local.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. São Paulo: Vozes, 2007.
- BARROS, José D' Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BORTOT, Ivanir José. **Abaixo a Repressão!** – Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- COSTA, Achyles Barcelos da; PASSOS, Maria Cristina. **A Indústria Calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- DEL PRIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.
- DORNELLES, Beatriz (organizadora). **Porto Alegre em Destaque: História e cultura**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- DREHER, Martin N. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. *In*: **Estudos Leopoldenses**, Série História, Vol 3, nº 2, Unisinos, 1999, p. 49 – 70.
- ENGELMANN, Erni Guilherme. **Sociedade União de cantores de Igrejinha – 125 anos**, Igrejinha: Comunicação Impressa, 2012.
- ENGELMANN. Erni Guilherme. **A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo**. Igrejinha/RS: E.G. Engelmann, 2004. Vols 1, 2 e 3.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

GAWRYSZEWSKI, Alberto (coord.). **Encontro Nacional de Estudos da Imagem - Caderno de Resumos [do] III Encontro Nacional de Estudos da Imagem.** Londrina: UEL, 2011. **Imagem em debate/** GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.) Juçara Luzia Leite... [*et al*]. Londrina: Eduel, 2011. 224 p.: il.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985).** Passo Fundo: Méritos, 2007, Volume 4.

KARNAL, Leandro (org.). **História em sala de aula: conceito, práticas e propostas.** 5.ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** 3. ed. rev. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica,** 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LE GOFF, Jacques. Tradução Bernardo Leitão...[*et.al.*]. **História e memória.** – 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LUCAS, Tânia Regina de. **Indústria e trabalho na História do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.(Repensando a história do Brasil).

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces.** Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 10.

NANINI, Miriam Paula; MARQUES, Otacílio Guedes; MUNIZ, Nacy Campos (orgs.). **Imagem, memória e informação.** Brasília: Ícone Editora e Gráfica, 2010.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul.** 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O Historiador e suas Fontes.** 1. ed. 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil / Caio Prado Júnior.** – 41. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

REINHEIMER, Dalva N.; SMANIOTTO, Elaine. Documentário - **Inventário do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Artístico de Igrejinha.** Prefeitura Municipal de Igrejinha e FACCAT, 2009.

REINHEIMER, Dalva N. – **Terra, Gente e Fé. Aspectos Históricos de Taquara do Mundo Novo /** organizadora Dalva Reinheimer – Taquara: Faccat, 2005.84.

REINHEIMER, Dalva N.; SMANIOTTO, Elaine. (orgs.). **160 Anos da Cultura Alemã em Igrejinha**. Memórias, registros e preservação. 2007.

REINHEIMER, Dalva N. **A navegação Fluvial da República Velha Gaúcha**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

REINHEIMER, Dalva; GEVEHR, Daniel Luciano; MAGALHÃES, Doris Rejane; SMANIOTTO, Elaine; DIAS, Jefferson Luciano Zuch; MEYER, Marlise Regina. **Caminhando Pela Cidade - Apropriações históricas de Taquara em seus 125 Anos**. Editora Evangraf: Taquara, 2011.

SANDER, Berenice Fülber; MOHR, Flávia Corso. **Igrejinha, uma história em construção**. Igrejinha: Metrópole Indústria Gráfica, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE IGREJINHA. **Igrejinha, História que o tempo registra**. 1ª Edição, Igrejinha: Gráfica Paranhama, 1991.

SILVA, Kolina Vanderlei **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo. 2006.

Universidade Estadual de Londrina. **Domínios da Imagem**. Londrina: Ano I – N. 2, 2008.

SITES CONSULTADOS:

CHIARELLI, Tadeu. **História da arte / história da fotografia no Brasil - século XIX: algumas considerações**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-3202005000200006&script=sci_arttext>. Acessado em: 21 de setembro de 2012.

Entrevistas com Pierre NORA em www.eurozine.com e em www.gallimard.fr, consultadas em 28 de dezembro de 2005. (NORA, 1993)

Guerra Fria. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/guerrafria/>>. Acessado em: 15 de setembro de 2012.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431010>>. Acessado em: 16 de setembro de 2012.

LABES, Marcelo. **Enxaimel ou Fachwerk, mas é mais difícil de falar**. 2007. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/guia/enxaimel-ou-fachwerk-mas-e-mais-dificil-de-falar>>. Acessado em: 16 de setembro de 2012.

Lista dos governadores do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <assisbrasil.org/governador.html>. Acessado em: 08 de novembro de 2012.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Fotografia, História e Vistas Urbanas**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a12v27n2.pdf>>. Acessado em: 22 de setembro de 2012.

Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul. **Vale do Paranhana**. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=2&mireg=20&fg=2>>. Acessado em: 21 de setembro de 2012.

LEGISLAÇÃO:

Igrejinha; LEI MUNICIPAL Nº 12. Prefeitura Municipal de Igrejinha de 16 de setembro de 1965.

Igrejinha; LEI MUNICIPAL Nº 209. Prefeitura Municipal de Igrejinha de 15 de Maio de 1972.

DOCUMENTOS OFICIAIS:

A Maçonaria em Santa Maria do Mundo Novo

Matrícula 1.490

Contratos

Escritura de 25 de Março de 1971

Escritura de 12 de Agosto de 1971

Escritura de 16 de Novembro de 1972

Escritura de 19 de Maio de 1975

MUSEU e ACERVOS CONSULTADOS:

Acervo Fundação Cultural de Igrejinha

Acervo FACCAT

Acervo particular de Alcídio Schmidt

Acervo particular de Cheila Petry

Acervo particular de Eliana Peters

Acervo particular de Guisella Semilda Höernig Lamb

Acervo particular de Janete Maria Bergamo

Acervo particular de Lori M. Klein

Acervo particular de Luis Pedro Renck

Museu Gustavo Adolfo Koetz

ANEXOS

ANEXO 1 – A Maçonaria em Santa Maria do Mundo Novo

A Maçonaria em Santa Maria do Mundo Novo

Também aqui em Santa Maria do Mundo Novo, a Fraternidade esteve presente desde os primeiros tempos da colonização, divulgando suas ideologias e filosofias de vida entre os imigrantes que aqui se estabeleceram e seus descendentes.

Num breve relato queremos destacar algumas datas importantes para a Instituição nesta região e relacionar os primeiros membros da Fraternidade para que possamos localizar a Instituição como congregação que unia homens das mais diferentes profissões e nacionalidades, mas todos com o objetivo comum de ver prosperar a comunidade em que viviam.

Em 26 de março de 1899, reuniu-se, em Média Santa Maria, o primeiro grupo de Maçons, para a fundação da Loja Maçônica Emanuel. O grupo era integrado por imigrantes, fundadores de Santa Maria do Mundo Novo, líderes comunitários que se reuniam secretamente e, muitas vezes, somente as esposas o sabiam, sequer os filhos tinham conhecimento de que seus pais faziam parte da congregação ou de onde se realizavam as reuniões. No entanto, apesar dos encontros secretos, os assuntos debatidos e encaminhados em suas reuniões, visavam o bem da próspera comunidade que se formava aqui no vale.

→ A princípio, os encontros realizavam-se num prédio existente na Rua da Independência ao lado do cemitério, às margens do Rio Santa Maria, próximo à Igreja Evangélica. Mais tarde, as reuniões foram transferidas para uma casa de moradia, na mesma rua, que ao mesmo tempo abrigava o Templo da Maçonaria e que ficou popularmente conhecida como Vila Sibyla.

Este Templo Maçônico, em 1903, chegou a ter 42 irmãos (o maior número na história de Igrejinha) e pelo que se tem notícia, funcionou até 1905, quando o movimento adormeceu.

81 anos mais tarde, em 05 de abril de 1986, reuniu-se um novo grupo, na sede da Associação dos Viajantes de Igrejinha, com o intuito de resgatar àquela Loja Maçônica que havia adormecido no início do século. Formou-se, assim, uma diretoria que alguns meses depois, em 24 de novembro de 1986, voltou a funcionar como Triângulo Emanuel, em Igrejinha. Este grupo de pessoas, passou, então, a se reunir em escritórios e até depósitos de

algumas empresas, já que não dispunha de Templo próprio e, posteriormente, chegou a reunir-se em Taquara, ocupando a sede da Loja naquela cidade.

Mas o trabalho de seus membros e o progresso do grupo fez com que pudessem construir seu próprio Templo, que ainda hoje está localizado em Igrejinha, na Rua Alberto Pasqualini, nº 223, no Loteamento Neubarth e que passou a ser ocupado em 11 de agosto de 1987.

Hoje, a Irmandade conta com aproximadamente 30 irmãos e muito tem sido realizado pelos membros da Maçonaria local ao longo de sua história, com base no seu lema: *Liberdade, Fraternidade e Igualdade*, ainda que a comunidade não tome conhecimento de seus feitos, pois agem no anonimato, como é hábito da Instituição.

**Primeira diretoria - Fundadores da Maçonaria nesta Colônia
Santa Maria do Mundo Novo, em 26 de março de 1899**

Jacob Volkart
Pedro José Jung
Cristiano Yansen
João Rönnau
Germano Volkart
Felippe Bender
Henrique Martin Korndörfer
Pedro Ritter

**Quadro de irmãos da Maçonaria
Santa Maria do Mundo Novo, em 01 de março de 1903.
(O maior quadro da história nesta Colônia)**

Jacob Volkart - Brasileiro - Tabelaio
Henrique Martin Korndorfer - Brasileiro - Torneiro

Germano Volkart - Brasileiro - Professor
Pedro José Jung - Brasileiro - Negociante
João Rönnau - Alemão - Professor
Felippe Bender - Brasileiro - Negociante
Pedro Ritter - Brasileiro - Negociante
Cristiano Yansen - Suíço - Cervejeiro
Guilherme Franke - Brasileiro - Lavrador
Cristiano Franke - Brasileiro - Lavrador
Henrique Augusto Rönnau - Brasileiro - Negociante
Guilherme Kirsch - Brasileiro - Sapateiro
Gustavo Adolfo Renck - Brasileiro - Lavrador
Felippe Germano Kehl - Brasileiro - Lavrador
José von Hondorf - Brasileiro - Agrimensor
João von Hondorf - Brasileiro - Agrimensor
Pedro Kehl - Brasileiro - Professor
Felippe Jung - Brasileiro - Cervejeiro
Carlos Fleck - Brasileiro - Lavrador
Felippe Steyer Júnior - Brasileiro - Lavrador
João H. Jacobus - Brasileiro - Lavrador
Emílio Hartz - Brasileiro - Lavrador
João Bauer - Brasileiro - Carpinteiro
João Spindler - Brasileiro - Lavrador
Nicolau Deecken - Brasileiro - Lavrador
Germano Ehrensperger - Suíço - Carpinteiro
Carlos Hörnig - Brasileiro - Negociante
Jacob Wilbert - Brasileiro - Sapateiro
Guilherme Sauer - Brasileiro - Curtidor
Georg Jung - Brasileiro - Cervejeiro
João Pedro Kichler - Brasileiro - Serrador
Felippe Robinson - Brasileiro - Lavrador
Luís Volkart - Brasileiro - Curtidor

Pedro Reinheimer - Brasileiro - Lavrador
Germano Bäsche - Alemão - Médico
Cristiano Hörnig - Brasileiro - Negociante
Felippe Hess - Brasileiro - Lavrador
Carlos Seferino Kehl - Brasileiro - Lavrador
João Ebert - Brasileiro - Lavrador
Pedro Gayger - Brasileiro - Lavrador
Luís Dienstmann - Brasileiro - Alfaiate
João Müller - Brasileiro - Lavrador

Colaboração: Valério Armino Rothe

ANEXO 2 – Lei Municipal Nº 102



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA

LEI MUNICIPAL Nº 12

"Nomeia as ruas da cidade e dá outras providências."

JOÃO DARCY RHEINHEIMER, Prefeito Municipal de Igrejinha.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sancionei e promulgo a seguinte

L E I:

Art. 1º - As ruas da cidade que correm paralelas ao Rio Paranhana, da esquerda para a direita, têm a seguinte nomeação: Rua 7 de Julho, localizada na rua do Cartório de Notas; Rua Getúlio Vargas, localizada na fábrica de Mensler & Cia. Ltda.. Atravessando o Rio; Rua Tiradentes, localizada nos fundos da serraria de Avelino Klein; Rua da Independência, situada na Igreja Evangélica; Rua Gal Ernesto Dornelles, localizada na fábrica de Almiro Grings & Cia. Ltda.

As ruas transversais e à esquerda do Rio Paranhana nomeiam-se: Rua 1º de Maio, situada na propriedade de Edmundo Kichler; Rua Cel. Theobaldo Fleck, localizada no campo do E.C. Igrejinha; Rua 7 de Setembro, localizada na estrada à Voluntária; Rua Cristóvão Colombo, situada nas terras de Arlindo Wuest; Rua José Bonifácio, localizada nas terras de João Saueressig; Rua Salgado Filho, situada na residência de Arcênio Bruno Petry.

As ruas, à direita do Rio, denominam-se: Rua Vigário José Inácio, localizada nas terras de Norberto Wagner; Rua 1º de junho, localizada no Grupo Escolar de Igrejinha; Rua Benjamim Constant, situada na fábrica de Lanus & Cia. Ltda.; Rua Oswaldo Cruz, localizada na fábrica de Heidrich, Schaefer & Cia.; Rua João Correa, situada na antiga estação da Viação Férrea; Rua João Lourenço Schaefer, situada na Igreja Católica; Rua da República, localizada na antiga rua dos Breyer; Rua 25 de Julho, localizada nas terras de Helmut Schaefer; Rua da Boa Vista, localizada nas terras de Lautheno Schaefer.

Art. 2º - A numeração das ruas obedecerá o seguinte critério: as ruas transversais ao Rio Paranhana terão o início da numeração no sentido lateral do Rio para ambas as direções. As ruas paralelas ao Rio terão o início da numeração no sentido norte-sul, segundo a direção do curso d'água do mesmo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Igrejinha, 16 de setembro de 1965.

Esta é a cópia da Lei original


Secretário

João Darcy Rheinheimer
Prefeito Municipal

ANEXO 3 – Lei Municipal Nº 209



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA

LEI MUNICIPAL Nº 209

Denomina ruas da Cidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGREJINHA.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Dr. Edmundo Laufer a que parte da Rua 7 de Julho, nas imediações de nº 902, com sentido oeste, em direção ao Hospital Imaculada Conceição.

Art. 2º - Fica denominada Rua D. Pedro I a que parte do entroncamento das Ruas 7 de Setembro com a Rua dos Feller e termina na ora denominada Rua Dr. Edmundo Laufer.

Art. 3º - Fica denominada Rua dos Feller a atualmente conhecida como Rua Canto dos Feller, que parte da ora denominada D. Pedro I em direção oeste e termina com o limite da zona urbana.

Art. 4º - Fica denominada Rua 9 de Fevereiro, em homenagem à data da instalação do Município, a Rua que parte da Rua 7 de Setembro em sentido sul e termina na Rua Salgado Filho.

Art. 5º - Fica denominada Av. Presidente Castelo Branco, em homenagem à memória do primeiro Presidente da Revolução, a Avenida Principal prevista no Plano Diretor da Cidade, que parte da Rua 1ª de Junho em direção sul, até encontrar a Rua da Boa Vista.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, 15 DE MAIO DE 1972.


Hugo Sperb
HUGO SPERB
PREFEITO

Registre-se e publique-se:
Em 15 de maio de 1972.

Julio Luiz Jacobus
JULIO LUIZ JACOBUS
SECRETÁRIO

ANEXO 4 – Matrícula 1.490

507



OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE TAQUARA - RS
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

J. Mendes
22 64
FLS. MATRÍCULA

Taquara, 06 de dezembro de 1976 1 1.490

IMÓVEL: TERRENO URBANO, com a área de 523,98 m².; na rua João Corrêa lado ímpar, na cidade de Igrejinha, distante 5,80 m. da esquina com A Avenida Presidente Castelo Branco, com as seguintes medidas e confrontações: frente, ao norte, com a rua João Corrêa, onde mede -- 21,70 m.; fundos, ao sul, a entestar com propriedade de Oscar M. Pacheco de Farias, onde mede 21,30 m.; dividindo-se por um lado, a - leste, com terreno da requerente, onde mede 26,50 m.; e, pelo outro lado, a oeste, com propriedade da Viúva Hedvich Erna Schwingel, onde mede 23,70 m. -

O sub-oficial, *Gladys Billy da Silva*

REGISTRO DE IMÓVEIS

Nº 23

2/105a

Taquara, 06 de dezembro de 1976.

R 1-1.490

ADQUIRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA. Característicos do imóvel: "O acima descrito". Valor: Cr\$ 30.000,00.- Mandado de usucapião de 25-11-1976, do 2º Cartório Judicial desta Comarca, escrivão Jonas Pereira da Silva, assinado pelo Dr. Valter Arno Heidel, - Juiz de Direito da 2ª. Vara.-

O sub-oficial, *Gladys Billy da Silva*

Taquara, 13 de dezembro de 1978.

R 2-1.490

TRANSMITENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, sede Rua Independência, 512 - Igrejinha. CCMF. 88 379 763/0001-36. **ADQUIRENTE: ESTÁDIO DO RIO GRANDE DO SUL.** Característicos do imóvel: "O constante da matrícula nº 1.490". Valor: Cr\$ 100.000,00, elevado para fins fiscais a Cr\$ 180.000,00. Escritura de doação autorizada pela Lei Municipal nº 290 de 29-11-1977, digo, nº 461, lavrada em 28-11-1978, pelo Oficial da sede municipal de Igrejinha Rubem Guido Volkart.- Emolumentos: Cr\$ 207,35

O Oficial ajudante, *Gladys Billy da Silva*

SETOR : 01

QUADRA: 04

LOTE : 05

N.º CARNE: 1

UNIDADE SANITÁRIA
(VACINAS)



OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE TAQUARA - RS
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

J. F. Mendes
FLS. MATRÍCULA
1 1.490

Taquara, 06 de dezembro de 1976

IMÓVEL: TERRENO URBANO, com a área de 523,98 m²., na rua João Corrêa nº 170, lado ímpar, na cidade de Igrejinha, distante 5,80 m. da esquina com a Avenida Presidente Castelo Branco, com as seguintes medidas e confrontações: frente, ao norte, com a rua João Corrêa, onde mede 17,70 m.; fundos, ao sul, a entestar com propriedade de Oscar M. Paes de Farias, onde mede 21,30 m.; dividindo-se por um lado, a oeste, com terreno da requerente, onde mede 20,50 m.; e, pelo outro lado, a oeste, com propriedade da Viúva Hedvich Erna Schwingel, onde mede 23,70 m.

sub-oficial, *Gladys Billy da Silva*

Taquara, 06 de dezembro de 1976.
1-1.490

REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA. Características do imóvel: "O acima descrito". Valor: Cr\$ 30,000,00.- Mandado de usucapião de 25-11-1976, do 2º Cartório Judicial desta Comarca, escrito por Jonas Pereira da Silva, assinado pelo Dr. Valter Arno Heidel, Advogado de Direito da 2ª. Vara.-

sub-oficial, *Gladys Billy da Silva*

01
04
05

ANEXO 5 – Contratos - Escritura nº 5.151-B/31.396

<p>ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE PORTO ALEGRE 2.º TABELIONATO</p>	<p>CONTRATOS 0</p>
<p><i>Helena Zozzani Colla</i> <i>Antônio Colla Colla</i> <i>Iselina Sara Porto</i> <i>Luiza Savato</i></p> <p>O Tabelião: <i>Miguel Ivo Cassal</i></p> <p>Nº5.151-B/31.396 - ESCRITURA de cessão de direitos que fazem, como outorgante cedente, RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A., e, como outorgada cessionária, PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, na forma abaixo.- SAIBAM os que virem esta escritura pública que no ano de mil novecentos e setenta e dois (1972) no dia dezoito (18) do mês de maio, nesta Cidade de Pôrto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, nêste Segundo (2º) Tabelionato, na Rua Siqueira Campos, número 1184 loja dois (2), compareceram, justos e contratados, de uma parte, como outorgante cedente, RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do - Ministério da Fazenda, sob número 33613332/14, autorizada por sua Diretoria - Decisão número cinquenta e um barra setenta e dois (51/72), de sete (7) de março de mil novecentos e setenta e dois (1972), sendo representada neste ato, pelo Doutor DOVILE CAVEDON, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, Chefe da Décima Terceira (13ª) - Divisão - Rio Grande do Sul, em Pôrto Alegre, do Sistema Regional Sul da Rêde Ferroviária Federal S.A., conforme procuração lavrada no Quinto (5º) Tabelionato,</p>	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Empl. M.C. 720</p> <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Luzia Sara Porto</p> <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Miguel Ivo Cassal</p>
<p>TABELIÃO MIGUEL IVO CASSAL EDIFÍCIO CASTELO Rua Siqueira Campos, 1.184 - Loja 2 - Pôrto Alegre</p>	

Tabelionato, da cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em vinte (20) de novembro de mil novecentos e sessenta e nove (1969), no livro número dois mil e quarenta (2.040), fôlhas quarenta e um verso (41vº), e substabelecimento, lavrado no Quinto(5º) Tabelionato, desta Capital, em doze (12) de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove (1969), no livro número duzentos e sessenta e nove (269), fôlhas oito (8), estando os instrumentos citados, por certidões arquivados neste Cartório e registrados no livro próprio número noventa e cinco (95), sob número de ordem seis mil e onze (6.011) e seis mil e cinquenta e quatro (6.054), respectivamente; e, de outra parte como outorgada cessionária, PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, representada pelo Sr. HUGO SPERB, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob número 084664240, residente e domiciliado á rua Sete(7) de Julho, número setecentos e trinta e tres (733) daquela cidade, autorizado pela Lei Municipal número cento e setenta e cinco (175), de primeiro (1º) de abril de mil novecentos e setenta e um (1971), que fica arquivada neste Tabelionato e vai adiante transcrita; os presentes identificados como os próprios pelo Tabbelião e pelas testemunhas no fim nomeadas e assinadas, também identificadas pelo tabelião, que de tudo dá fé.- E, perante as mesmas testemunhas, pela outorgante cedente referida foi dito o que segue:PRI-MEIRA - Que é legitima possuidora dos imóveis a seguir descritos sobre os quais exerce posse mansa e pacífica por mais de trinta anos, sem oposição de quem quer que seja: UMA FAIXA DE TERRA do antigo leito ferroviária

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO ALEGRE
2.º TABELIONATO

CONTRATOS

ferroviário, situado entre os km 7,5 ao 14,3 da extinta linha Taquara-Canela, com uma extensão de seis mil e oitocentos metros (6.800,00) e uma largura variável até o máximo de vinte e quatro metros (24m00) -- perfazendo a área de cento e sessenta e três mil e duzentos metros quadrados (163.200,00 m2.); UM TERRENO de seiscentos metros quadrados (600 m2.) de área com quinze metros (15m00) por quarenta metros (40m00), onde se encontra um prédio de madeira com cento e um metros quadrados e vinte e seis decímetros quadrados (101,26 m2.) de área, com cobertura de telha de zinco, esquadrias de madeira rústica, tudo em péssimo estado e que era a antiga estação de Igrejinha. Limita-se o referido terreno ao Norte, onde mede quinze metros (15m00), com a (fazil), digo, a faixa de terras de posse da antiga via férrea; ao Sul, onde também mede quinze metros (15m00), com a citada faixa; ao Leste onde mede quarenta metros (40m00), também com a referida faixa; e, ao Oeste, medindo quarenta metros (40m00), com a via pública.- SEGUNDA - Sendo tais bens necessários às obras do Plano Diretor da cidade de Igrejinha e às construções de estradas, e face a autorização contida na Lei Municipal número cento e setenta e cinco (175), de primeiro (1º) de abril de mil novecentos e setenta e um (1971), já referida, acordam as partes na presente cessão onerosa de direitos sobre os imóveis já mencionados, pelo que, por esta escritura e pelo preço e quantia certa de quatro mil novecentos e setenta e nove cruzeiros e vinte e cinco centavos (G\$4.979,25), a outorgante cedente, desde já, cede e transfere á outorgada cessionária, --

TABELIÃO MICHEL IVO CASSAL

cessionária, PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, todos os direitos de posse mansa e pacífica que mantém sobre as áreas descritas, ficando, assim, a última, sub-rogada em todos esses direitos que ora lhe são cedidos e - transferidos, recebendo, ainda, da outorgante cedente, plena e geral quitação pela importância aludida, que - esta, perante as testemunhas, recebeu em moeda corrente nacional, contou e achou exata.- TERCEIRA - A outorgante cedente cede e transfere seus direitos decorrentes do exercício de posse vetusta, mansa e pacífica sobre os imóveis objeto da presente cessão onerosa, livre de responsabilidade pelos riscos da evicção e por fatos a ela equiparados, condição que a outorgada cessionária expressamente declara aceitar.- QUARTA - A outorgada cessionária dispensa a transcrição de todas as certidões negativas fiscais, assumindo os riscos decorrentes dessa falta, com pleno conhecimento do que dispõe o parágrafo único do artigo seiscentos e setenta e sete (677) do Código Civil.- Pelo procurador da outorgante cedente foi dito, ainda, que concordava com a presente cessão e que desistia expressamente de qualquer direito que sobre mencionados imóveis lhe possa - caber. Pela outorgada cessionária, pelo seu representante, foi dito, ante as mesmas testemunhas, que aceitava essa escritura em todos os seus termos.- Transcrevo a seguir a Lei Municipal número cento e setenta e cinco (175) no início desta mencionada:-" Prefeitura Municipal de Igrajinha - Lei Municipal número cento e setenta e cinco (175) -(Antoniol),digo, (175). Autoriza a aquisição dos bens do extinto ramal ferroviário da R. F. F. S.A.- O Prefeitura Municipal de Igreji

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 PODER JUDICIÁRIO
 COMARCA DE PORTO ALEGRE
 2.º TABELIONATO

Dr. J. J.
CONTRATOS

Igrejinha. Faço saber que a Camara Municipal aprovou e eu sancino e promulgo a seguinte Lei:- Artigo 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a aquisição dos bens do antigo leito do ramal ferroviário Taquara-Canela, situados entre os Km 7,5 e 14,3 no valor total de quatro mil novecentos e setenta e nove cruzeiros e vinte e cinco centavos (G\$4.979,25), como segue: a) faixa de dominio, na extensão de 6.800 metros, por uma largura variável até ao máximo de 24 metros- Dois mil novecentos e trinta e sete cruzeiros e sessenta centavos (G\$2.937,60); b) prédio de madeira, com 101,26m2 da antiga estação ferroviária - Quatrocentos e vinte e um cruzeiros e sessenta e cinco centavos (G\$421,65); c) terreno sôbre o qual se situa o prédio, com a área de 600m2 - Mil seiscentos e vinte cruzeiros - - - - (G\$1.620,00). Artigo 2º - Os bens a serem adquiridos destinam-se a obras do Plano Diretor da cidade e a construção de estradas.- Artigo 3º - A despesa decorrente da aquisição destes bens será coberta com a verba orçamentária destinada a esta finalidade.- Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Igrejinha, em primeiro (1º) de abril de mil novecentos e setenta e um (1971) Hugo Sperb-Prefeito - P - 6670 - 23 - JULHO.- (A PRESENTE ESCRITURA FOI LAVRADA CONFORME MINUTA APRESENTADA).- ASSIM pediram lhes lavrasse em notas esta escritura a qual lhes sendo lida foi em(tuold),digo,em tudo achada conforme aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas a tudo presentes, Celina Silva Pinto e Lavoisier Dornelles, ambos brasileiros, capazes, residentes e domici-

TABELIÃO MIGUEL IVO CASSAL

domiciliados nesta Capital.- Eu, Lizias Jaures de Bello
res de Bello (Lizias Jaures de Bello
 escrevente, a datilografei. O Tabelião, Miguel Ivo Cas
 sal, subcreve, sendo no traslado em público e raso.-
 EM TEMPO: José Carlos da Silveira, brasileiro, capaz, aqui
 residente, é a segunda testemunha do ato.-

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]

Belina Silva Pinto


[Handwritten Signature]

O Tabelião: Miguel Ivo Casal

Emol. NCR\$- 95,00

[Large Handwritten Signature]

ANEXO 6 – Escritura de 25 de Março de 1971



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

REGISTRO DE IMÓVEIS
José Francisco Seabra Mendes
OFICIAL
Paulo A. Galim Correa
OFICIAL AJUDANTE
COMARCA DE TAQUARA - RS

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES, Oficial do Registro Geral de Imóveis, Comarca de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul

CERTIFICO que a fls. 12v/13 do livro 3-AQ, foi registrada sob número 45.367, a seguinte transmissão de imóveis:

Data: 25 de Março de 1971.*****

Circunscrição: Igrejinha.*****

Denominação da rua e número: Rua Gal. Ernesto Dornelles.*****

ADQUIRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA.*****

TRANSMITENTE: GUSTAVO KIRSCH e s/m SYBILLA KIRSCH.*****

Forma do Título: Escritura Pública.*****

Data: 10 de Março de 1971.*****

Serventuário: Rubem Guido Volkart.*****

Valor do Contrato: Cr\$3.000,00.*****

Registro (s) anterior (es): Lº 3-Q nº 3.969.*****

Características e confrontações: TERRENO com a área de um mil, cento e sessenta e oito metros quadrados e vinte decímetros quadrados (1.168,20m²), sem benfeitorias, medindo quarenta e quatro metros (44,00m) de frente, e continuando com esta largura por uma extensão de 12,60m (doze metros e sessenta centímetros) ao sul, e dez metros e cinquenta centímetros (10,50m) ao norte onde estreita-se igualmente em ambos os lados, passando a ter a largura de onze metros (11,00m) nos restantes sessenta (60,00m) de comprimento, limitando: pela frente, a leste, com a rua Gal. Ernesto Dornelles, pelos fundos, a oeste, com terras de Ataliba Rolinson, Reinaldo F. Schmidt e com o leito do extinto canal, ferroviário da R.F.F.S.A., pelo lado norte, com terreno de Reinaldo F. Schmidt e herdeiros de Albino Auler e pelo lado sul, com o terreno de Ataliba Rolinson e parte com o erroio Kozak. **CONDIÇÕES DO CONTRATO:** Imóvel destina-se a construção de uma praça. **VERDADES:** Nada consta. O referido é verdade e dou fe. EU, *Paulo A. Galim Correa*, Oficial Ajudante, subscrevo e assino. O Oficial Ajudante,

Taquara, 04 de Fevereiro de 1998 Emls: RS4,40 EL

Paulo A. Galim Correa

PARTIDA PRAGA J. LUIZ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE TAQUARA

Registro de Imóveis

Oficial : JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES

Certifico, que a fls. 12 v/14 do livro 3 AQ foi transcrita hoje sob nº 45.367 a escritura de desapropriação amigável lavrada em 10-3-1971, pelo escrivão — digo, pelo oficial da sede Municipal de Igrejinha Rubem Guido Volkart, de Igrejinha, de: um terreno em forma de "T", com a área de 1.168,20 m²., sem — benfeitorias, medindo 44,00 m. de frente e continuando com esta largura por uma extensão de 12,60 m. ao sul, á rua Gal. Ernesto Dorneles, na cidade de — Igrejinha.—

Adquirente - Prefeitura Municipal de Igrejinha

Transmitente - Gustavo Kirsch e s/m.

Valor - CR\$ 3.000,00

Transc. ant^o - nº 3.969 fls. 110 do livro 3 Q

O referido é verdade e dou fé.—

Taquara, 25 de março de 1971.—

O sub oficial,

Gladys B. da Silva



ANEXO 7 – Escritura de 12 de Agosto de 1971



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

REGISTRO DE IMÓVEIS
José Francisco Seabra Mendes
OFICIAL
Paulo A. Galim Correa
OFICIAL AJUDANTE
COMARCA DE TAQUARA - RS

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES, Oficial do Registro Geral de Imóveis, Comarca de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul

CERTIFICO que a fls. 126v/127 do livro 3-AQ, foi registrada sob número 45.935, a seguinte transmissão de imóveis:

Data: 12 de Agosto de 1971.
Circunscrição: Igrejinha.
Denominação da rua e número: Rua João Corrêa, esquina Gal. Ernesto Dorneles.
ADQUIRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA.

TRANSMITENTE: W. Fleck e Cia.

Forma do Título: Mandado.

Data: 02 de Agosto de 1971.

Serventuário: Luiz Fernando Koch.

Valor do Contrato: Cr\$3.000,00.

Registro (s) anterior (es): Lº 3-AH, 34.946.

Características e confrontações: TERRENO com a área de noventa e cinco metros quadrados (956m²), com as seguintes confrontações: ao sul, com a rua João Corrêa, onde mede (28,00 m), em esquina; a leste, com a rua Gal. Ernesto Dorneles, com 45,00m de extensão; ao norte, com o arroio Koetz, onde tem 14,50m de comprimento e entesta com os imóveis de Gustavo Kirsch, e Ataliba Robinson; e a oeste, seguindo o leito do mesmo arroio e extremando com terras de Jenno Abílio Schaefer, Arcilda Becker e Schaefer x Dalpias. AVERBAÇÕES: Nada consta. O referido é verdade e dou fé. EU, Paulo A. Galim Correa, Oficial Ajudante, suscrevo e assino.

Taquara, 04 de Fevereiro de 1998
O Oficial Ajudante,

Paulo A. Galim Correa

Encls: RG4,40 EL

PARTE DA PRAÇA

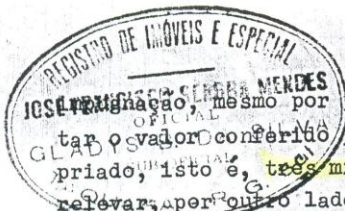
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 PODER JUDICIÁRIO
 JUIZ FRANCISCO SEABRA
 OFICIAL
 ADQYS. B. D. A.
 SUB-AL. 604
 TAQUARA

MANDADO DE IMISSÃO DE POSSE DEFINITIVA

Exmo. Sr. Dr. **LUÍZ FERNANDO KOCH**, Juiz de Direito da Comarca de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul, etc.

MANDA ao senhor Oficial do Registro de Imóveis deste município que, em cumprimento ao presente mandado, indo devidamente assinado, expedido nos autos da ação de desapropriação tombada sob número 2595/436/I, proceda a transcrição definitiva, em nome da autora PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, do imóvel abaixo descrito, de acordo com a sentença prolatada por este Juízo em data de 20 de julho passado, a seguir transcrita: - - - - -

"VISTOS, etc. - A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, promove ação de desapropriação contra a empresa **W. FLECK & CIA.**. Diz a inicial, que a expropriante declarou de utilidade pública o imóvel com a área de 956,00 m2., localizado na cidade de Igrejinha e com as seguintes confrontações: ao Sul, com a rua João Correa, onde mede 28,00 m, em esquina; a Leste, com a rua Gel. Ernesto Dorneles, com 45,00 m de extensão; ao Norte, com o arroio Koetz, onde tem 14,50 m de comprimento e entesta com os imóveis de Gustavo Kirsch e Ataliba Robinson; e, a Oeste, seguindo o leito do mesmo arroio e extremando com terras de Menno Abilio Schaefer, Arcilda Becker e Schaefer & Dalpiás; que o valor oferecido pelo imóvel é de CR\$2.660,00; depositada a importância oferecida, valor pelo qual foi provisoriamente arbitrado o imóvel, expediu-se mandado de Imissão de Posse. Nomeado o perito, citou-se a expropriada. O feito não foi contestado. O saneador, interposto recurso, foi proferido a fls. 14.- Posteriormente, substituiu-se o perito, havendo o perito substituto apresentado o laudo de fls. 17, que não sofreu impugnação. A audiência cingiu-se às alegações finais da expropriante. É o relatório. Não havendo a ação sido contestada e não havendo, por outro lado, o laudo pericial, sofrido qualquer impugnação,



mesmo por parte da expropriante, cumpre aceitar o valor conferido pelo perito para o imóvel desapropriado, isto é, três mil cruzeiros (CR\$3.000,00).- Cabe relevar, por outro lado, que se trata de valor que pouco difere do apresentado pela própria expropriante. Em face do exposto, fixo em três mil cruzeiros (CR\$3.000,00) o preço da indenização do imóvel referido pela inicial.- As custas processuais deverão ser satisfeitas pela expropriante, não havendo a cominação de honorários, por não ter sido a ação contestada.- Completado o pagamento do preço, expeça-se o mandado de imissão de posse definitiva, na forma do art. 29 do Dec. Lei número 3.365. Arbitro os honorários do senhor perito em oitenta cruzeiros (CR\$80,00).- Iida em audiência, dou a sentença por publicada e por intimadas as partes.- Nada mais foi dito. Eu, as, Hildegard - Günter, ajudante substituta do escrivão, subscrevi. As. -- LUIZ FERNANDO KOCH, Juiz de Direito.

Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei. Dado e passado, nesta cidade de Taquara, aos dois (2) de agosto de 1971. Eu, Romeu Marques Ribeiro, escrivão, subscrevi.



Luz Fernando Koch
LUIZ FERNANDO KOCH
 Juiz de Direito

CANTORIO DO CIVIL E CRIME
 Of. Anexo: Juiz de Direito
 Escrivão: Romeu Marques Ribeiro
 Ajud. Subst. Hildegard Günter
MARCA DE TAQUARA - R. E. S.

51.896 } **PROTOCOLO**
 85 }
 Apresentado no dia 12 de agosto de 1971
 Taquara, data supra
 Registrado no livro 3 A Q
 a fls. 126 e 127 sob nº 45.935
 Taquara, 12 de agosto de 1971

ANEXO 8 – Escritura de 16 de Novembro de 1972



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

REGISTRO DE IMÓVEIS
José Francisco Seabra Mendes
OFICIAL
Paulo A. Valim Correa
OFICIAL AJUDANTE
COMARCA DE TAQUARA - RS

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES, Oficial do Registro Geral de Imóveis, Comarca de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul

CERTIFICO que a fls. 120 v/121 do livro 3-AS , foi registrada sob número 47.887 , a seguinte transmissão de imóveis:

Data: 16 de novembro de 1972.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
Circunscrição: Igrejinha.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
Denominação da rua e número: Avenida Presidente Castelo Branco - Igrejinha.x.
ADQUIRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, representada pelo prefeito HUGO SPERB, casado, brasileiro.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

TRANSMITENTE: ALMIRO GRINGS & CIA LTDA, estabelecida em Igrejinha

Forma do Título: Escritura Pública.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
Data: 10 de novembro de 1972.x.
Serventuário: Rubem Guido Volkart.x.
Valor do Contrato: Cr\$22.000,00.x.
Registro (s) anterior (es): AS-47.617.x.
Características e confrontações: Terreno urbano, com a área de um mil, duzentos e cinquenta metros quadrados (1.250,00m²), sem benfeitorias, com frente para a Avenida Presidente Castelo Branco, voltado para o oeste, limitando: pelos fundos, ao leste, com o Arroio Koetz, pelo lado norte, com terreno dos herdeiros de Ataliba Robinson, pelo lado sul, com a propriedade de Schaffer, Dalpiás & Cia Ltda., e que mede vinte e quatro metros (24,00m) de largura. AVERBAÇÕES: Nada consta. O referido é verdade e dou fé. EU, *Paulo A. Valim Correa*, Oficial Ajudante subscrevo e assino. Taquara, 04 de Fevereiro de 1998.
O Oficial Ajudante *Paulo A. Valim Correa*

Emols: R\$4,40 E

15

PARTE DA PRAÇA D. LUIZA

61 78 40

Fl. 19

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

JOSÉ FRANCISCO SEARA
OFICIAL

TAQUARA - RS.

30-908

PROCOLO 1-9

Pag. 143

Apresentado no dia 30 de 8 - 1972:

Taquara, data supra.

O. oficial. J. Mendes

Registrado no livro 3AP

a fls. 66 v. 67 sob n.º 47.677

Taquara, 30 de agosto de 1972

O Pulso oficial. E. Ladys Billy da Silva

TRASLADO

Nº 3032- Escritura de compra e venda de um terreno // que entre si fazem IVO ANICÁCIO BECKER e s/mulher e - outro com a firma ALMIRO GRINGS & CIA.LTDA., como se- gue. Antecede a de igual título que fizeram o casal de Werno Gewehr com Walter Schein.-

S A I B A M quantos/ esta pública escritura virem que, no ano de mil nove- centos e setenta e dois (1972), aos dezoito (18) dias do mes de agosto, nesta cidade de Igrejinha, no Estado do Rio Grande do Sul, neste cartório compareceram: como outorgantes vendedores IVO ANICÁCIO BECKER e sua mulher ARCILDA IRMGARTH BECKER, industrial e industriária, respectivamente na firma Calçados Lumière Ltda., e MENNOZ ABILIO SCHAEFER, viuvo, industrial aposentado, aqueles inscritos no C.P.F. nº 2565072 e este, sob nº 058572790 e, como outorgada compradora a firma ALMIRO GRINGS & CIA.LTDA., estabelecida nesta cidade, com fábrica de calçados, inscrita no C.G.C.M.F. nº 97.755.177, neste ato representada por seu sócio gerente Sr. Almiro Grings, casado, industrial, os presentes, brasileiros, domicilia- dos e residentes nesta cidade, conhecidos de mim ofi- cial de sede municipal e das testemunhas no fim assi- nadas, que dou fé. E, perante estas mesmas testemunhas, pelos outorgantes vendedores referidos foi dito que, pela presente escritura e na melhor forma em direito, vendem à outorgada a firma ALMIRO GRINGS & CIA.LTDA., um terreno, com a área de 1.250,00 m2 (MIL DUZENTOS E CINCOENTA METROS QUADRADOS), sem benfeitorias, situado na Av. Presidente Castelo Branco, nesta cidade; terreno/ este limita-se pela FRENTE a OESTE, onde tem vinte e - quatro (24,00) metros de largura, com a Av. Presidente Castelo Branco ex-leito da Viação Férrea; FUNDOS a LES TE, com o Arroio Koetz; no lado NORTE, com o terreno - dos herdeiros de Ataliba Robinson e lado SUL, com a pro- priedade de Schaefer, Dalpiás & Cia.Ltda.; terreno este os outorgantes houveram por herança de Hilda Irena Schaefer, conforme formais de partilha extraídas em 06 04-1970 pelo escrivão do cível e crime Romeu M. Ribe- ro da Comarca de Taquara e transcritas no Registro de Imóveis da cidade de Taquara, sob nº 44.340 e 44.341 - (quarenta e quatro mil trezentos e quarenta e quaren- ta e um) a folhas quatro verso e cinco (4 v.5) do livro treis "AP" e declaram possuir livre e desembaraçado.

7/24/72

ROSA 97.503

desembaraçado. Que a presente venda é feita pelo preço de R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL CRUZEIROS), em moeda corrente, no ato recebido do outor, digo, recebido do representante da outorgada, a quem os outorgantes dão plena, geral e irrevogável quitação, para jamais lhes ser pedido, transferindo-lhe desde já, todo o direito, posse e domínio que tinham no mencionado imóvel, obrigando-se os outorgantes por si, seus sucessores e por seus bens presentes e futuros, a fazer esta venda sempre boa, firme e valiosa e a responder pela evicção, ficando a outorgada a par e salvo de dúvidas ou questões futuras. Pelo representante da outorgada foi dito que era verdade todo o exposto e que aceitava esta escritura nos termos referidos e me apresentou a Guia nº 84 (oitenta e quatro, digo, e quatro) do pagamento do imposto de transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, cujo imposto na importância de R\$ 220,00 (duzentos e vinte cruzeiros), foram, digo, cruzeiros) foram pagos pelo representante no Posto de Arrecadação Estadual desta cidade, em três de agosto do corrente ano, relativo a esta transação. Pelos outorgantes me foram apresentados e ficam arquivados neste ofício, as certidões negativas, passadas pela Prefeitura Municipal e Posto de Arrecadação desta cidade, em sete e três do corrente mes, pelas quais se verifica que nada devem ao erário público até aquelas datas, sendo que as demais certidões fiscais foram de comum acordo dispensadas pelas partes contratantes. Pelos outorgantes me foi assinada uma declaração de sua situação profissional, satisfazendo as exigências do Dec-Lei nº 66 de 21 de novembro de 1966, que fica arquivada neste cartório. E, assim justos me pediram esta escritura em notas que lida por mim oficialmente de sede municipal, acharam conforme, aceitaram, ratificaram e assinam com as testemunhas abaixo, conhecidas de mim Rubem Guido Volkart, oficial de sede municipal, que a datilografei e assino. Igrejinha, 18 de agosto de 1972. O oficial de sede municipal: RUBEM GUIDO VOLKART. (ass.) - IVO ANICÁCIO BECKER. - ARCILDA IRMARTH BECKER. - digo, ARCILDA IRMGARTH BECKER. - MENINO ABILIO SCHAEFER. - ALMIRO GRINGS & CIA. LTDA. - Almiro Grings. - LAURO DREHER. - ANIVALDO A. REINHEIMER. - Nada mais continua. Nada mais c. digo, continua. Data supra. - EU, Rubem Guido Volkart, Oficial de sede municipal, que a datilografei, subscreevi e assino em público e raso.

..-EM TESTEMUNHO DA VERDADE.-
 Igrejinha, dezoito (18) de agosto de 1972.-
Rubem Guido Volkart
 RUBEM GUIDO VOLKART.
 Oficial de sede municipal.

Em tempo, o primeiro outorgante vendedor também se assina perante Abílio Schaefer.
Abílio Schaefer
 Oficial da sede municipal

Handwritten notes:
 - Rubem Guido Volkart
 - Abílio Schaefer
 - Ivo Anicácio Becker
 - Arcilda Irmarth Becker

RUBEM GUIDO VOLKART
 OFICIAL DE SEDE MUNICIPAL
 Igrejinha - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA

LEI MUNICIPAL Nº 216

Autoriza permuta de imóveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGREJINHA.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a permutar imóvel de sua posse por outro de propriedade da firma ALMIRO GRINGS & CIA. LTDA.

§ 1º - O imóvel de posse do Município, avaliado em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros), é o seguinte:

TERRENO URBANO com área de 1.401,17 m² (um mil quatrocentos e um metros e dezesseis centímetros quadrados), com frente para a Avenida Presidente Castelo Branco, voltado para o oeste, limitado ao sul pela Rua Oswaldo Cruz, ao leste com imóvel da firma Almiro Grings & Cia. Ltda. e ao norte com imóvel pertencente a firma Calçados Joana Ltda., e que mede 63,65 m (sessenta e oito metros e sessenta e cinco centímetros) de frente para a Av. Presidente Castelo Branco, 14,10m (quatorze metros e dez centímetros) com a Rua Oswaldo Cruz, sendo que continua com esta profundidade numa extensão de 22,00m (vinte e dois metros) em direção norte, onde, formando ângulo reto, passa a ter a profundidade de 27,10m (vinte e sete metros e dez centímetros) numa extensão de 12,00m (doze metros), onde, novamente em ângulo reto, passa a ter a profundidade de 22,10m (vinte e dois metros e dez centímetros) até encontrar, após uma extensão de 34,65m (trinta e quatro metros e sessenta e cinco centímetros), o imóvel pertencente a firma Calçados Joana Ltda.

Dito imóvel pertence à Prefeitura Municipal de Igrejinha por cessão de direitos, conforme Escritura de nº 5.151-B/31.396, outorgada pela Rede Ferroviária Federal S.A., lavrada em 18 de maio de 1972, às fls. 492 a 194v, do livro nº C/265-B, no 2º Tabelionato de Porto Alegre; Escritura esta registrada no Cartório de Registro Civil de Títulos e Documentos da Comarca de Taquara, no livro B9, a fls. 65/67, sob nº 2627, em 23 de maio de 1972.

§ 2º - O imóvel de propriedade de ALMIRO GRINGS & CIA. LTDA., avaliado em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros), é o seguinte:

TERRENO URBANO com área de 1.250,00 m² (um mil duzentos e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, com frente para a Avenida Presidente Castelo Branco, voltado para o oeste, limitado pelos fundos, ao leste, com o Arroio Koetz, pelo lado norte, com terreno dos herdeiros de Ataliba Robinson pelo lado sul com a propriedade de Schaefer, Daplas & Cia. Ltda e que mede 24,00m (vinte e quatro metros) de largura.

Dito imóvel foi registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Taquara, no livro 3 AS, a fls. 66v/67, sob nº 47.617, em 30 de agosto de 1972.

.....

ANEXO 9 – Escritura de 19 de Maio de 1975



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

REGISTRO DE IMÓVEIS
José Francisco Seabra Mendes
OFICIAL
Paulo A. Volkmann Correa
OFICIAL AJUDANTE
COMARCA DE TAQUARA - RS

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES, Oficial do Registro Geral de Imóveis, Comarca de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul

CERTIFICO que a fls. 80v/81 do livro 3-AX, foi registrada sob número 51.947, a seguinte transmissão de imóveis:

Data: 19 de Maio de 1975.
Circunscrição: Igrejinha.
Denominação da rua e número: Rua João Corrêa, esquina com a Avenida Presidente Castelo Branco.
ADQUIRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA.

TRANSMITENTE: SCHAEFER, DALPIÁS x CIA. LTDA.

Forma do Título: Escritura Pública.
Data: 12 de Maio de 1975.
Serventuário: Rubem Guido Volkart.
Valor do Contrato: Cr\$146.000,00.
Registro (s) anterior (es): 16.692 L^a 3-X.

Características e confrontações: TERRENO, com a área de 819,00m², com uma casa de material, com duas portas e duas janelas de frente, coberta com telhas de barro, medindo 33,00m de frente, 40,00m de fundos e 21,00m de frente a fundos, limitando: pela frente, ao sul, com a rua João Corrêa, pelos fundos, ao norte, com o terreno da adquirente; pelo lado leste, com o arrojo Kozak e lado oeste, com a Avenida Presidente Castelo Branco. VERBAIS: Nada consta. O referido é verdade e dou fé. EU, Paulo A. Volkmann Correa, Oficial Ajudante, subscrevo e assino. Taquara, 04 de Fevereiro de 1998. O Oficial Ajudante, Paulo A. Volkmann Correa

Emols: R\$4,40

PORTE DA PRAÇA
D. LUIZA

Fl. 10
 [Handwritten signature]

501

LIVRO Nº19(dezenove)

FÓLHAS:127 v.a 129 .

Nº3.461-Escritura de compra e venda de um terreno e benfeitoria que entre si fazem a firma SCHAEFER, DALPIAS & CIA.LTDA., em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, como segue:

S A I B A M quantos esta pública escritura virem que, no ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), aos doze (12) dias do mes de maio, nesta cidade de Igrejinha, no Estado do Rio Grande do Sul, neste cartorio compareceram: como outorgante vendedora a firma SCHAEFER, DALPIAS & CIA. LTDA., estabelecida nesta cidade, a Rua Germano Neubarth, 76, com fabrica de calçados, inscrita no CGC/MF. nº97.751.861/0001-43 e neste ato representada por seus socios Analdo Odelcio Fleck, casado; Ernesto Nildo Fleck, casado; Helio Leopoldo Schaefer, solteiro, maior e Rogerio Dalpias, solteiro, maior, todos industriais, brasileiros, domiciliados e residentes nesta cidade; e, como outorgada compradora a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, devidamente autorizada pela Lei Municipal nº332, adiante transcrita e neste ato representada pelo Sr: Selson Flesch, Prefeito Municipal, casado, brasileiro, residente nesta cidade; os presentes, conhecidos de mim oficial da sede municipal e das testemunhas no fim nomeadas e assinadas, que don fe. Emperant, digo, fe. E, perante essas mesmas testemunhas, pelos representantes da outorgante vendedora - referida foi dito que, pela presente escritura e na melhor forma em direito, vendem a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJINHA, o terreno, com a area de 819,00 m2 (OITOCEN-

OITOCENTOS E DEZENOVE METROS QUADRADOS), inclusive uma casa de material, com duas portas e duas janelas de frdigo, de frente, coberta com telhas de barro, situados a Rua João Correa, esquina com a Av. Presidente Castelo Branco, nesta cidade; terreno este mede 38,00 m. (trinta e oito metros) de frente, 40,00 m., (quarenta metros) de fundos e 21,00 m. (vinte e um metros) de frente a fundos, e limitando-se pela FRENTE ao SUL, com a Rua João Correa; pelos FUNDOS ao NORTE, com o terreno da compradora; pelo lado LESTE, com o Arroio Koetz e lado OESTE, com a Av. Presidente Castelo Branco; imóvel havido por compra de João Lourenço Schaefer e s/mulher, conforme escritura publica lavrada neste officio, em 24 de dezembro de 1946, transcrita no Registro de Imoveis da cidade de Taquara, sob nº16.692 a folhas 273v/274 do livro 3-X., e predio por construção propria, declarando o possuir livre e desembaraçado. Que esta venda fazem pelo preço global de Cr\$ 146.000,00 (CENTO E QUARENTA SEIS // MIL CRUZEIROS), sendo que ja receberam do representante da compradora, a Prefeitura Municipal de Igrejinha, em 26 de março do corrente ano, a importancia de Cr\$ -- 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) e em 29 de abril do corrente ano, a importancia de Cr\$ 28.000,00 (vinte oito mil cruzeiros) e o restante representado em sete (07) - Notas Promissórias de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros) cada uma, vendendo-se a primeira em trinta (30) de junho do corrente anos; a 2ª em trinta e um (31) de julho do corrente ano; a 3ª em vinte nove (29) de agosto do corrente ano; a 4ª em trinta (30) de setembro do corrente ano; a 5ª em trinta e um (31) de outubro do corrente ano; a 6ª em vinte oito (28) de novembro do corrente ano e a 7ª em trinta (30) de dezembro do corrente ano, que ditas Notas Promissórias são emitidas pela compradora em favor da vendedora a qual recebeu ditas Notas Promissórias "pro soluto", passando as mesmas a constituir titulos autonomos, desvinculados deste contrato; que, assim, dão a compradora, digo, assim, dá a comprador, digo, a compradora plena, geral e irrevogavel quição, assegurado apenas o direito de cobrar as mencionadas Notas Promissórias; que se obriga por si, seus herdeiros e sucessores e por seus bens presentes e futuros, a fazer esta venda sempre boa, firme e valiosa, a responder pela evicção de direito e a defender a outorgada de quaisquer dvidas ou questões futuras, transmitindo-lhe todo o dim, digo, o dominio, direito, ação e posse que tinham n, digo, que tinha nos mencionados imóveis, para que deles possa a adquirente livremente usar gozar e dispor como seus, como desde ja ficam sendo. Pelo representante da compradora foi dito que era verda de todo o exposto e que aceitava esta escritura em todos os termos, e apresentou a Guia de Arrecadação nº26 digo, nº36 (trinta seis). Cod. do municipio: 161. Cod. de Receita 101. Nome: Prefeitura Municipal de Igrejinha. Endereço: Igrejinha. Municipio: Igrejinha. Total: "ISENTO" Lei nº5384 de 27/12/1966. Art. 4º I letra a. Guia Informativa nº37 do Posto de Arrecadação Estadual desta cidade, em 04 de abril de 1975. Foram apresentadas as certidões negativas das Fazendas: Estadual, expedida em 10 do mes proximo passado, pelo escrivão letra "N" Celso José De Nardi; Municipal, expedida pelo Contador Darcy W. Klein, expedida em trinta do mes proximo passado; Federal, expedida em 27 do mes proximo passado, a qual tomou o nº 0217, expedida por (ass.) ilegal - Chefe substituto do -

Schaefer, Dolfin, Lobo, Lobo, Anacleto, Belis, F. de S. Ernesto, d. Lobo, Fleck